

UFRGS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

**Luciane Engel**

Criminalidade na mídia:

Produção de subjetividade em pessoas com experiência de prisão e narrativas de si como  
prática de liberdade

Porto Alegre

2016

LUCIANE ENGEL

Criminalidade na mídia:

Produção de subjetividade em pessoas com experiência de prisão e narrativas de si como  
prática de liberdade

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de mestre. Programa de Pós-  
Graduação em Psicologia Social e Institucional.  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
(UFRGS).

Orientadora: Professora Dra. Inês Hennigen

Porto Alegre/RS  
2016

Luciane Engel

A comissão examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação *Criminalidade na mídia: Produção de subjetividade em pessoas com experiência de prisão e narrativas de si como prática de liberdade*, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Dissertação defendida e aprovada em:

Comissão Examinadora

---

Dra. Adriana Eiko Matsumoto

---

Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

---

Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi

*Dedico esta dissertação à população encarcerada,  
especialmente aos egressos do sistema prisional que  
se dispuseram a participar desta pesquisa.*

*Dedico a todas e todos colegas que fazem do seu  
trabalho um movimento de transformação social.*

## AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Inês Hennigen, pela oportunidade de participar de seu grupo de pesquisa, pelo acolhimento e por ter acreditado no meu trabalho, incentivando-me e ajudando-me a superar os desafios.

Às/aos mestres, que dedicaram atenção e demonstraram infinita generosidade e disponibilidade para colaborar com a constituição desta pesquisa e deste conhecimento.

À banca de qualificação e de defesa deste mestrado, meu muito obrigada.

À FAESP pela acolhida da pesquisa.

Às/aos colegas do grupo de pesquisa, que foram companheiras/os importantíssimas/os neste estudo: Alana Albuquerque, Bruna Clézia, Bruno Walter, Cristiano Hamann, Fabiane Lorenzi Fernanda Nicaretta, Guilherme Paim, Helena Soares, Lia Aguirre, Lucas Souza, Miriam Mion, Paula Gomes, Rodrigo Kreher e todas as colegas que cruzaram meu caminho e me deram a grata surpresa de encontrar amizade e apoio.

Às/aos colegas TSPs que participam do Núcleo de Trabalho do Sistema Prisional no CRP 7ª região, pelas discussões e apoio; a quem também dedico esta dissertação.

Ao Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul e às/aos colegas conselheiras pelo apoio e coleguismo nesta empreitada.

Às/aos colegas militantes pela ausência física em muitos movimentos sociais.

À Patrícia Pacheco, pelo companheirismo, paciência e amor neste período em que estive ausente e em falta com a atenção devida.

À/aos minha/meus sobrinha/os e afilhada/os Pâmela, Pedro e João, que me inspiram a continuar e sonhar com um mundo mais tolerante e acolhedor, obrigada pela paciência de esperar pelos carinhos da dinda. Amo vocês.

Aos meus pais, Lucia e Alberto, pelo incentivo e amor incondicional. Vocês são demais.

À minha família – irmãs, irmãos, sobrinhos, sobrinhas, cunhadas – por entender e ter paciência nos momentos de ausência e por me acalantar nas dificuldades.

Aos amigos e amigas que acreditaram em mim, que me apoiaram, obrigada pela paciência e por terem compreendido os meus momentos de ausência.

Agradeço pela experiência de trabalho no sistema prisional que me possibilitou conhecer a vida, as pessoas e o mundo. Ter vivido e aprendido a respeitar e a valorizar todos os encontros que a vida me proporcionou nesta realidade.

Por fim, aos participantes da pesquisa, que se disponibilizaram, se dedicaram e possibilitaram a construção deste estudo.

## RESUMO

Esta dissertação narra e discute a experiência de ouvir pessoas que já foram presas, para compreender como se conduzem e lidam com o que, cotidianamente, a mídia fala e faz falar sobre a criminalidade, reproduzindo conceitos, condutas e modos de existência. Esta pesquisa foi realizada utilizando-se a metodologia roda de conversa com egressos do sistema prisional, em espaço que possibilitou discussão e reflexão de valores, conceitos e percepções, viabilizando aos próprios participantes serem protagonistas no processo de subjetivar-se com o que foi produzido nessa troca. Para incentivar a discussão, a proposta foi a de utilizar notícias de jornal e programas televisivos ou de rádio apontados pelos participantes. Minhas intervenções foram no sentido de fomentar o debate e de valorizar o compartilhamento de ideias e a construção de alternativas de vida no coletivo. A pesquisa também visou a favorecer a produção de narrativas de histórias e de experiências como prática de liberdade e de estratégias de convivência social. Os resultados mais significativos da pesquisa remetem à regularidade de falas de acordo com os agrupamentos: Discriminação, preconceito e criminalização da pobreza; Política partidária e corrupção; Trabalho, educação, cidadania e qualidade de vida; e Direitos e assistencialismo. Na discussão teórica dos resultados, foram abordados o entendimento da criminalização da pobreza e os efeitos do processo de categorização e de construção identitária da população pobre como classe perigosa. Os aspectos relativos a políticas de acesso à educação e ao trabalho como possibilidade de inserção social foram discutidos com base na legislação e no que remete à governamentalidade social. Foram observadas as diferenças no acesso a direitos, o impacto da corrupção para as relações da população com o Estado e a possível intensificação do assistencialismo. A fundamentação dos tópicos também considerou o entendimento de que a mídia desempenha papel relevante nesse processo de subjetivação ao ser parcial na veiculação dos assuntos que aborda e ao dar visibilidade a discursos hegemônicos. O estudo foi baseado na perspectiva foucaultiana para entender a relação saber-poder em jogo nos discursos e pensar poder como condução de condutas e como possibilidade de resistência. Por fim, o estudo considerou o conceito de narrativas e de experiência de Walter Benjamin como meio de proceder a rupturas nos discursos midiáticos e de possibilitar a criação de diferentes modos de existência.

**Palavras-chave:** Mídia. Produção de subjetividade. Criminalidade. Prisão. Narrativas de si. Liberdade.

## ABSTRACT

This dissertation both narrates and discusses the experience of listening to people that have already been imprisoned, in order to understand how they conduct themselves and deal with what the media daily says and causes people to say about criminality, thus *reproducing* concepts, conducts and modes of existence. The Conversation Circle methodology was applied to people discharged from prison in a setting that favored the discussion and reflection on values, concepts and perceptions, by enabling the participants to play an important role in the process of subjectivation from what was produced in that exchange. The use of newspaper reports as well as radio and television programs referred by the participants was proposed to encourage the discussions. My interventions were aimed at fostering the debate and pointing out the importance of sharing ideas and designing living alternatives in the collective. The research also intended to favor the production of narratives of stories and experiences as a practice of freedom and strategies of social coexistence. The most significant research results evidenced regularity of the discourses in accordance with the following units: Discrimination, prejudice and criminalization of poverty; Partisan politics and corruption; Work, education, citizenship and quality of life; and Rights and assistentialism. The theoretical discussion about the results approached the understanding of the criminalization of poverty and the effects of the process of categorization and identity construction of the poor as a dangerous class. Aspects related to the policies for access to education and work as a possibility of social integration were discussed on the grounds of the legislation and social governmentality. Differences in the access to rights, the impact of corruption on the relationships between the population and the State, and the possible intensification of assistentialism were noticed. The foundations of the topics also considered the understanding that the media play an outstanding role in the subjectivation process by both being partial in spreading the issues they address and giving visibility to hegemonic discourses. The study was grounded on the Foucauldian perspective to understand the power-knowledge relation at stake in the discourses, regarding power as conduction of conducts and possibility of resistance. Finally, the study considered Walter Benjamin's concept of narratives and experience as a means to cause disruptions in the media discourses and enable the creation of different modes of existence.

**Keywords:** Media. Production of subjectivity. Criminality. Prison. Narratives of the self. Freedom.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**PP** - Políticas Públicas

**TSP** – Técnico Superior Penitenciário - Psicólogo

**LEP** - Lei de Execuções Penais

**CNJ** - Conselho Nacional de Justiça

**CRP** – Conselho Regional de Psicologia do RS

**TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**FAESP** - Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário

**SENAC** - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

**UFRGS** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**SUSEPE** - Superintendência dos Serviços Penitenciários

## SUMÁRIO

1. Os caminhos desta história.....	11
2. Percurso metodológico.....	36
3. Resultados e discussão da pesquisa .....	52
3.1 Mídias acessadas e destacadas .....	52
3.2 Roda viva: da segregação à constituição de direitos.....	54
3.3 Violência e criminalidade: Isso não é a pobreza.....	56
3.4 <i>Hashtag corrupçãoão</i> : o lado da notícia.....	72
3.5 Vai trabalhar, vagabundo: trabalho e educação por cidadania e qualidade de vida..	85
3.6 Trocando em miúdos: entre direitos e assistencialismo.....	100
4. Mundo cão: criminalidade apresentada pela mídia e produção de subjetividades.....	115
4.1. Narrativas de si como diferentes possibilidades de existência e de liberdade.....	133
5. Considerações finais .....	145
6. Referências bibliográficas.....	153
7. Anexos.....	160

## *1. Os caminhos desta história...*

*Toda dor pode ser suportada se sobre ela puder ser contada uma história.*

Hannah Arendt

*Se as coisas são inatingíveis... ora! Não é motivo para não querê-las...*

*Que tristes os caminhos, se não fora a presença distante das estrelas!*

Mario Quintana

O caminho da escrita é, sem dúvida, um exercício transformador. Difícil descrever em palavras a diferença que percebo em meu modo de ver as relações sociais depois de ter passado por esse processo. Tenho a sensação de deslocamento, porque ir ao encontro das pessoas, mergulhar em conhecimentos teóricos e discussões acadêmicas, foi um caminho que me propiciou experiência ímpar na constituição de outros modos de pensar as situações atinentes à criminalidade e às pessoas chamadas de criminosas. Inclusive, a pesquisa de campo permitiu experimentar um lugar inusitado, em uma relação um pouco mais horizontal com a população com quem só tinha tido contato profissional dentro de casas prisionais. Essa aproximação foi necessária para entender como a relação entre mídia e criminalidade, que é objeto de problematização desta dissertação, subjetiva tal população.

Escrevendo, também me senti em uma relação de forças com as escolhas que fiz; apesar de as palavras disputarem espaço, aglutinando-se e querendo dizer muitas coisas – sentidas e vividas durante o mestrado –, entendi que o meu objetivo, nesse processo, não é dizer tudo sobre a complexidade do mundo carcerário e da criminalidade, mas dizer sobre algo que compõe essa trama de maneira muito significativa.

A escrita, certamente, é um exercício que requer foco e concentração em que se possa estabelecer uma relação diferente com o objeto da pesquisa. Com o movimento de afetar-se com o outro, abrimo-nos para novas possibilidades de encontro, em uma relação de alteridade.

Nesse percurso, pode-se dizer que coabitam sentimentos que oscilam – ora amparados pela alegria de novas compreensões, ora suportando as dificuldades que insistem em estar presentes. Aparentemente, é um processo de variações e emoções igual a tantos outros da vida que nos afetam com mais ou menos intensidade, dependendo de como nos tocam. Porém, assim como nesta dissertação, elas se tornam especiais quando nos permitem escutar e olhar diferentemente as coisas em nosso redor; quando transformam a percepção do individual numa questão de pertencimento coletivo.

Escolher as palavras e os caminhos foi um percurso cuidadoso, como também foi instigante organizar o que ficou de mais expressivo na pesquisa, aquilo que contempla as questões – e inquietações – que me moveram para este estudo: a produção de subjetividade de pessoas com histórico de prisão, considerando os discursos midiáticos sobre a criminalidade.

Apesar de entender que teoria e prática não se separam, esta escrita foi um tanto desafiadora porque tem muito de mim, faz parte do meu dia a dia de trabalho, e por isso se confunde com minha ótica de mundo. Trata-se de falar sobre o que também me angustia, porque, comprometida com a população encarcerada, pude perceber outras questões sobre essa condição que normalmente não são ditas. São histórias, significados e acontecimentos que não circulam nos discursos da mídia; narrativas<sup>1</sup> de vida que talvez possibilitassem diferentes modos de lidar com a questão, dando novos sentidos à existência dessas pessoas.

Entretanto, por estar tão implicada nessa realidade, parece que falar a respeito dela é repetir o óbvio para desconstruir o modelo vigente e conservador que fala da criminalidade ou dos criminosos. Aqui, um breve parêntese para dizer que a utilização desses dois termos é

---

<sup>1</sup> O conceito de narrativas tomado do filósofo Walter Benjamin possui sentido de “coletivo, oral e pedagógico, por oposição ao individualismo e à ‘desorientação’ moral das formas especialmente modernas, cultas e urbanas de narrativa (romance moderno) e atribui à palavra *narrativa* mais sentido e significado do que simplesmente contar uma história. Para ele, o conceito de ‘narrativa carrega um significado histórico-sociológico’” (Oliveira, 2009, p, 109).

porque dada racionalidade procura no indivíduo a explicação do crime, fazendo com que eles se confundam e se tornem a mesma coisa, principalmente quando são tratados pelo viés da pobreza (Coimbra, 2006). Portanto, escrever sobre essa temática estando nela implicada é como se necessitasse buscar algo totalmente novo, pois parece que em nossa sociedade ninguém ainda conseguiu ser afetado de maneira que chame atenção para aquilo que fazemos e repetimos conosco enquanto sociedade.

Sinto que o registro desse sentimento já faz parte do processo de pesquisa e, nessa trajetória, percebo que houve transformações importantes no modo de lidar com a complexidade das questões penais – desde a desconstrução de um pensamento, pode-se dizer, prepotente de minha parte, com vistas a uma solução que gerasse efeitos profundos e duradouros na percepção social sobre a temática a partir deste estudo, até chegar a um entendimento, digamos, mais fluído das relações e produções sociais para pensar outros movimentos e modos de subjetivação que contribuam para as questões aqui colocadas, o que de fato ocorreu ao longo da pesquisa. Nesse percurso, a perspectiva foucaultiana contribuiu muito para ampliar os modos de pensar essas questões, num movimento que se deu “de maneira pulverizada”, como diz Veiga-Neto (2005, p.29), de olhar para a composição das relações e diluir formatos constituídos por uma racionalidade de ideias totalitárias. Essa racionalidade comumente tende a dar explicações definitivas e parciais a questões complexas, como ocorre com a criminalidade e a loucura.

Foi importante questionar esses saberes e práticas de forma a provocar estranhamento e desterritorializar ideias que “procuram dar conta” dos problemas sociais, descuidando da multiplicidade que os compõe. Essa multiplicidade não se refere às variáveis econômicas e materiais somente, mas a relações de saber-poder<sup>2</sup> “que se articulam e se combinam, que nos atravessam e nos conformam, ao nível individual e ao nível político” (Veiga-Neto, 2005, p.

---

<sup>2</sup> Para Foucault, “[...] os saberes se constituem com base em uma vontade de poder e acabam funcionando como correias transmissoras do próprio poder a que servem” (Veiga-Neto, 2013, p.141).

144). Tais relações conduzem condutas guiadas pela vontade de verdade, em que estão atravessadas concepções de pobreza, trabalho e criminalidade, entre outros saberes e poderes que se relacionam discursivamente.

Também aponto a importância de colocar em questão a supremacia de saberes sobre os problemas da esfera social, especialmente de um grupo sobre outro ou de parte da população sobre outra, em geral da camada abastada sobre os pobres, como observamos nos efeitos do assistencialismo. Conforme Borelli (2008), o modelo neoliberal, cujo funcionamento é regido pelas leis de mercado, tem como pressuposto a coexistência de “ganhadores e perdedores, fortes e fracos” (p.13), em que “os pobres mantêm sua condição de pobres, tornando-se alvo de políticas assistenciais, coerentes com a sustentação ideológica do modelo, baseada no individualismo” (p.13).

Apoiada em autores que entendem a criminalidade produzida no contexto social pelo viés da discriminação e da segregação estabelecidas por relações de saber-poder que circulam em meio privilegiado como a mídia, percebo a reprodução de discursos hegemônicos que denotam como lidamos com essa questão. Reiteradamente, ouço e vejo apontamentos sobre a criminalidade, com julgamentos reforçados por manchetes jornalísticas e reações de intolerância, numa relação sustentada por modos conservadores de lidar com a temática. Por outro lado, não percebo movimentos de mudanças individuais ou coletivos que problematizem a organização social, ou seja, que coloquem em questão esse funcionamento social que nos põe em jogo por meio de discursos, mas que não proporciona o que as falas reclamam, quando se acredita, por exemplo, que, pedindo prisão, se pede mais segurança contra a criminalidade e a violência.

Para introduzir esse aspecto, acredito ser importante pontuar como penso a questão da criminalidade. Apoiada em autores como Michel Foucault, Loïc Wacquant, Cecília Coimbra, Cristina Rauter, Georg Rusche e Otto Kirchheimer, percebo que o modo como são enfatizados

e como circulam pela mídia os discursos que denotam dicotomia social, violência ou intolerância pode produzir um efeito extremamente danoso para a sociedade. Ao longo de minha prática profissional, ao debruçar-me nessa temática, observando e procurando entender os meandros da relação social e midiática com a questão da criminalidade, percebi que o incentivo da reação taliônica<sup>3</sup> na população é uma forma de controle, um desejo de castigar direcionado para alguns – uma população específica que, em 99% dos casos, é pobre e desassistida. Dessa forma, pode-se entender que, ao responsabilizarem-se os criminosos de maneira individualizada e apenas punitiva, introduzindo-se na população o entendimento de que sofrimento é justiça, além de se criarem categorias de pessoas e dicotomias na sociedade, se retira o foco dos elementos sociais e processos responsáveis pela produção de condutas e valores. Um exemplo disso é a proposta de castração química para abusadores sexuais (condenados) como forma de evitar a reincidência. Enquanto os olhares se direcionam para essa “solução”, não se olha para os mecanismos e valores sociais que dão vazão a essa prática que acaba se tornando uma “cultura do estupro”.

Outro exemplo estimulado pela intolerância é o de penitenciárias abarrotadas devido a ações de aprisionamento que deveriam ser exceção. A pena de prisão é para os casos considerados mais graves, segundo a lei penal, mas a pressão social e a vontade de controlar e punir faz com que ultrapassemos o limite do razoável para o sistema que temos. O que quero dizer é que os aprisionamentos são muito mais um efeito da lógica repressiva difundida na cultura do que uma necessidade da pena de prisão para a maioria dos delitos.

Em minha visão, amparada pelos autores que citei anteriormente, a criminalidade é algo inerente às relações sociais que estabelecemos, é efeito e produção do nosso modo de viver em sociedade, sobretudo daquilo que valorizamos, buscamos e reproduzimos sem críticas ou questionamentos – um “tormento” que responde às produções capitalísticas, das quais faz parte

---

<sup>3</sup> Baseada na lei de Talião: olho por olho, dente por dente.

a invenção da pena de prisão, essa forma burguesa e mercantilista de controle e de disciplina (Rusche & Kirchheimer, 2004). Trata-se de um modelo de sociedade que produz aquilo que critica. Portanto, talvez seja necessário romper drasticamente com o jeito de lidar com essa questão. Talvez o momento político e social que passamos no país, com mudanças da sociedade na participação política, favoreça reflexões e promova rupturas nos modos de lidar com a criminalidade. Talvez seja possível repensar as políticas dirigidas para a “ressocialização” dos sujeitos presos, ao invés de buscar apenas inibir os atos delituosos, agindo sobre o que os produz, como é o caso da (des)criminalização das drogas.

Pensando na produção de subjetividade de egressos, isso seria colocar em ação formas de estabelecer alguma resistência aos modos de criminalização. Práticas discursivas não surgem do sujeito que fala<sup>4</sup>, mas são produzidas para fazer falar e circular as ações que mantêm a lógica punitiva e retributiva que consagramos na sociedade, inclusive entre os presidiários e egressos do sistema prisional.

Isso posto, para conseguir abrir outras questões sobre a criminalidade, como um dos propósitos deste estudo, entendo que seja importante possibilitar um espaço de reflexão e troca de experiências com as pessoas que passaram por aprisionamento; olhar para si e observar o que constitui seus modos de pensar e de conduzir-se e, com isso, conseguir criar caminhos diferentes, talvez de cuidado e de ressignificação das questões que resultam em exclusão; permitir novas possibilidades e experiências, não só entre os detentos e egressos, mas conjuntamente construir espaços para oxigenar e possibilitar outras relações no tecido social. Cultivar reflexões como esta talvez seja uma oportunidade de observar com mais nitidez o que conjuntamente produzimos enquanto sociedade e de que modo os dispositivos midiáticos

---

<sup>4</sup> Segundo Veiga-Neto, “para Foucault, o sujeito de um discurso não é a origem individual e autônoma de um ato que traz à luz os enunciados desse discurso, ele não é o dono de uma intenção comunicativa, como se fosse capaz de se posicionar de fora desse discurso para sobre ele falar” (2013, p. 110).



colaboram para a produção da criminalização e da sensação de insegurança, responsável pelo encarceramento massivo.

Resumidamente, essas questões remetem à necessidade de entender a vontade de controlar que está em jogo na sociedade e que repercute nas relações sociais. De acordo com a perspectiva foucaultiana:

Os mecanismos de poder são parte intrínseca de todas essas relações, são circularmente o efeito e a causa delas, mesmo que, é claro, entre os diferentes mecanismos de poder que podemos encontrar nas relações de produção, nas relações familiares, nas relações sexuais, seja possível encontrar coordenações laterais, subordinações hierárquicas, isomorfismos, identidades ou analogias técnicas, efeitos encadeados que permitem percorrer de uma maneira ao mesmo tempo lógica, coerente e válida o conjunto dos mecanismos de poder e apreendê-los no que podem ter de específico num momento dado, durante um período dado, num campo dado (Foucault, 2008, p. 4).

Sinto ser um desafio expressar algo que contraponha a lógica hegemônica dos discursos sobre a criminalidade e sobre as pessoas presas. Talvez seja mais difícil por fazer parte desse campo discursivo<sup>5</sup>, mesmo que não queira reproduzi-lo. Conforme exposto por Veiga-Neto, “[...] cada um de nós já nasce num mundo em que os discursos já estão há muito tempo circulando, nós nos tornamos sujeitos derivados desses discursos” (2005, p.110). Por mais que se procure não reproduzir determinadas ações, fazer parte de um campo de saber e práticas – da Psicologia<sup>6</sup> – é estar submetido à expectativa de que esse saber respalde a vontade de poder que o move.

---

<sup>5</sup> Conforme Dominique Maingueneau, “campo discursivo é o termo designador de formação discursiva, que, em concorrência, delimitam-se reciprocamente numa determinada região do universo discursivo – são discursos de mesma função social, mas divergentes em relação ao modo como operam” (Paulon & cols, 2014, p. 34).

<sup>6</sup> Que foi regulamentada como profissão no Brasil em um momento de extrema repressão, em meados dos anos 60, portanto, a serviço do exame e enquadramento de perfil, da anormalidade e da patologia (CFP, 2007).

No caso da criminalidade e das prisões, a trama discursiva que as compõe é tão forte que o próprio discurso possui mecanismos para reafirmar-se, ou seja, frente à tentativa de expor outros entendimentos acerca dessa questão, geralmente, encontram-se barreiras. Percebe-se que questionar o modo conservador de pensar a criminalidade tende a soar como uma ofensa pessoal a quem se sente questionado ou a ser entendido como uma defesa da delinquência. Pode observar essa reação também entre os próprios egressos, que expuseram repúdio a alguns tipos de crime, demonstrando que há julgamento moral mesmo estando na mesma condição. Julgamentos moralizantes sobre as pessoas que tenham sido presas também ocorre por parte de quem deveria trabalhar para desconstruir esta máquina de subjetivar que é a prisão e a justiça penal.

É uma seara muito delicada, onde muitas práticas estão relacionadas com os modos de docilização dos sujeitos. Até mesmo em algumas ações de garantia de direitos e da dignidade das pessoas encarceradas, estas são atravessadas por certos modos de formatação dos sujeitos como condição para o convívio social. Por exemplo, na esfera judicial-penal, entende-se que a pessoa tem condições de progredir de regime se trabalhar durante a execução da pena, mesmo que em atividade que não contribua com o desenvolvimento de habilidades profissionais nem na sua inserção no mercado de trabalho. O trabalho recebe um peso moral e torna-se parâmetro de julgamento. Conforme Foucault, em *Vigiar e Punir*, “o trabalho penal, não é como atividade de produção que ele é intrinsecamente útil, mas pelos efeitos que toma na mecânica humana” (1987, p 203). É um princípio de ordem e de regularidade “que requalifica o ladrão em operário dócil” (p.204).

Esse peso permeia a sociedade, e observa-se o uso dessa relação nos discursos de ódio e discriminação. Entende-se ser inconcebível alguém não trabalhar ou defraudar o fruto do trabalho alheio. Esse discurso circula e está direcionado a pessoas específicas, justamente àquelas em condição produzida para que sejam vulneráveis. Diria que é uma forma capciosa de

sutilizar crimes mais impactantes para a sociedade e direcionar o título de criminoso para as chamadas ralés da criminalidade, uma vez que a maior incidência de aprisionamentos é por crime de menor potencial ofensivo (furto), por roubo ou tráfico de drogas.<sup>7</sup>

Por isso, apesar das iniciativas de pensar essa questão por outros caminhos, de maneira geral, prevalece a ideia de combate ao criminoso nos moldes do “extermínio de pragas”. É algo muito enraizado, e a mídia contribui diretamente para produções como essa (Hennigen, 2008), fazendo com que a desconstrução disso pareça impossível. A percepção é que se vive em combate e opressão e que dificilmente haverá alguma saída, principalmente para as pessoas demonizadas por esse falatório. É nesse ponto que a ideia de poder em Foucault (1979) ajuda-nos a pensar e mostra-se necessária e revigorante. Na perspectiva foucaultiana, não se toma o *poder* como algo absoluto, localizado em um único lugar, que somente impõe limites ou castiga, associado a um poder soberano e repressivo; pensa-se em relações de poder, em um poder que só existe em ação, que se exerce mais na condução de condutas e menos no confronto. Ainda, o poder se exerce de diversas formas, em múltiplas direções, superando a lógica de opressão e dominação.

Essa abordagem serve para pensar como a dinâmica das relações de poder pode abrir brechas para novos jeitos de se conduzir e de lidar com as questões sociais. Quando Michel Foucault nos mostra isso, ele valoriza a possibilidade que, para muitas pessoas, parece não existir – a de promover rupturas nas relações, permitindo diferentes ideias e encontros. Como disse sobre o papel do intelectual na mudança de alguma coisa no pensamento das pessoas:

Meu papel – mas este é um termo muito pomposo – é mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam, que elas tomam por verdadeiros, por evidentes certos temas fabricados em um momento particular da história, e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída (Foucault, 2006, p. 295).

---

<sup>7</sup> Barrocal, A. (2015, março, 02). Se cadeia resolvesse, o Brasil seria exemplar. Retrieved from <http://www.cartacapital.com.br/revista/838/se-cadeia-resolvesse-4312.html>

Pensando nisso, um dos objetivos deste estudo é buscar elementos para entender como as pessoas que foram presas lidam com suas forças, como se relacionam com discursos e com os espaços que alcançam para escapar às ações de controle e de punição.

Novamente, estou diante de um exercício desafiador, pois pensar a questão do poder leva a outros temas que se atravessam nessa seara, porque de fato os saberes estão interligados para compor esse campo discursivo. Parece que o estudo de outras questões pode ser um fio condutor para as saídas dessa trama, mas a indecisão que me acompanhou por um bom tempo até definir o que estudar fez parte da escolha de entender como se dá a produção de subjetividade dos egressos, considerando o que circula sobre criminalidade na mídia – indecisão pautada pela dúvida e, com ela, por muitas possibilidades.

Entendo que, dentre as questões que emergem durante o trabalho de acompanhamento de homens e mulheres encarcerados, todas são importantes e que é essencial que muitas sejam aprofundadas. Porém, durante o processo reflexivo para decidir o que pesquisar, o objeto de pesquisa foi ficando mais delineado quando percebi a trama discursiva que envolve esse campo.

A mídia aparece como veículo de excelência para difundir essa trama, de modo que produz subjetividade. Minhas questões em torno disso remetiam à necessidade de entender como os discursos midiáticos repercutiam nos modos de ser de quem é alvo das críticas e da discriminação que aparecem nas notícias e nas diversas produções dos meios de comunicação. Isso porque, nas casas prisionais onde trabalhei, observava frequente audiência televisiva entre presos que tinham acesso à televisão e também entre agentes de segurança. Observava que, em espaços de circulação das casas prisionais e nos alojamentos, havia audiência de programas de TV que tratam da violência e criminalidade, em abordagens que julgam e discriminam pessoas flagradas em delitos ou usuárias de drogas ilícitas (filmadas e expostas pelos programas), definindo-as como delinquentes. São programas que têm como ponto alto a indicação de severa punição, com teor discriminatório e com endereçamento de público (Hamilton, 2009; Oliveira,

2008). Alguns teóricos entendem que esse tipo de abordagem midiática é responsável pelo aumento da sensação de insegurança, que induz à crença de que há impunidade e de que se vive em uma sociedade regida pela delinquência (Silva & Falconi, 2012).

Este contexto produzido e difundido se oferece a outros interesses e se mostra estratégico para fazer circular discursos como aqueles que conduzem à necessidade de armamento da população e à ideia de redução da maioria penal, de construção de mais presídios e até de reforma penal com penas mais severas. Os objetivos são sempre os mesmos: controle, punição e segregação de pessoas desviantes com o intuito de “proteger a sociedade”. Que sociedade é essa? Todos fazemos parte da mesma sociedade; por mais que se tente, não há como separar os efeitos advindos das relações estabelecidas socialmente. Além disso, dificilmente se questiona a complexidade desse engendramento que produz a criminalidade ou a sensação de insegurança.

Mais uma vez, os caminhos que percorri vão mostrando a importância do foco desta pesquisa – saber como as pessoas que viveram por algum tempo aprisionadas se veem quando entram em contato com o conteúdo de um noticiário ou de um programa que vende escárnio. Interessa mais precisamente saber, a partir da percepção dessas pessoas, como é estar nessa condição imersa numa cultura, sobretudo midiática, que fala da criminalidade cotidianamente; que reproduz conceitos, condutas e modos de ser que dividem a população entre pessoas de “bem” e sujeitos “maus”; que faz proliferar a discriminação, localizando e categorizando sujeitos, como é o caso de quem está ou já esteve preso.

Entendo, também, que meu compromisso profissional com o cuidado e a saúde da população encarcerada é o que movimenta essa busca, gera esse posicionamento e, portanto, diz do lugar de onde observo. Por isso, é importante retomar um pouco de minha trajetória profissional, pela qual relato de forma abrangente as observações sobre as relações saber-poder na prática, sobre ela discorrendo em conjunto com a teoria.

Minha implicação com esse campo começou em 2002, quando, recém-formada, ingressei no serviço público da área penitenciária, que na época correspondia à Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado. Desde então, por uma questão de formação e ética profissional, para mim, o ingresso nessa seara compreendia o trabalho voltado às pessoas presas e suas demandas. Entendo, desde aquele momento, que o objetivo é a saúde e o acolhimento das pessoas encarceradas, podendo proporcionar escuta psicológica e orientação de acesso a serviços, à educação escolar, ao trabalho. Para mim, esses aspectos sempre foram o foco da ação de saúde mental, para proporcionar às pessoas encarceradas modos de organização pessoal e perspectivas de futuro. Inclusive, há amparo na Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para que essas pessoas recebam assistência material, jurídica, educacional, social, religiosa e de saúde. O acompanhamento psicológico, apesar de ainda não estar descrito nessa lei, está contemplado como assistência à saúde na Cartilha do Preso de 2010, desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça. Portanto, de 1984 a 2010, a psicologia teoricamente esteve à margem das ações de saúde na execução penal, e à profissão ficavam reservadas as práticas de avaliação de personalidade dos sujeitos, a serviço do controle judicial.

O dia a dia foi mostrando que o trabalho era bem mais amplo do que isso e exigia buscar respaldo teórico para entender como trabalhar nesse campo tão complexo e paradoxal. O início dessa trajetória, então, pode-se dizer que foi marcado pelo dilema entre ética e poder, pois, apesar das leis e princípios constitucionais, não se pode ignorar que o cárcere é um local peculiar, extremamente visado como dispositivo disciplinar e de controle e até hoje endossado por nossa sociedade, que utiliza a pena como função retributiva e punitiva.

Embora existam leis que garantem as assistências necessárias, há sempre discursos permeando as relações que se colocam contrários ao acolhimento previsto. O sentido da prisão para as pessoas, de modo geral, é o de associar sofrimento e arrependimento. Essa é uma ideia largamente difundida, apesar de demonstrar não ter efeitos positivos, até porque o sofrimento

no cárcere que prejudica a dignidade humana não gera arrependimento nem previne a reincidência criminal. Segundo Bitencourt (2001), a justiça retributiva funciona com a ideia de prevenção do delito e tem como pressuposto dar visibilidade ao castigo e ao sofrimento gerados pela prisão. Essa forma visa a atingir tanto quem cometeu o crime quanto o restante da sociedade, mostrando o que acontece com quem viola as regras sociais. O objetivo disso, exposto à população, é inibir novas práticas pela exemplaridade das consequências – um método que tem se mostrado violento e sem limites para aprisionar (Barrocal, 2015). Pode-se dizer que essa forma de prevenção do crime acaba por ser mais eficaz em produzi-lo.

No contrafluxo desse método, por não visar à punição, mas ao cuidado, as assistências mencionadas anteriormente têm como objetivo atuar de forma transdisciplinar, de maneira que repercutam na diminuição do sofrimento dessa população. Também visam a fomentar potencialidades dos sujeitos para viabilizar outros modos de viver em liberdade. No caso do acompanhamento psicológico, as intervenções são necessárias para oferecer suporte psíquico que ajude o detento a enfrentar as dificuldades que o aprisionamento possa trazer-lhe. Pode-se imaginar que o confinamento, por si só, é gerador de extrema angústia, e minha experiência diz que, na maioria dos casos, o distanciamento da convivência familiar é o fator que gera maior sofrimento e dificuldade para cumprir a pena. A saúde mental é invariavelmente ameaçada, o que torna essas assistências ainda mais importantes.

O suporte psicológico e o trabalho transdisciplinar são uma questão de saúde e uma garantia constitucional. Por isso, quando iniciei esta trajetória, talvez um pouco ingênua, a preocupação era de auxiliar as pessoas presas, entendendo que esse suporte poderia gerar resultados subjetivos importantes para o modo como lidariam com sua condição. Essa preocupação foi tomando forma e se avolumando quando observei que os problemas se agravam diante do cenário de superlotação e de precariedade estrutural. Como se não bastasse o cerceamento da liberdade, tem-se um quadro de aviltamento, de tratamento desumano e de

absoluta violação de direitos. Na verdade, o tempo todo, deparamo-nos nesse âmbito com discursos paralelos de assistência e de punição.

Nesse cenário, não tarda que se observem práticas e discursos de julgamento, até mesmo em meio a quem deveria conduzir as situações de forma diferente, promovendo mudanças ou tentando reverter os efeitos do aprisionamento. Percebia que trabalhar num ambiente paradoxal de cuidado e de punição seria, no mínimo, um desafio. Mesmo assim, via na necessidade de auxílio psicológico e de orientação o suficiente para justificar a presença do profissional da psicologia e de outras profissões da saúde e a garantia de direitos no cárcere.

Apesar disso, é necessário lidar com a vasta e ininterrupta demanda de respaldo a práticas de controle, lugar histórico destinado à psicologia mediante avaliações psicológicas. Minha percepção desse lugar de julgamento colocado aos profissionais é de que precisa ser discutido com os poderes que o impõem, mostrando que para a relação de cuidado é necessário confiança. Não é papel de trabalhadoras de saúde, mesmo que fosse possível, adaptar o sujeito aos modos que a sociedade espera dele, mas é dever oferecer respeito à singularidade e compreensão de sua condição no tratamento e na relação com as pessoas encarceradas – um caminho para que o sujeito possa observar e buscar meios de relacionar-se consigo que preservem sua integridade, se assim entender e desejar. Entendo que essa seja uma ação política da psicologia e uma conduta ética.

No que tange à conduta profissional com essa população, considerar que, indo além do crime, as pessoas têm uma história de vida constituída de diferentes maneiras é um modo importante de entender suas trajetórias e de proceder a rupturas nos discursos hegemônicos. A maioria das pessoas presas possui percursos parecidos relativos à condição social e experiências de vida, mas são sujeitos com potencialidades que não podem ser reduzidas à criminalidade. Têm desejos, dúvidas, medos e necessidades como todo ser humano, condição que, muitas vezes, lhes é negada. A maquinaria penal faz com que essa percepção seja frequentemente



entendida como defesa da criminalidade. Entretanto, o que se pretende ao observarem-se as singularidades é poder percorrer diferentes trajetórias, que quebrem a tendência de desqualificar os sujeitos presos e de associar identidades à periculosidade.

Esse é um desafio para a psicologia, tendo em vista que no ambiente carcerário prevalece a estereotipia do criminoso em detrimento da singularidade dos sujeitos. É desafiador porque, geralmente, nas políticas públicas, nos diferentes espaços sociais, o trabalho está atrelado ao acolhimento e à defesa de direitos. Já na prisão, em função do clamor público e das questões discutidas anteriormente, é preciso lidar com o atravessamento do crime e o significado disso na sociedade.

Para tanto, é pertinente abordar como o assunto crime circula na mídia, onde se produzem significados que, nesse caso, remetem à sensação de medo, ódio e insegurança (Xavier, 2008). Esse modo de subjetivação faz parte do contexto social que, conforme dissertações, teses e artigos pesquisados nos indexadores de pesquisa<sup>8</sup>, apresenta conteúdo sobre violência e criminalidade ligado a uma identidade criminosa, relativa a grupos sociais específicos (Xavier, 2008).

A escolha de pensar a produção de subjetividade de pessoas que tenham sido presas considerando o que a mídia fala sobre a criminalidade também está relacionada com esse contexto. Pensar a mídia como um dispositivo capaz de manipular e produzir condutas encontra base em produções teóricas como as de Hennigen (2008), que reconhece na mídia “um espaço que produz e faz circular discursos que contribuem de forma decisiva para nossa subjetivação” (p.167); de Fischer (2012), que vê a mídia como algo além da veiculação de imagens, falas e sons, pois, para essa autora, a mídia é um meio que “produz significados e sujeitos” (p.113); e de Coimbra (2001), que percebe a mídia como “equipamento que forja determinadas formas de existência [...] e tem papel efetivo no incremento da violência” (p.31).

---

<sup>8</sup> Plataformas Scielo ([www.scielo.br](http://www.scielo.br)) e Lume ([www.lume.ufrgs.br](http://www.lume.ufrgs.br)).

Por isso, reiteradamente, perguntava-me de que maneira a mídia colabora com a dimensão que é dada ao crime, pois me interessava entender o efeito disso nas pessoas que foram presas. Aliás, estamos num momento histórico muito interessante para pensar as articulações da mídia dominante, momento em que a mídia se mostra com tanta força que é entendida como o quarto poder<sup>9</sup> para manipular a opinião pública na derrubada do Estado Democrático de Direito. Dentre os interesses em jogo nessa trama, está a preservação da concessão aos meios de comunicação, realidade que se encontra ameaçada pela possibilidade de democratização da mídia.

Com relação à minha pesquisa, o recorte para estudar mídia e produção de subjetividade de pessoas que compõem o objeto de meu trabalho tem a ver com esse modo dominante de definir o que é crime ou quem são os criminosos, uma vez que os discursos que circulam na mídia se mostram com parcialidade. Desde as ações policiais veiculadas até as brincadeiras infantis de polícia e ladrão, o que temos é a noção de bandido associada com cadeia, pobreza e maldade. Crescemos com esse conceito sem olhar para a história das pessoas acusadas, convencemo-nos de que a punição (prática comum) é a solução para os problemas sociais e reproduzimos isso nas relações.

Considerando a análise de Foucault (1987) sobre o nascimento das prisões, pode-se dizer que os discursos sobre criminalidade são produzidos a partir do aprisionamento, ou seja, a prisão “define” quem é criminoso, apontado como “problema social”. Isso se configura assim porque é possível perceber, inclusive na mídia, que nem todos os tipos criminais são condenados e que nem todos os tipos de pessoas são condenáveis, em alusão aos “crimes de colarinho branco”.

---

<sup>9</sup> *Quarto poder* é uma expressão utilizada com conotação positiva de que a mídia (meios de comunicação de massa) exerce tanto poder e influência em relação à sociedade quanto os Três Poderes nomeados em nosso Estado Democrático (Legislativo, Executivo e Judiciário). Retrieved from [https://pt.wikipedia.org/wiki/Quarto\\_poder](https://pt.wikipedia.org/wiki/Quarto_poder)

Além disso, a sensação de que vivemos numa sociedade sitiada por pessoas perigosas tem um tanto de espetacular na forma como a mídia aborda o assunto. Digo isso apoiada em autoras como Porto (2002), que vê a violência tomada como um produto midiático que vende por estar atrelado ao extraordinário da notícia.

Em consonância com autoras que tratam a mídia como espaço político de produção de sentidos (Hennigen, 2006; Fischer, 2012), penso que talvez esse extraordinário seja a forma contemporânea e estratégica de dar visibilidade às práticas hegemônicas de controle. Vejo nesse raciocínio um caminho possível para pensar esse processo de subjetivação, especialmente se considerar a análise de Foucault (1987) quando afirma que o poder de punir é utilizado de maneira política. Para o autor, um dos critérios da tática de poder que é próprio das disciplinas é “fazer com que os efeitos desse poder social sejam levados a seu máximo de intensidade e estendidos tão longe quanto possível, sem fracasso, nem lacuna” (p. 179). Mais adiante, ele vai dizer que a prisão é perigosa e inútil, “entretanto, não ‘vemos’ o que pôr em seu lugar” (Foucault, 1987, p.186).

Considerando essas referências trazidas da obra *Vigiar e Punir*, é possível pensar os discursos midiáticos como dispositivos de controle que passam por evoluções tecnológicas “necessárias”, como ocorre no caso da prisão, considerada uma evolução na época de seu nascimento. Em outras palavras, pela abordagem de Foucault (1987), as formas de punir são transversalizadas pelo objetivo de estender o controle social. Nesse sentido, mesmo que a prisão ou outros dispositivos disciplinares não deixem de existir, é possível pensar que na contemporaneidade eles podem ser insuficientes nesse propósito de controle. Pensando mais além, talvez os discursos sobre a criminalidade e os modos como a mídia incrementa a abordagem desse assunto possibilitem sobrevida à prisão, a qual, em função da limitação dos seus contornos institucionais e dos problemas econômicos e sociais que gera, não teria como se sustentar nos dias atuais. Por isso, penso que posso tomar como parâmetro de análise a ideia de

que ocorrem novos modos de subjetivação na forma de punir quando os discursos midiáticos se apresentam como estratégias discursivas de poder, notadamente, pela maneira como abordam o crime, apresentando modos bem mais potentes em sua projeção de resultados, considerando-se a capacidade de manipular imagens e falas e de fazer recortes que interessam aos discursos hegemônicos.

Antes de prosseguir, é importante dizer que não direciono minha crítica a nenhum tipo específico de mídia ou programa, mas a práticas que falam e fazem falar modos de conduzir e controlar determinado segmento da população (Coimbra, 2001). São formas de comunicar e de informar realizadas por meio de recortes que supervalorizam e dão visibilidade aos modos hegemônicos de pensar a manifestação da criminalidade ou de violência na sociedade contemporânea. Trata-se de práticas discursivas que se repetem reiteradamente e tomam proporção de verdade, produzindo subjetividades sociais passíveis de serem encontradas “em todos os níveis da produção e do consumo” (Guattari & Rolnik, 1986, p.16) e de serem observadas nos dispositivos midiáticos, com seus “modos de manipulação e de telecomando” (p.17).

A escolha do tema para esta pesquisa também passa pela relação de saberes e poderes que a mídia veicula e faz funcionar no campo discursivo. Um modo de subjetivação que mantém sob controle as pessoas que tenham sido presas e que opera além do cumprimento da pena privativa de liberdade. Um campo que envolve instituições, ciências, leis, doutrinas e mídias que se relacionam entre falas e condutas, as quais forjam modos de ser. Modos calcados por conceitos de indivíduo, de crime e de personalidade definidos por um princípio maniqueísta e essencialista, pressupondo o sujeito propenso a determinado ato por uma questão biológica, natural e individual.

Segundo Rauter (2003), há articulação de saberes pela via da criminologia, que trata de explicar o comportamento criminoso com base em experimentações isoladas, naturalizando no

sujeito a resposta e a solução da problemática. Nessa articulação, há a ideia de que o crime é desencadeado por características individuais que possam ser medidas e controladas.

Isso traz outras questões para pensar a relação prisão e psicologia, que faz parte dessa articulação quando responde na esfera de controle, participando dos saberes que compõem o campo discursivo da criminologia clínica. Conforme documento de referência técnica produzido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2007) acerca da atuação de psicólogos no Sistema Prisional, “a prisão e a Psicologia são produtos de um mesmo tempo, ambas são categorias do mesmo projeto social de produção e transformação de subjetividades” (p.30). Esse documento de referências técnicas questiona a prática voltada à avaliação de personalidade atrelada à concessão de benefícios legalmente garantidos, como a progressão de regime penal. Geralmente, essas avaliações decorrem de solicitação judicial que entende o crime de maneira isolada e individualizada, para ele buscando respostas por meio dos saberes psicológicos. Quando as avaliações se mostram deterministas, elas correspondem à vontade de verdade sobre os sujeitos, localizando as causas do crime nas suas características pessoais, mas necessariamente não apontam caminhos para pensar alternativas aos sujeitos em questão e não apresentam respostas para a inoperância desse método em relação ao conjunto de resultados esperados na aplicação das penas. Nesse sentido, a resposta avaliativa reforça o modo reducionista de olhar para o sujeito, sem considerar as questões sociais e institucionais envolvidas na produção das condutas criminosas. Por essa forma de atuar que integra racionalidades no campo penal, não tarda a psicologia a ser requisitada – especialmente pela mídia, que constantemente entra nesse jogo – para dizer quem é o sujeito criminoso.

Dessa forma, concordando com Rauter (2003), que discute essa dimensão prisional, os saberes que se relacionam pela via da criminologia clínica, principalmente relativos à psiquiatria, têm sua utilidade muito mais para afirmar uma identidade criminoso e aperfeiçoar dispositivos que ajam no controle do que colocar em questão as relações sociais e as ações de

exclusão que admitem que seres humanos sejam largamente aprisionados em condições degradantes, ignorando o contexto que produz essa realidade.

Como diz Coimbra, “é o controle das virtualidades, importante e eficaz instrumento de desqualificação e memorização, que institui certas essências, certas identidades” (2006, p.2). A prisão, essa maquinaria que pretende moldar os indivíduos conforme os critérios de sociabilidade, com isso exprimindo seu controle, é muito mais um dispositivo<sup>10</sup> de punição do que um local onde se pretende ofertar novas possibilidades de vida às pessoas. Isso, por si só, coloca a psicologia em condição controversa quanto ao atendimento à saúde.

O conflito, nesse caso, dá-se pelo pressuposto básico do trabalho da Psicologia em proporcionar escuta, auxiliar no abrandamento do sofrimento psíquico e, de forma geral, preparar as pessoas para a vida em liberdade. Acolher e avaliar são dois aspectos que, técnica e eticamente, se colocam em atrito e se tornam um empecilho para a constituição de confiança com as pessoas atendidas. É necessário que se estabeleça minimamente uma relação de credibilidade entre os profissionais e as pessoas acompanhadas. Faço essa ressalva para problematizar o vínculo que se constitui nesse âmbito, porque é preocupante pensar como isso irá repercutir nas pessoas presas diante da intenção de produzir diferentes modos de vida. Certamente, essa relação não se resume à interação com a psicologia, mas me refiro ao significado que as relações de cuidado têm para as pessoas que nelas depositam confiança.

Diante disso, questiono: quais são os efeitos subjetivos nas pessoas presas diante do paradoxo punição e confiança? Como se conduzir diante da sensação de estar sendo o tempo todo vigiado e avaliado? Mesmo com esses atravessamentos que invalidariam um processo avaliativo, por que se insiste nesse mecanismo de avaliações? De que maneira essas questões repercutem no modo de se relacionar com o mundo para as pessoas que estão nessa condição? De que maneira essas questões estão atreladas com o que é dito na mídia?

---

<sup>10</sup> Conceito foucaultiano de dispositivo “nada mais é do que um conceito multilinear, que combina estrategicamente campos de saber, relações de poder e modos de subjetivação” (Marcello, 2009, p.227).

Quando iniciei o trabalho no sistema prisional, as avaliações psicológicas demandadas pelo poder judiciário já eram a principal atividade entre os profissionais de psicologia, em detrimento dos serviços de atenção à saúde, que acabavam como atenção secundária para casos emergenciais. Concomitantemente, conta-se com precária estrutura de atendimento, além de espaço insalubre para alojar as pessoas. Nada novo, mas sempre importante lembrar que não há saúde física nem psíquica em celas superlotadas, onde as pessoas se amontoam, dividindo espaço entre ratos e sujeira. Além disso, a instituição prisão não colabora para manter laços afetivos se os familiares precisam submeter-se a revistas vexatórias para visitar seus parentes presos e não possibilita ressignificar valores se as relações internas são atravessadas por troca de favores e barganhas para sobreviver em meio a esse contexto. Enfim, práticas discursivas subjetivam nesse funcionamento punitivo que conta com ações externas à instituição, com conceitos, valores e relações que se conjugam e circulam em diferentes espaços, de diversas formas, e que ganham relevância na mídia.

Haveria muitas questões acerca da circulação midiática e de fatores institucionais que produzem a condição carcerária e os modos de subjetivação que se constituem nesse cenário. No entanto, a intenção com esta contextualização que envolve saberes – também o saber psicológico – e os discursos midiáticos na produção de subjetividade das pessoas que passaram por aprisionamento é mostrar um pouco da implicação que tenho com a temática e com os participantes da pesquisa. Além disso, esta introdução procura desacomodar e questionar as convicções absolutas sobre a criminalidade como parte do processo de criar novos caminhos para pensar a questão.

Diante do exposto, destaco a importância deste estudo para o entendimento dos efeitos dos discursos midiáticos sobre o crime na forma como os egressos do sistema prisional se conduzem e lidam no seu cotidiano com a temática. Ainda é pequena a quantidade de pesquisas

que discutem a produção de subjetividade de pessoas presas ou de egressos relacionada com o que circula sobre o assunto na mídia e, conseqüentemente, em outras instâncias sociais.

Na busca em diferentes fontes indexadoras nacionais, como o portal Scielo e Lume, por estudos que contêm “mídia e produção de subjetividade”, foi possível encontrar considerável acervo que aborda a mídia como dispositivo na produção de modos de existência. Encontrei estudos que me auxiliaram a pensar por outras vias os conceitos de dispositivo, mídia e subjetividade, mesmo que não diretamente atrelados à temática que abordo. Um exemplo é o artigo de Souza (2003) que trata de *Televisão, violência e efeitos midiáticos*. Dentre outros autores estudados, estão Marcello (2004), Hennigen (2006), Leite e Dimenstein (2010), Fischer (2012) e Melício, Marcos, Macabú, Mendes e Rangel (2015).

Por outro lado, no que tange a estudos abrangendo os conteúdos mídia, violência, criminalidade, sistema prisional e produção de subjetividade, a busca apresentou resultados menores nas mesmas plataformas. Sem a pretensão de elencar todos, mas de listar algumas temáticas que apareceram nessa busca, as palavras *mídia*, *violência* e *criminalidade* remetem a estudos na área do direito penal que tratam de exclusão socioeconômica no Brasil. Dentre os estudos, aparece o artigo *Criminologia midiática e a seletividade do sistema penal* (Dias, Veiga Dias & Mendonça, 2013), que utilizei para embasar minha escrita. Entre os estudos que reafirmam o papel de controle do sistema penal mediante dispositivos midiáticos, encontra-se o texto de Budó (2008) sobre *O Espetáculo do crime no jornal: da construção social da criminalidade à relegitimação do sistema penal*.

Outros estudos tomam os discursos midiáticos e o próprio jornalismo como dispositivos de construção da violência, apontando a produção de exclusão social e a promoção da cultura do medo e da insegurança. Dentre eles, podem-se citar o de Sodré (2006), *Sociedade, mídia e violência*, e o de Njaine (2006), *Sentidos da violência ou a violência sem sentido: o olhar dos adolescentes sobre a mídia*.



Novamente buscando em diferentes fontes indexadoras nacionais, como o portal Scielo, por estudos e discussões sobre criminalidade, sistema prisional, psicologia e mídia, encontrei artigos como: a) *A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas*, de Souza, K. O. J. (2009), e b) *A criminalidade infanto-juvenil e a influência da mídia: uma questão em aberto*, de Batista, A. C. R., de Andrade Gois, M. M., Mitiura, V. K. e Amaral, M. A. (2009).

Dentre os autores que se propõem a analisar e discutir os discursos da mídia acerca da violência e da criminalidade, encontrei Coimbra (2001, 2006), Souza (2003), Oliveira (2008), Hamilton (2009), Sória (2009) e Rauter (2012). Porém, nesses estudos, não há menção à questão específica acerca do que proponho, que é conhecer os efeitos subjetivos produzidos por dispositivos midiáticos em pessoas que tenham sido presas, mas podendo ouvi-las e, a partir de suas falas, observar como vivem e como lidam com o que é dito sobre criminalidade.

Dessa forma, os objetivos apresentados nesta dissertação foram compreender a produção de subjetividade de pessoas que passaram por prisão, observando como lidam com os discursos que circulam na mídia, mais precisamente, os discursos relativos à criminalidade, à violência e até mesmo à prisão, os quais comumente seguem uma lógica punitiva e de controle, como já mencionado anteriormente. Ainda dentro dos objetivos, procurei entender de que maneira as narrativas de si, tomadas do conceito de Walter Benjamin, que será mais amplamente discutido durante a escrita, podem compor um caminho para a construção de novos modos de lidar com questões que se configuram na exclusão social. Trata-se de compreender como narrar a si e compartilhar experiências pode proceder a rupturas no modo de perceber-se, diferenciando-se dos parâmetros reservados pela criminologia clínica. Da mesma forma, para chegar ao entendimento da subjetividade afetada pelos discursos midiáticos, foi importante saber como as pessoas acessam a mídia; quando na prisão, como funciona esse acesso; e, em liberdade, como se dá a escolha dos assuntos ou programas que costumam acessar.

Essas costuras foram realizadas durante os encontros e levaram em consideração a análise da temática criminalidade e a condição de egressos dos participantes da pesquisa, entre outros elementos que possam estar relacionados. Por fim, para realizar este estudo, procurei viabilizar espaço de discussão e de reflexão entre os participantes para pensar e conversar sobre o modo como vivem no dia a dia, considerando as mídias acessadas.

Para atingir os propósitos apresentados nesta dissertação, ela foi dividida em quatro momentos. Primeiramente, apresento a trajetória da pesquisa, o contexto e o seu delineamento, buscando demonstrar minha implicação com a temática e a escolha pela metodologia alinhada aos pressupostos da pesquisa.

No segundo momento, após a discussão da metodologia, apresento os resultados da pesquisa de campo no que tange às mídias acessadas, aos conteúdos veiculados e aos participantes dos encontros, trazendo em blocos as falas e pontos de discussão que tiveram maior regularidade e relevância entre os integrantes da conversa.

No terceiro momento, discuto em tópicos os aspectos que envolvem os conteúdos midiáticos destacados e a relação com a fala dos integrantes da pesquisa. Dentre os tópicos, estão: a discriminação, preconceito e criminalização da pobreza; a relação com a corrupção; o trabalho e a educação como redenção e cidadania; direitos sociais e assistencialismo.

No primeiro tópico, a produção de subjetividade é problematizada mediante a discussão sobre identidades produzidas como resultado de estratificações dominantes, seguindo para a discussão da criminalização da pobreza, que leva em consideração o histórico de urbanização no país como parte do processo de empobrecimento da população e posterior exclusão. Por fim, considera-se a relação com a mídia como dispositivo de subjetivação, abordando-se os aspectos da linguagem, da semelhança e da similitude para pensar sobre os discursos que envolvem a estigmatização, mas também as possibilidades de resistência a esses processos.

No segundo tópico, procuro discutir os aspectos políticos envolvidos na crítica midiática sobre a corrupção, dando ênfase à apropriação do sujeito sobre a realidade em torno do que é veiculado na mídia. Ainda, faço breve problematização do papel da mídia na manutenção e incentivo às condutas de repressão e retribuição aos crimes. Trabalho no entendimento sobre as possibilidades de ruptura dos processos de criminalização pela preservação da autonomia, da ética e da liberdade no cultivo da estética da existência.

No terceiro tópico, a discussão fundamenta-se no significado de trabalho e de educação na promoção de cidadania e de qualidade de vida, sob a ótica trazida pelos egressos e o conceito constituído socialmente. Para pensar, trago falas que relatam a realidade enfrentada pelos egressos na busca por trabalho. Abordo o significado de estudar e ter acesso à cultura, considerando o contexto de exclusão, e aponto a necessidade de pensar políticas de acesso ao mercado de trabalho que possam dirimir a vulnerabilidade social e efetivar a inserção social de maneira equânime.

No quarto tópico dos resultados da pesquisa, a discussão se dá em torno da realidade social de direitos não atendidos e da relação constante com assistências sociais. Nessa discussão, trata-se do entendimento de políticas públicas e da relação da mídia na constituição da relação entre assistência social e pobreza. Além disso, brevemente é problematizada a ideia de assistencialismo como condição de sobrevivência.

O quarto momento trata dos efeitos dos discursos midiáticos na produção de subjetividade, trazendo questões conceituais para discutir os aspectos que compõem este estudo. Finaliza-se com a abordagem das narrativas de si e da experiência como diferentes possibilidades de existência e de liberdade, abordando-se os meios para que os sujeitos possam escapar às práticas discursivas reducionistas e criar novos modos de relação consigo e com o mundo. Por fim, há ainda as considerações finais.

## 2. **Percurso metodológico**

Esta pesquisa foi realizada junto a um grupo de pessoas que passaram por processo de aprisionamento e que frequentam a Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário (FAESP), localizada no município de Porto Alegre.

Tendo em vista que a pesquisa envolve contato com pessoas, ela foi submetida ao Comitê de Ética, por meio da Plataforma Brasil, com o título “Violência e criminalidade na mídia e produção de subjetividade em pessoas com vivência de prisão”. O processo considerou todos os cuidados necessários para o contrato com os participantes, para não haver constrangimento ou expô-los a qualquer tipo de risco ou sofrimento. Ademais, foi garantida a liberdade de decidirem sobre a participação, bem como foram observadas as questões relativas ao sigilo das informações. A participação livre e consentida foi um dos cuidados tomados para viabilizar a abordagem que propus, pensando em possibilitar um ambiente acolhedor no qual as pessoas pudessem incluir-se nas discussões por vontade própria, sem receios de expor suas opiniões e de falar livremente para compor com o grupo. Por isso, entendo que a liberdade de escolha pressupõe ser necessária para a discussão dos temas e a narração das histórias.

Inicialmente, realizei contato para saber da viabilidade de realização da pesquisa no espaço da FAESP. Pensei nessa instituição porque já tinha ouvido falar no trabalho que lá era desenvolvido, apesar de não o conhecer de perto. Soube por colegas Assistentes Sociais sobre os objetivos e o funcionamento daquela instituição, e as poucas informações que tinha motivaram-me a conhecer melhor o espaço, as pessoas e o trabalho, a fim de fazer o convite para a pesquisa. Então, após tomar conhecimento da instituição e da possibilidade de ali realizar o estudo, informei os objetivos da pesquisa e os procedimentos que seriam adotados. Dentre eles, apontei a necessidade de espaço para realizar as conversas, com acomodação e

luminosidade suficiente, uso de aparelho audiovisual, reuniões semanais, privacidade e acústica para a realização dos encontros.

Quando decidi realizar a pesquisa com pessoas que estiveram em processo de prisão, surgiram questionamentos sobre a necessidade de pesquisar em campo aquilo que minha experiência de trabalho pudesse dar conta, com base em estudos teóricos. Porém, a questão que ficava para mim após refletir sobre esse questionamento era: por que não pesquisar ouvindo e interagindo com as pessoas? Pensando sobre o que me fazia querer esse contato, deparei-me com a vontade de possibilitar algum retorno aos participantes que fosse diferente de uma devolução de resultados empíricos. Estava certa de que não queria simplesmente devolver minha impressão, por mais cuidadosa que fosse, nem apenas dispor numa escrita o que meus estudos concluiriam a respeito de suas subjetividades. Entendo que o processo de pesquisa com pessoas que viveram ou ainda vivem algum tipo de exclusão deve preocupar-se com o que significa esse processo para “quem está sendo pesquisado” e com a maneira como o estudo pode repercutir em sua vida e no avanço social para minimizar os efeitos excludentes. Portanto, a meu ver, o processo de pesquisa tem outro sentido que não somente produzir conhecimento acadêmico, este que muitas vezes fica restrito a quem está nesse meio, discutindo e produzindo outras leituras – conhecimento e leituras que se tornam de difícil acesso às pessoas que passaram por prisão, quando não distantes.

Dessa forma, a escolha do método e do campo teve o intuito de viabilizar aos próprios participantes serem protagonistas nesse processo, criando possibilidades de serem afetados com o que produziam no ambiente da pesquisa. Nesse sentido, a ideia foi se afirmando como intenção de propiciar espaço de discussão que possibilitasse formação do coletivo, entendendo que a pesquisa aconteceria nessa interação e na criação daquilo que para o grupo fosse importante.

Com base em autores que discutem a pesquisa qualitativa, sempre vi com interesse esse modo de pesquisar, em função da potência que as diferentes percepções possuem, seja na discussão de uma ideia, seja na colocação de uma dúvida ou de uma afirmação, ou seja, discussões por onde se pautam as condutas e as falas que se atualizam em novos modos de entendimento, produzindo diferentes territórios existenciais (Maraschin, 2004). Com isso, reafirmo o entendimento de que o método adotado tem o sentido de oportunizar aos participantes viverem o coletivo, a troca e a produção de experiências entre aqueles que mais interessam nesse processo. Entendo também que a produção de conhecimento por esse método é potente diante da multiplicidade de modos e atualizações que ocorrem em tal interação.

A metodologia utilizada foi a roda de conversa, realizada com os egressos que se dispuseram a participar dos encontros, organizados para acontecer de sete a oito vezes e com duração média de 50 minutos cada um. Essa programação de frequência e tempo foi pensada com base na rotina das pessoas na FAESP.

Para chegar a esse entendimento, realizei várias visitas à instituição antes de começar a pesquisa propriamente dita. O intuito era entender o funcionamento e as possibilidades para fazer o estudo naquele local e também aproximar-me dos profissionais da instituição que estavam acolhendo a pesquisa.

A direção e funcionárias da FAESP dispuseram-se a explicar o funcionamento da instituição, contando a sua origem e objetivos e esclarecendo como procedem na assistência aos egressos do sistema prisional. Trata-se de uma entidade filantrópica que, de forma geral, visa a atender esses sujeitos e a promover cursos profissionalizantes, desenvolvendo uma política de acolhimento com vistas à prevenção da reincidência criminal.

A procura da Fundação pelos egressos acontece de forma espontânea, e a participação nos cursos oferecidos ocorre por adesão. No momento em que ia iniciar a pesquisa, já com a aprovação do Comitê de Ética, em julho de 2015, havia iniciado uma turma de seis a oito

egressos no curso de pintura predial, dado nas dependências da FAESP em parceria com o SENAC. Considerei ser esse um momento importante para aproximar-me e acompanhar o curso. Nas primeiras aulas, a diretora da Fundação informou o grupo sobre minha pesquisa e a intenção de conversar com eles. É importante registrar que, conforme fui me aproximando e entendendo a dinâmica dos sujeitos com a instituição, observei que eles são assistidos com o fornecimento de passagens de transporte urbano até o local e com alimentação quando estão engajados em alguma atividade na Fundação, como foi o caso do curso de pintura predial. Por isso, a programação de tempo e horários previstos para a pesquisa levou em consideração o vínculo com o curso, com dia e horários definidos. Concluí que, em momento diferente, pudesse não haver participação dos egressos por falta de condições para o transporte ou por terem outra atividade (trabalho, estudo, saúde, família) e talvez por não terem interesse em participar, havendo o risco de esvaziamento e de inviabilidade dos encontros. A programação dos encontros também considerou que se tratava de um grupo de pessoas reunidas aleatoriamente, que tinha em comum naquele momento a condição de egressos penitenciários em uma instituição de acolhimento específico e transitório. Por todas essas razões, procurei organizar os encontros dentro das possibilidades descritas, duas vezes por semana, em meio às atividades correntes, para garantir a participação dos voluntários, pois o curso que frequentavam já estava em andamento, com prazo para ser concluído.

No dia em que iríamos começar a pesquisa, procurei estar no local com antecedência para acompanhar as atividades e ir estabelecendo vínculo de confiança. Trocamos ideias sobre a pintura, e fizeram perguntas sobre mim; em meio a isso, fui contextualizando o estudo, falando como iria funcionar e quais eram os objetivos. Conhecedora das questões que atravessam as relações na instituição prisional, no grupo, preferi identificar-me apenas como psicóloga, estudante e pesquisadora da UFRGS. O intuito era evitar interferência no vínculo que estava para ser estabelecido, porque, independentemente do trabalho que realizo como servidora

penitenciária, a instituição prisão simboliza punição e controle; por isso, tive receio de que os encontros tivessem essa conotação, desviando o foco da pesquisa. Também há de se considerar que o objetivo de estar ali não diz respeito à instituição prisão, mas ao percurso da pesquisa e mais propriamente às pessoas e seus modos de viver entre discursos midiáticos sobre a criminalidade.

Quanto à metodologia, expliquei como seriam os encontros, de forma que pudesse haver pleno entendimento dos objetivos. Informei que se tratava de um estudo que, dentre outras questões, buscou saber como era para eles o acesso à mídia (TV, rádio, internet, jornal) e como pensavam sobre os conteúdos aos quais tinham acesso; ainda, caso fossem programas que abordassem de alguma forma a violência e a criminalidade, gostaria de saber como lidavam no cotidiano com o que e como era falado acerca desses assuntos. Também demonstrei que gostaria de conversar sobre suas vidas, de maneira que pudéssemos refletir sobre suas histórias anteriores à prisão, durante o aprisionamento e em liberdade, sendo egressos do sistema prisional. Tendo em vista que essas reflexões seriam pautadas em conjunto com os discursos da mídia, solicitei que sugerissem o que iríamos assistir/ler/ouvir para fomentar os debates nas rodas de conversa. Para que se sentissem seguros e motivados, afirmei que ali era um espaço em que poderíamos debater o que considerássemos pertinente como grupo, respeitando a fala e as ideias de todos, inclusive as minhas percepções e opiniões como mediadora e participante do grupo.

Quanto à roda de conversa, segundo Melo e Cruz (2014), essa metodologia é dinâmica e visa a produzir diálogo mediante a troca de experiências e reflexões sobre os assuntos abordados (Melo & Cruz, 2014). Conforme os autores, envolve uma pesquisa qualitativa que tem como pressuposto possibilitar aos participantes serem protagonistas do processo no qual estão incluídos. Sampaio, Santos, Agostini e Salvador (2014) consideram “as rodas de conversas uma estratégia política libertadora, que favorece a emancipação humana, política e



social de coletivos historicamente excluídos” (p.1300). No método, “emerge a fala como signo de valores, normas, cultura, práticas e discurso” (idem, p. 1301). Esse é um dos motivos da escolha do método, assim como o entendimento de que a roda de conversa se configura em um espaço de respeito à singularidade, valorizando as percepções de cada experiência transmitida e compartilhada entre todos os participantes. Um dos pontos importantes dessa intervenção no campo é o que se produz em conjunto. De acordo com Sampaio et al. (2014),

O espaço da roda de conversa intenciona a construção de novas possibilidades que se abrem ao pensar, num movimento contínuo de perceber – refletir – agir – modificar, em que os participantes podem se reconhecer como condutores de sua ação e da sua própria possibilidade de ‘ser mais’ (p.1301).

Em sintonia com essa abordagem, Maraschin (2004) afirma que, se toda pesquisa qualitativa é também uma intervenção que cria sujeitos e oferece diferentes possibilidades de existência, a autoria e a narrativa são partes dessa experiência, que não se faz sozinha, mas com as vozes, os discursos e as memórias de outras pessoas, com outros meios que se associam nesse processo de rememoração e socialização.

De acordo com Moura e Lima (2014), nesse método de pesquisa, a produção de material ocorre como uma espécie de entrevista de grupo, sem que seja diretiva e estruturada em questões fechadas, mas com a interação entre pesquisador e participantes em uma discussão focada nos tópicos essenciais da pesquisa. Os autores alertam para as peculiaridades do processo, considerando que é uma pesquisa produzida a partir de opiniões e falas dos participantes, podendo ter divergências; cabe ao mediador garantir participação equânime entre todos, mantendo o foco na discussão. Esta foi uma de minhas preocupações: conseguir manter a convivência e o espaço sem intercorrências que inviabilizassem o processo. Porém, de fato, não houve qualquer menção que pudesse tornar o espaço aviltante ou prejudicial, nem mesmo

intercorrência que necessitasse reconstratar as principais combinações, a não ser para relembrar os propósitos da discussão quando ingressava um novo integrante.

A metodologia de roda de conversa oferece justamente a possibilidade de fazer reflexões acerca da trajetória de vida dos participantes. O espaço produz movimento para acionar memórias mediante narrativas sobre suas histórias, experiências e sensações, nesse caso, com foco nos discursos midiáticos sobre o que envolve criminalidade e passagem pela prisão e nas estratégias de convivência social.

Dentro dessa metodologia, ainda pensando no funcionamento das pessoas em relação com a instituição, preferi organizar e combinar encontros abertos, que permitissem a outras pessoas ingressar durante a pesquisa (pessoas que porventura ainda não estivessem participando e quisessem inserir-se). Também foi um modo que encontrei de dar liberdade a quem não pudesse ou não quisesse permanecer no grupo, podendo ausentar-se do espaço sem oferecer prejuízo à pesquisa.

A ideia de encontros abertos, então, visava a manter quórum e permitir que a participação fosse espontânea, para que a produção do grupo não tivesse a interferência do controle, uma vez que a experiência também tinha em vista novos modos de lidar com suas questões. Além disso, considerei rica a possibilidade de diversificar as informações e as trocas com pessoas diferentes. Também o fato de as pessoas terem uma frequência flutuante nas atividades da FAESP foi levado em consideração para essa decisão. Importante dizer que, quando um novo membro ingressava, era feito novo contrato com o grupo, relembrando brevemente as combinações, e o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) era necessariamente conhecido e assinado pelo novo integrante, considerando-se que havia previsão de gravação de áudio.

A proposta foi que, nos encontros, pudéssemos fazer reflexões e discutir a partir de alguma notícia de jornal, programa televisivo ou de rádio. Os debates, de maneira geral, foram

gerados e pautados por discursos midiáticos de programas apontados pelos participantes que, em sua maioria, envolvessem notícia de criminalidade ou realidade social.

Os encontros foram organizados da seguinte maneira:

**Primeiro dia:** participaram do primeiro encontro quatro pessoas das seis que estavam presentes no curso da FAESP: S, A, L e JC. Nesse momento, para a conversa fluir sem maiores preocupações e porque ainda demonstravam tensão, resolvi não gravar a conversa em áudio e apenas fazer as anotações necessárias. Iniciei com contrato de pesquisa que continha explanação e assinatura do TCLE para a participação e levantamento de informações como: nome, idade, escolaridade, profissão ou atividade laboral e tempo de aprisionamento. Esse levantamento foi pensado também como um exercício de aquecimento para o grupo, para que se conhecessem e para possibilitar formação do coletivo no grupo.

Questionei sobre o acesso à mídia, as possibilidades dentro e fora da prisão e os conteúdos acessados. Dentre as mídias apontadas pelo grupo, decidi abordar, ainda no primeiro encontro, um programa televisivo que permitia acesso por canal de internet e iniciar o debate naquele momento, considerando o prazo de sete encontros para produzir o material de análise. Nesse caso, apresentadas as possibilidades, foi escolhido em consenso dos participantes assistir a um trecho do Jornal SBT Brasil, no qual a repórter comenta o noticiário de um ato criminoso. A roda de conversa iniciou com quatro egressos e, em meio à reunião, um deles se retirou por ter outro compromisso previamente agendado.

O trecho do jornal transmitido por vídeo, que já era de conhecimento dos participantes, foi o da repórter Raquel Sherazade, do Jornal SBT Brasil, que gerou repercussão nacional e ficou conhecido nas mídias pela chamada de “Adote um Bandido”. A repórter abordou o caso de um rapaz suspeito de roubo que foi espancado e amarrado, nu, em um poste da zona sul do Rio. A repercussão que a reportagem gerou deveu-se à ação da comunidade e à posição da repórter.

Fala da repórter:

“É, o marginalzinho amarrado ao poste era tão inocente que em vez de prestar queixa contra os seus agressores, ele preferiu fugir, antes que ele mesmo acabasse preso. É que a ficha do sujeito está mais suja do que pau de galinheiro. Num país que ostenta incríveis 26 assassinatos a cada 100 mil habitantes, que arquiva mais de 80% de inquéritos de homicídio e sofre de violência endêmica, a atitude dos vingadores é até compreensível. O Estado é omissivo; a polícia, desmoralizada; a justiça é falha. O que resta ao cidadão de bem, que ainda por cima foi desarmado? Se defender, é claro. O contra-ataque aos bandidos é o que eu chamo de legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite. E aos defensores dos direitos humanos que se apiedaram do marginalzinho preso junto ao poste, eu lanço uma campanha: faça um favor ao Brasil: adote um bandido”.

A escolha do vídeo ocorreu dentre os tipos de mídia apontados como preferência na temática da pesquisa e serviu como disparador da conversa. Após assistir à notícia do jornal, que durou cerca de três minutos, a roda foi aberta para discussão do assunto. Durante as participações, fiz intervenções em pontos que sugeriam ser aspectos importantes no modo como lidaram com a abordagem do vídeo. Repetia o que tinham dito para averiguar se tinha entendido o que queriam expressar e também fiz intervenções para aprofundar a discussão. Para isso, lançava questões que pudessem ampliar as possibilidades do que era dito entre os participantes e observava como essas reflexões se relacionavam com suas histórias de vida e experiências e de que maneira essas questões eram conduzidas por eles. Em outros momentos, procurei acolher as falas que apresentaram posicionamento, principalmente em torno das experiências, como forma de reconhecimento da singularidade.

Por fim, um dos participantes comentou que, quando estava preso, gostava de escrever em vez de assistir à televisão ou acessar outra forma de mídia. Por isso, combinamos que faríamos esse exercício nos próximos encontros.

**Segundo dia:** participaram do encontro: L, S e A.

Para começar a conversa, fiz um breve aquecimento de boas-vindas ao novo encontro, perguntando como se sentiam e quais eram as expectativas de discussão. Como ainda se mostravam reservados e aguardando uma tarefa, aproveitei para retomar a sugestão de mídias apontadas pelo grupo para decidir com eles como seria aquele dia. O diálogo iniciou com brincadeiras entre si, falando das preferências por novelas e jornais televisivos. Falaram das condições e limitações para terem acesso aos meios de comunicação, e, em seguida, o assunto passou a ser a realidade de suas vidas em termos de moradia, questões financeiras e econômicas, laços familiares, bem como condição social e políticas do país, assuntos que são abordados nas novelas às quais costumam assistir. Minhas intervenções foram para fomentar a discussão, procurando costurar o que era dito aleatoriamente no grupo. Para resgatar o debate sobre as mídias, questionei se a vida imita a arte ou a arte imita a vida. A reflexão sobre o que é mostrado nas novelas (preferência entre os conteúdos disponíveis) e a forma como a população envolvida com o crime é retratada foi disparadora da discussão. Para isso, disponibilizei um capítulo da novela *I love Paraisópolis*,<sup>11</sup> com uma trama que envolve o chefe do tráfico com a comunidade e com pessoas poderosas (empresários ricos). O debate levantou tópicos relativos a preconceitos, justiça, polícia, dinheiro, sentimento de receio, de incômodo e menosprezo, e condutas diversas. Durante as falas, fui tentando fazer conexões com eles, refletindo sobre a maneira como reproduzimos alguns dos pontos mostrados na novela, como o preconceito, por exemplo. Foi um dos encontros mais longos e participativos.

**Terceiro dia:** participaram L, S e A.

---

<sup>11</sup> Retrieved from [https://pt.wikipedia.org/wiki/I\\_Love\\_Parais%C3%B3polis](https://pt.wikipedia.org/wiki/I_Love_Parais%C3%B3polis)

Para esse encontro, conforme o combinado, levei jornais de sua preferência para que pudéssemos ler e destacar os assuntos para o debate. Combinamos aproximadamente 10 minutos para o manuseio dos jornais, para que cada participante tivesse condições de escolher e entender o conteúdo que iria discutir com o grupo. A disponibilização de jornais impressos serviu para diversificar os tipos de mídia e contemplar as apontadas pelo grupo. A ideia também foi observar como se dava a relação com o conteúdo veiculado pelo jornal impresso, uma vez que o tempo da informação nesse meio é diferente do tempo da TV e do rádio e que a quantidade de elementos sobre o assunto também é mais extensa, permitindo reflexão do leitor sobre o que está sendo veiculado, assim como ocorrem diferentes efeitos subjetivos. Além disso, o jornal impresso oferece possibilidades de escolha sobre a ordem em que o leitor quer ler as notícias, de acordo com suas preferências (Megid, 2005).

Foi possível, então, observar questionamentos, críticas ou afirmações sobre as leituras. Cada participante discorreu sobre suas escolhas, enquanto o grupo fazia comentários, conforme o entendimento que apresentavam. Minhas intervenções foram no sentido de ajudá-los a perceber a importância de compartilhar ideias, mas também de buscar refletir pelo viés do que o outro trazia e em grupo construir alternativas ou outras narrativas que gostariam de ver veiculadas. Fomentei, mediante perguntas e apontamentos, as percepções sobre assuntos relativos à prisão, jovens e delitos, uso de drogas ilícitas e relações familiares, em comparação com as suas realidades e sentimentos em torno disso.

**Quarto dia:** Participaram L, S e J.

O encontro contou com a participação de um novo integrante, mas sem a presença de A., que vinha acompanhando os encontros. A roda teve duração de 15 minutos, em função do atraso no encerramento das atividades do curso de pintura. Mesmo assim, ficamos reunidos nesse período, que serviu para a acolhida do novo membro e para retomar as combinações que fizemos no primeiro dia sobre as escritas. Propus que escrevessem algo que gostariam que fosse

conhecido sobre o grupo ou sobre suas histórias pessoais. Procurei incentivar a reflexão e produção de algo que pudesse contar alguma coisa de sua memória ou de sua história da maneira que entendessem importante de ser compartilhada. A combinação foi compartilhar experiências no grupo.

**Quinto dia:** Participaram A, L, J e S.

Esse encontro foi tumultuado, com algumas interrupções devido ao encerramento do curso e à entrega de certificados. Também teve confraternização entre os participantes, juntamente com o professor, a direção e outros membros da instituição. Por isso, tivemos nosso período de conversa um pouco reduzido e foi um desafio iniciar o encontro, pois a confraternização ocorreu no mesmo espaço onde as rodas eram realizadas. Para que conseguissem ater-se à atividade de pesquisa, iniciei a conversa falando sobre o curso que finalizaram, abrindo o debate acerca das expectativas em torno disso e como foi para eles fazer o curso. As discussões focalizaram o mercado de trabalho, preconceito e desigualdades. Os participantes começaram a questionar meu ponto de vista e procurei incentivar o senso crítico que aparecia em torno das questões. Fomentei as conexões entre suas histórias pregressas e as atuais que estavam sendo feitas, com base nas falas que surgiram no grupo. Também pontuei o que parecia reprodução de discursos moralizantes, que poderiam estar relacionados com a exclusão que os participantes vivenciavam.

**Sexto dia:** participaram E, J e S.

O curso de pintura foi estendido por mais dois encontros de recuperação para aqueles que faltaram às atividades. Nesse dia, teve ingresso de novo integrante. Em relação à atividade, para esse encontro, levei notícias de vários jornais falando sobre prisão, segurança, criminalidade e violência, e iniciamos o debate e as reflexões. Essa ideia levou em consideração a preferência por jornais – de rádio, impressos e televisivos – como forma de reconhecimento de território sobre o que está acontecendo na cidade. Levei exemplos de noticiários, como o do

cercamento do Parque Farroupilha (Redenção) em jornal impresso<sup>12</sup>, a reação de populares diante de tentativa de furto de veículo em jornal televisivo<sup>13</sup> e uma rebelião em presídio do Estado veiculada na internet<sup>14</sup>. O material incentivou a participação e ajudou na forma como os participantes mais reservados ingressaram no assunto. Depois da leitura, procurei circular a discussão, incluindo os participantes de maneira equânime, mesmo que o espaço tendesse a ficar centralizado por quem era mais comunicativo. Os noticiários com os quais se identificaram tiveram maior repercussão no debate. O assunto dirigiu-se para questões complexas, como políticas públicas, racismo, preconceito, segurança, acesso a lugares públicos, relações sociais e expectativas de futuro.

**Sétimo dia:** participaram E e S.

Esse foi o último dia, porque os encontros já estavam dando sinais de esvaziamento e os egressos haviam concluído suas atividades na FAESP. No início da conversa, apenas um egresso estava presente e começou a falar espontaneamente de suas experiências e tentativas para conseguir trabalho. Percebi sua necessidade de conversar e, até que outros participantes chegassem, permiti que falasse e me propus a contribuir, escutando e colocando questões sobre as experiências relatadas. Aguardei o tempo necessário para iniciar a conversa com dois integrantes. Havia combinado que nesse dia iríamos ler as histórias escritas pelos egressos. Apenas um deles tinha feito o registro; mesmo assim, lemos e discutimos suas anotações, que foram breves, mas geraram reflexão.

Depois dessa discussão, procurei contemplar a sugestão de audiência midiática dada por E. sobre um noticiário de TV que tratou do uso de tornozeleiras eletrônicas em presidiários. Passamos a conversar sobre o assunto no pequeno grupo, e procurei conduzir a discussão de

---

<sup>12</sup> <http://www.correiopovo.com.br/blogs/juremirmachado/?p=7341> de 13/07/2015.

<sup>13</sup> <http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/09/preso-por-tentativa-de-furto-de-carro-no-menino-deus-e-solto-4843947.html> de 09/09/2015.

<sup>14</sup> <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/08/rebeliao-na-penitenciaria-estadual-de-charqueadas-e-controlada-4820768.html> de 09/08/2015.



maneira que a conversa não ficasse centralizada no integrante mais comunicativo. Colocava em questão para o outro participante o assunto que era trazido, buscando incluí-lo na conversa, com perguntas como: o senhor concorda com o que ele está dizendo? Como o senhor lida com essa questão? Qual o seu entendimento? O que faria no lugar dele? A intenção desses questionamentos, além de incluir o sujeito, era fazer circular o assunto, produzindo e criando diferentes maneiras de lidar com os discursos, principalmente diante da reprodução de falas que reforçam o lugar de dificuldades ou de condutas excludentes.

### **Participantes da pesquisa**

O registro a seguir traz aspectos importantes dos participantes, tendo sido considerados na escolha dos materiais utilizados na pesquisa, no modo como foram intermediadas as falas e na forma como foram agrupados os resultados para a análise.

**S**, 52 anos, ensino fundamental incompleto, é reincidente; costumava passar o tempo na prisão escrevendo seus sentimentos, pensamentos sobre o dia, sua vida, a família e amigos; jogava baralho com outros presos; ouvia a Rádio Farroupilha (*Programa do Gugu e Comando Maior com Sérgio Zambiasi*). Não gosta de assistir a programas considerados policialescos<sup>15</sup> pelo modo como abordam a notícia porque prefere não ter recordações do que viveu na prisão. Assistiu à novela *Vidas Opostas*, da Rede Record, porque considera que ela retratou bem a realidade. Mora com a irmã na Vila dos Papeleiros em Porto Alegre. Tem uma namorada e gosta de viver na sua comunidade, onde também moram antigos amigos.

**L**, 50 anos, está cursando o ensino fundamental na EJA em Porto Alegre. Em relação a seu histórico prisional, é reincidente. Na prisão, costumava passar o tempo jogando baralho, assistindo ao *Jornal na TV* e algumas vezes a programas policialescos, como o *Brasil Urgente*,

---

<sup>15</sup> São programas de televisão que desenvolveram um modo específico de captar a matéria e de apresentá-la, tendo em seu formato a associação entre criminalidade e seu combate (Hamilton, 2009). Conforme este autor, esses programas utilizam linguagem apropriada ao público a que se dirigem – geralmente, as classes populares (idem).

e ouvia a Rádio Farroupilha. Migrou da cidade de Santa Maria para Porto Alegre e atualmente mora sozinho, no local de trabalho, onde é guarda de depósito. Não tem contato com familiares (irmãos e irmãs; os pais são falecidos). A família não aprova o envolvimento com o crime, e isso fragilizou a relação familiar, em especial, com um irmão. É aposentado por invalidez devido a um problema físico.

**A**, 40 anos, não-alfabetizado, é reincidente criminal; atualmente tem vínculo de trabalho com a rede Walmart e mora sozinho. Tem um filho adulto, que é militar do exército e mora em outro estado. Tem outros filhos menores, com quem não tem contato. Possui vínculo familiar com uma irmã, a quem frequentemente se refere. Assume postura mais moralizadora e procura diferenciar-se dos demais por meio da condição de estar com vínculo empregatício.

**JC**, 37 anos, tem ensino fundamental incompleto e teve algumas passagens pela prisão. Pouco falou de si e apenas disse que tem a saúde fragilizada e encontra na FAESP um apoio para alimentação, medicamento e transporte. Participou somente do primeiro encontro da pesquisa.

**J**, 53 anos, não-alfabetizado, expressa-se com dificuldade e apenas quando é questionado. Gosta de ouvir os mesmos programas de rádio já citados (Rádio Farroupilha), não faz comentários sobre família nem de sua condição atual; apenas relata o sofrimento de ter sido preso. Na prisão, procurou vincular-se a uma atividade laboral para ter seu tempo preenchido e obter algumas vantagens que os presos trabalhadores possuem: alojamento e comida diferenciados, prioridade de entrada para a sua visita e remissão de pena.

**E**, 42 anos, tem ensino médio (concluído na prisão pelo NEEJA). Teve êxito no vestibular para cursar a faculdade de direito, mas não tem condições de pagar a universidade, e os incentivos do governo passavam por alterações naquele momento. Foi militar do exército, onde desenvolveu a profissão de cozinheiro. Convive com a companheira, que necessita de seus cuidados em função da saúde fragilizada. Busca a FAESP para obter apoio e acesso à internet.

Na rede, acessa *sites* de notícias, como o G1, e utiliza o *e-mail* para enviar currículo para locais de trabalho.

### 3. Resultados e discussão da pesquisa

#### 3.1. Mídias destacadas de acordo com a preferência

Observei que os programas televisivos são os mais acessados e que o jornal impresso, apesar de elencado, tem pouca adesão, possivelmente por causa da dificuldade de leitura. A internet foi apontada como possibilidade de grande adesão, porém de difícil acesso por quem prefere esse meio. A audiência de programas televisivos e de rádio foi apontada como entretenimento e informação.

Dentre os meios e programas elencados, destacam-se:

##### 1. Noticiários televisivos:

- *Jornal do SBT*<sup>16</sup> - discorre sobre violência, criminalidade, esporte, entretenimento, política e economia.
- *Jornal da Record*<sup>17</sup> e *Jornal Fala Brasil*<sup>18</sup> - discorrem sobre violência, criminalidade, esporte, entretenimento, política e economia.
- *Jornal Nacional*<sup>19</sup> - aborda notícias sobre esporte, política, economia e criminalidade.
- *Jornal da Band*<sup>20</sup> - notícias do contexto político e econômico e sobre criminalidade.
- *Brasil Urgente*<sup>21</sup> - programa sobre violência e criminalidade. Considerado entretenimento pelos participantes

---

<sup>16</sup> <http://www.sbt.com.br/jornalismo/jornaldosbt/>

<sup>17</sup> <http://noticias.r7.com/jornal-da-record>

<sup>18</sup> <http://noticias.r7.com/fala-brasil>

<sup>19</sup> <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/index.html>

<sup>20</sup> <http://noticias.band.uol.com.br/>

<sup>21</sup> <http://noticias.band.uol.com.br/brasilurgente/>

## 2. Jornal impresso:

- *Diário Gaúcho*<sup>22</sup> - aborda notícias sobre violência e criminalidade; trata também de política e esporte.

## 3. Novelas:

- *Vidas Opostas*<sup>23</sup> - exibida em 2012 pela Rede Record, sendo descrita pelo canal como "uma inusitada mistura de *Cidade de Deus* com *Cinderela*"; foram retratados, entre outros temas, amor de jovens de classe social diferente, a corrupção policial e o tráfico de drogas, com extrema violência.
- *I love Paraisópolis*<sup>24</sup> - exibida em 2015 pela Rede Globo. Inspirada na comunidade homônima de São Paulo, uma das maiores favelas do Brasil, onde se desenvolve a maior parte do enredo. A comunidade, que fica ao lado do bairro de classe média alta Morumbi, em São Paulo, é conhecida como "faixa de Gaza" em alusão à área de refugiados palestinos. Os autores afirmam que não querem mostrar as diferenças entre as classes sociais, mas sim as semelhanças no encontro entre os "dois mundos", na trama.

## 4. Rádio:

- Farroupilha<sup>25</sup> de frequência AM (*Programa do Gugu e Comando Maior com Sérgio Zambiasi*, todas as manhãs). São programas de rádio citados como de audiência frequente pelos egressos. Na pesquisa sobre esses programas, observa-se trabalho assistencialista à população, que solicita ajuda pela rádio para adquirir recursos materiais, geralmente, por problemas de saúde. Os programas ainda relatam fatos criminosos, com ênfase em casos extraordinários; informam

<sup>22</sup> <http://diariogaicho.clicrbs.com.br/rs/>

<sup>23</sup> <http://www.pop.com.br/tv/novela-velha-vidas-opostas/>

<sup>24</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/I\\_Love\\_Parais%C3%B3polis](https://pt.wikipedia.org/wiki/I_Love_Parais%C3%B3polis)

<sup>25</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=NnTG\\_PF8Mi0](https://www.youtube.com/watch?v=NnTG_PF8Mi0)

sobre o trânsito na região metropolitana e acidentes; abordam problemas de relacionamento que resultaram em fatalidades e fatos que envolvem folclore ou crenças.

#### 5. Internet:

- G1<sup>26</sup> - Globo e para comunicar-se por correio eletrônico e redes sociais.

### 3.2. Roda viva: da segregação à constituição de direitos

As falas que se apresentaram com regularidade na roda de conversa com os egressos do sistema penitenciário sobre criminalidade e mídia como processo de subjetivação foram agrupadas por temas e dispostas da seguinte maneira:

- **Discriminação, preconceito e criminalização da pobreza.** Discussão pautada nas dicotomias Pobre e Rico, Corrupção e Direitos, Polícia e Bandido, Trabalhador e Desempregado. Ocorreu identificação entre os participantes pela via do sofrimento e da condição social (recorte de classe), indicando a criminalização da pobreza. A audiência de novelas que narram a realidade da prisão e da comunidade pobre relaciona-se com a percepção da dicotomia populacional, mas observa-se reprodução de discursos como: “a cadeia não educa ninguém, salvo os que querem” ou “é preciso separar o joio do trigo”. Quanto à criminalização por discriminação racial, o entendimento foi unânime sobre o fato.
- **Política partidária e corrupção como alvo de crítica.** A audiência de determinados programas em função da crítica que faziam aos criminosos políticos, como forma de compensar a crítica aos criminosos “comuns”. A discussão deu-se pela via da comparação entre as consequências penais sofridas pelos presos comuns (egressos) e as vivenciadas por pessoas ligadas ao poder econômico e político do

---

<sup>26</sup> <http://g1.globo.com/index.html>

país. Nessas falas, apareceram os elementos crime, dinheiro, prisão e corrupção política, interligados num jogo que envolve poder e trapaça. Associam riqueza com impunidade e regalias, e pobreza com punição e sofrimento.

- **Trabalho, educação, cidadania e qualidade de vida.** A discussão sobre trabalho foi em torno da inserção social, da não-reincidência e da qualidade de vida (aquisição de bens materiais), no sentido de cada um fazer a sua parte, apontando para a necessidade de construir algo para si por meio de uma ocupação sem riscos. Atitudes de julgamento moral foram observadas sobre quem não trabalha, mas também houve críticas à exploração de mão de obra barata e de subempregos. Os assuntos relativos à educação, à saúde, ao lazer, à cidadania e à qualidade de vida foram abordados como vias importantes para a inserção social. Na discussão, também se apresentou crítica à dificuldade de acesso a eventos culturais, que geralmente têm custos inalcançáveis para a população desfavorecida. Nesse tópico, aparece a vontade e necessidade de circular pela cidade e de ter acesso a entretenimento cultural, parques, *shows* artísticos e esporte, sem sofrer perseguição policial pela condição de egresso do sistema prisional.
- **Direitos e assistencialismo.** Trata da maneira como os egressos do sistema prisional entendem o acesso a direitos, como lidam com as assistências sociais e como o conjunto disso repercute na responsabilidade do Estado e da organização social. Em meio às falas, houve críticas consistentes sobre a inexistência de amparo no momento da soltura na prisão, como: rede de apoio, alojamento, documentação pessoal e profissional. Além disso, foi discutida a necessidade de políticas públicas que promovam maior acesso à universidade e moradia, bem como a criação de uma política tributária de incentivo à empregabilidade de egressos do sistema prisional.

Esses agrupamentos basearam-se na regularidade das falas durante os encontros, e entendo que estão interligados pelo modo de funcionamento da sociedade, na sua organização e segmentação populacional. A roda viva pode ser lida como o funcionamento cíclico nas dificuldades que levam para o destino da criminalidade, mas também, conforme este trabalho de pesquisa mostrou, essa roda tem vida que pulsa, que se movimenta e que possui porosidade por onde respiram e se atualizam diferentes modos de viver.

### **3.3 Violência e criminalidade: Isto não é a pobreza.**

*Todo lo visible esconde algo invisible.*  
René Magritte

A discussão que compõe este tópico decorreu da discussão que o grupo fez sobre os elementos discriminação, preconceito e criminalização da pobreza, inicialmente colocando-se de forma dicotômica, com entendimento de oposição entre Pobre e Rico, Corrupção e Direitos, Polícia e Bandido, Trabalhador e Desempregado. Já de início, conforme abordado por autores como Souza (2003), Rodrigues e Ziero (2014) e Klein (2007), que estudam os dispositivos midiáticos, pode-se dizer que esse posicionamento maniqueísta é reproduzido nos valores sociais. Segundo Klein, “as ações sociais não podem ser compreendidas como dos indivíduos, mas sim dos dispositivos, onde cada um opera uma parte do conjunto de ações que o constituem” (2007, p. 217), ou seja, a reprodução de posicionamentos conta com a ajuda de dispositivos institucionais e midiáticos.

Sobre essa reprodução, pode-se dizer, existe certa intenção na constituição da identidade cultural, “um conceito profundamente reacionário”, na concepção de Guattari (1986, p. 70), e resultado de estratificações dominantes. Para o autor, conectar uma identidade no retorno ao



idêntico e ao arcaico, isto é, categorizar para marcar e segregar, é diferente do que propõe a identidade de minorias que procuram criar rupturas nessas esferas por meio da diversidade. Portanto, Guattari (1986) afirma que “opor-se à ideia de reconhecimento de identidade uma ideia de processos transversais, de devires subjetivos” (p. 74) para pensar linhas de resistência e de fuga dessa dualidade.

Apoiada em autores que estudam a constituição de subjetividades sociais, entendo que essa polaridade reforça a noção de pertencer a um ou outro grupo, com funcionamentos diferentes e, em alguns casos, como pobre e rico, com posição contrária e conflitiva. São modos de existir que se constituíram no processo de produção de identidades localizadas e associadas a realidades. Dentre essas, há “realidades mais prazerosas e amenas ou realidades mais violentas e agressivas” (Coimbra, 2001, p. 41) sobre as quais a mídia tem tido papel relevante na produção.

Pude observar na roda de conversa que os participantes falavam desses tópicos – discriminação, preconceito e criminalização da pobreza – de forma identificada com um lado da polaridade, geralmente pela via do sofrimento e da condição social em que vivem (recorte de classe). Isso indica, entre os aspectos de discriminação e da criminalização da pobreza, aqueles que promovem maior dificuldade para a organização de vida, conforme podemos observar na fala a seguir:

*Exatamente, aí, um pretinho não pode ser gerente de banco, um pretinho não pode ser diretor de empresa estatal, um pretinho, se estudar administração, só se ele estiver em uma família abastada, em que ele tenha o próprio negócio, se não, ele vai ser sempre o quê? Agora nem existe mais, senão, ele seria só um protocolista, ele só ia protocolar documento. (E, 42 anos).*

Para Coimbra (2001), o histórico e a formação de alguns espaços urbanos brasileiros remetem à consolidação das chamadas “classes perigosas” associadas à pobreza. A autora

afirma que o caminho percorrido para a naturalização dessa relação é estruturado por elementos subjetivantes do capitalismo, ou seja, os pobres são condenados por sua condição de miséria, produzida pelo próprio capital, que se utiliza de sua existência para manter-se em funcionamento.

A autora traz elementos para pensar o processo de urbanização, apontando que, no início do século XX, o advento da industrialização no país atraiu as pessoas para os grandes centros e manteve-as nas regiões de desenvolvimento industrial, o que levou a um “inchaço” dos espaços urbanos, principalmente na região sudeste, onde iniciou a industrialização. O que está sendo dito é que, conforme a população foi aumentando em busca de trabalho nas indústrias, foram sendo ocupados espaços na periferia das cidades, conhecidos como “territórios da pobreza” (Coimbra, 2001, p. 81), onde a população migrante foi se alocando. Coimbra (2001) diz que esses espaços foram extremamente negligenciados pelos governos e pelo poder público, constituindo-se aleatoriamente sem investimentos de infraestrutura, o que acarretou o processo de empobrecimento e de esgotamento urbano decorrente de um acontecimento social que atingiu as principais capitais brasileiras e que hoje assume proporções nacionais de extrema pobreza.

Esse resgate histórico explica um pouco do processo de debilidade social que parte da população sofreu nos grandes centros urbanos. Pode-se dizer, inclusive, que nascer em uma favela, morar em condições subumanas e não ter acesso à escola ou, por dificuldades conjecturais, não ter um processo de escolarização ou de trabalho são efeitos desse processo de marginalização. Visivelmente, trata-se de um processo de exclusão social e de criminalização de uma coletividade alijada de direitos sociais, considerando-se que o contexto dessa marginalização social é discursivamente associado à violência e à criminalidade. Com isso, pode-se dizer que não se trata apenas de condição econômica, mas também de espaço territorial nesse processo de criminalização da pobreza.

Esse não é um entendimento novo sobre a criminalização da pobreza; muito já se falou sobre isso, e teóricos discutiram os aspectos da pobreza numa perspectiva de governamentalidade social (Michel Foucault). Todavia, a questão que se coloca é a problematização do discurso hegemônico, sobre o qual a mídia vem “desempenhando papel central no que diz respeito aos processos de controle social contemporâneos” (Rauter, 2006, p.86). Agenciamentos e práticas mantêm esses territórios como modo de subjetivação contemporâneo mediante a divisão populacional nas cidades pelas chamadas “zonas nobres” e “territórios da pobreza” (Coimbra, 2001, p. 81).

Os participantes da pesquisa trazem esse entendimento sobre a divisão de classes e de territórios em suas falas:

“Qual a impressão que vocês tiveram dessas cenas”? (Mediadora, sobre as cenas da novela *I love Paraisópolis*):

*Só rico e pouco pobre. Tem nada a ver com o crime isso aí. Isso quer dizer que o rico compra o pobre. Pra mim, o rico compra o pobre. (A, 40 anos).*

*Quando traficava, o empregado do juiz ia comprar comigo, sempre, toda semana. Então, um dia, eu fiz um teste, convidei esse rapaz pra ir até a minha casa. Ele foi, e eu fiz duas carreirinhas de cocaína, uma pra cada um. Aí, eu disse assim: “tu podes cheirar a tua”, e o rapaz disse que não queria cheirar. Daí, eu assim: “bom, então, se tu compras de mim, pra quem tu compras”? Ele respondeu: “Não quero dizer nada, não, mas é pro doutor”. É um juiz que faz o uso de droga, usa o empregado pra ir comprar na boca, e eu fico indignado com isso, porque a gente que é pobre vai preso. É sempre assim, qualquer coisa. Outro dia, me enxertaram na Praça XV, e eu não mexo mais com isso, mas me enxertaram, porque eu tenho a ficha suja e sou visado pela polícia. Até uma mulher que eu arranjei num curso, e acabei indo morar com ela, os filhos dela tiraram a minha ficha, mostraram pra ela, e ela terminou comigo. Então, esse tipo de coisa, as pessoas só olham o lado ruim” (L, 50 anos).*

Esses depoimentos expõem fatos relativos à criminalização da pobreza e aludem à realidade que essa população vive ao ter que reorganizar a vida e ao mesmo tempo ter que enfrentar essa constante retratação social.

Além disso, os ideais eugênicos constituídos ainda no século XIX, apontados por Coimbra (2001) e Rauter (2003), em relação à manifestação de preconceito com raça, cultura e diferenças sociais, caracterizaram-se como funcionalidade no processo de categorização da pobreza como perigosa, não só pela via da criminalidade, mas por questões como doenças, incapacidades e imoralidades atribuídas de forma iníqua por aversão a um segmento social.

Entendo que a construção identitária e a identificação demonstrada no grupo sejam um tanto decorrentes desses ideais. Até mesmo a audiência de novelas que narram a realidade da prisão e da comunidade pobre relaciona-se com essa identificação no modo de viver, de compartilhar essas dificuldades. Por outro lado, também reforça certa “guetificação”<sup>27</sup> que coloca barreiras para o fluxo de subjetividades. É possível observar esse entendimento em falas que mostram a noção da divisão de classes, como o primeiro trecho apresentado; no segundo, vemos um exemplo de fala que reproduz essa divisão:

*É que nem eu lhe falei. Nós aqui somos pobres, mas nós podemos ir aonde nós quisermos. Eles são ricos e não podem ir aonde nós vamos. Nem nós podemos ir aonde eles vão também, não é? Eles vão aos lugares só onde tem os gravatas, e nós não podemos ir lá. Só que eles não podem ir aonde nós vamos. (L, 50 anos).*

*A gente tem que separar o joio do trigo, a gente não pode dizer, em função do mau uso, em função de más... de pessoas que se comportam erradamente, não é, prejudicar toda uma grande massa. (E, 42 anos).*

---

<sup>27</sup> “A guetificação é paralela e complementar à criminalização da pobreza; há uma troca constante de população entre os guetos e as penitenciárias, um servindo como grande e crescente fonte para a outra” (Bauman, 2003, p. 109). Bauman, Z. (2003). Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.

Diante disso, procurei fomentar discussões no grupo que pudessem dar visibilidade a esse modo de pensar, digamos, territorializado e refletir justamente sobre outros modos de se relacionar com as pessoas que possam criar brechas no processo de individualização e de divisão social. A intenção, com essa abordagem, é tentar desterritorializar<sup>28</sup> essas “entidades reificadas”, “escapando desta lógica identitária” para favorecer a “ideia de subjetivação coletiva singular” em “um agenciamento de processos de expressão” (Guattari & Rolnik, 1986, p.71).

Em meio a isso, à sua maneira, os integrantes demonstraram a necessidade de abrir os territórios e gerar proximidade pela via do compartilhamento de experiências, às vezes pontuais, mas simbólicas, como mostram as falas a seguir:

*Eu trabalho ali no Big. A senhora vai no Big? Mas a senhora anda de ônibus? (A. 40 anos). E não dá pra ser de ônibus, pega ali na perimetral, ali... Aqui mesmo dá pra vir de ônibus. (A, 40 anos).*

*Eu ando de ônibus por tudo, pego aqui na frente, na Bento, vou pro colégio, mas depois não posso perder o ônibus pra não me atrasar lá onde eu moro (L. 50 anos).*

Certamente, em um breve contato como ocorreu na pesquisa, seria um grande desafio promover mudanças no modo de se relacionar com os aspectos que intensificam a segregação social de maneira mais duradoura, como se propunha com as reflexões que fizemos, tentando coletivizar as trocas. No entanto, esse processo ao menos permitiu que as pessoas falassem, que expusessem suas ideias e, como observado, que evidenciassem posições críticas a situações como a discriminação. As falas abaixo expressam isso:

*Colabora no sentido de cada vez mais a opinião pública nos olhar com aquele mesmo olhar que já havia anteriormente, o olhar discriminatório. Não vai poder voltar a ser o que tu*

---

<sup>28</sup> “A noção de desterritorialização aplica-se frequentemente ao enfraquecimento da dimensão espacial da vida em sociedade e fortalecimento das virtualidades. Assim, o conceito serve para definir processos que descontextualizam um número de relações estabelecidas, tornando-as virtuais e preparando-as para novas relações por virtude de uma operação de reterritorialização” (Natálio, 2013, p. 200).  
Natálio, C. (2013). “Territorialização / desterritorialização: movimentos cinematográficos”. In Atas do II Encontro Anual da AIM, editado por Tiago Baptista e Adriana Martins, 199-211. Lisboa: AIM. ISBN 978-989-98215-0-7.

*eras, tu não... Parece, assim, que tu ficaste rotulado, ficaste como se fosse um animal bovino, sabes, com essa marca. Então, tu fazes parte daquela fazenda. Essa fazenda aqui não condiz com as demais, é uma fazenda excluída, tu és um se... Tu vais sair com aquela mancha, e aquela mancha vai te seguir... (E, 42 anos).*

*Tinha que alguém ir fazer um estudo com os ricos. Querem só fazer estudo com [a gente]. Tinha que alguém fazer estudo com ricos também, pra ver o que eles falam. (A, 40 anos).*

Este trecho final é parte de uma fala sobre a rotina de questionamentos vivenciada pelos participantes quando são identificados pela polícia, quando são abordados na rua, quando estão presos e agora que já cumpriram a pena. Falaram sobre o quanto serem “usados” para fazer pesquisa é inerente à sua condição social e que os estudos realizados com a população pobre talvez não estejam correspondendo às expectativas de transformação social em que os participantes acreditam. Isso pode ser observado na fala a seguir:

*Mas, como tu queres saber, nós estamos tentando falar um pouco. Mas eles, mesmo sabendo que tu queres saber, eles não vão falar pra ti. Eles vão achar que tu estás te metendo num lugar onde não deve, quer saber muito, não é? (S, 52 anos).*

É importante levar em consideração a participação da mídia no processo de subjetivação que, sistematicamente, produz e faz circular significados que tendem a fixar modos de ser e a dar contornos rígidos às relações. Conforme Rodrigues e Ziero (2014), “enquanto componente do próprio processo cultural, a mídia não apenas cria, mas reafirma valores e crenças da sociedade” (p. 570). Portanto, o processo de criminalização da pobreza e de preconceito com a população marginalizada apresenta-se como elemento integrante desse modo de operar da mídia, onde circula composição de imagens, conceitos e condutas que reforçam determinado aspecto social.

A proposta de discussão dessa conjunção de elementos – discriminação, preconceito e criminalização da pobreza – vai de encontro à ideia de vitimização de um grupo ou parcela da população supostamente oprimida. Porém, propõe-se a problematizar a visibilidade de práticas que se consolidam em modos de subjetivação e tomam proporção de verdade para, mediante posições críticas e reflexivas, poder deixar fluir outros devires. Talvez esse seja um bom ponto de partida para discutir o tema da dicotomia identitária que “separa” a população entre o “bem” e o “mal”, localizando o mal na pobreza, e cujo conteúdo relativo à criminalidade é de complexidade indigesta para a maioria das pessoas, apesar de ser possível observar que, ao mesmo tempo, sempre apresentam opiniões e soluções imediatistas.

Em relação a isso, cabe lembrar as palavras de Foucault (2004) sobre a análise do discurso quando se refere ao conflito entre desejo e instituição. Isso porque, mesmo que haja desejo de resistir à lógica discursiva e hegemônica, a avalanche de dogmas e palavras de ordem se institucionaliza no cotidiano, fazendo funcionar a vida com os elementos que acreditamos ser da ordem das leis, preparados e transmitidos por nossa discursividade, por onde circula e se difunde o poder.

Quanto à criminalidade, as opiniões emitidas pelo senso comum são tentativas de solucionar uma questão, mesmo que sejam tentativas consideradas distantes da complexidade que o tema exige. Entretanto, Deleuze e Guattari, em sua análise sobre a linguagem acerca da informação ou comunicação, comentam que “a linguagem não é feita para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer” (2002, p.12). Com isso, os autores referem que a palavra de ordem, a própria transmissão, em que haverá aspectos de frequência e de ressonância que representam a significância da informação e a subjetividade da comunicação, respectivamente, é a forma fundamental da linguagem. Ou seja, a informação “é apenas o mínimo estritamente necessário para a emissão, transmissão e observação das ordens consideradas como comandos” (Deleuze & Guattari, 2002, p.12).

Essa dimensão que Deleuze e Guattari (2002) trazem sobre a comunicação que estabelecemos no ambiente social por meio da linguagem leva-nos a pensar sobre o quanto a mídia tem um papel relevante nesse processo. Porque, antes de tudo, os meios de comunicação fazem uso da linguagem, que, segundo esta discussão, vai além de comunicar ou informar; a linguagem transmite palavras de ordem. No sentido a que Deleuze e Guattari (2002) se referem, pode-se dizer que o poder da mídia está em transmitir ordens ao colocar em funcionamento a relação da palavra com o ato – uma relação que não é diretamente explícita ou imperativa, mas que remete a pressupostos que geram no enunciado uma ressonância entendida como subjetividade da comunicação.

Como afirma Foucault (1988), referindo-se à linguagem de uma imagem, trata-se de “um velho hábito que não é desprovido de fundamento: pois toda função de um desenho tão esquemático [...] é a de se fazer reconhecer, de deixar aparecer sem equívoco nem hesitação aquilo que ele representa” (p.6). Quando Foucault (1988) faz a análise do desenho de René Magritte – *Isto não é um cachimbo* –, uma das primeiras afirmações acerca do desenho que o artista apresenta é sobre a simplicidade para que o objeto seja reconhecido, no caso, o cachimbo desenhado. Esse certamente é um ponto de análise que faz pensar sobre a intenção dessa facilidade que o artista quer expressar.

Uma questão interessante acerca da analogia que estou tentando mostrar das produções midiáticas com a obra de Magritte analisada por Michel Foucault é sobre a colagem de imagem e conceito. O que está sendo transmitido? Conforme a discussão em *Isto não é um cachimbo*, entende-se que a simplicidade da obra pode remeter a vários sentidos, inclusive, na maneira como somos subjetivados, mais especificamente, nas produções em que há recortes providenciais – como ocorre em colagens observadas na notícia de um ato infracional cometido por adolescente com a notícia sobre a proposta de redução da maioria penal. Provavelmente, haverá, em boa parte da população, até entre aqueles que sofrem a ação repressiva do Estado,



o reconhecimento de que a política de redução da maioria penal seja a ação acertada para solucionar o problema da criminalidade e da violência no país, tendo em vista a montagem entre imagens, falas e expectativas geradas pela solução. Isso se confirmou no grupo da pesquisa ao associar-se a violência à discussão da maioria penal:

*Isso aí que eles falam é verdade. Esse negócio de menor de 16 matando é verdade.*

*Tirando a vida dos outros. Nada a ver. (L., 50 anos).*

“Vocês acham que os menores de 16 anos devem ser presos”? (Mediadora)

*Tem coragem de matar, depois não pode ser preso? [Rsrsrs] (S., 52anos).*

“Vocês falaram que a cadeia não ajuda, só piora a situação da pessoa, e, mesmo assim, vocês estão certos de que colocar pessoas mais novas na prisão irá ajudá-las”? (Mediadora)

Nesse momento, preferiram não falar; percebi o quanto esse silêncio estava repleto de significados que se mostraram em reflexão sobre o assunto, sobre o quanto estavam reproduzindo o discurso de repressão, como na fala a seguir:

*Cadeia, FEBEM, esse negócio é só uma perda de tempo. É uma vida que nunca mais vai recuperar o tempo em que tu ficaste lá. Aquilo ali tu perdeste, por isso que não... O tempo que tu ficaste lá... Aquilo ali é perdido. Eles têm que arrumar alguma coisa pra eles fazerem, pra aprenderem alguma coisa. (L., 50 anos).*

Dessa forma, analogamente à obra de Magritte, pode-se entender que notícias, programas, imagens, sons e falas na mídia são produzidos para transmitir significados. Por isso, parece interessante pensar os discursos midiáticos pela via da semelhança e da similitude, conceitos desenvolvidos por Foucault (1988).

No caso do cachimbo, apesar de a imagem não deixar dúvida, a contradição com o enunciado “*Isto não é um cachimbo*” produz estranheza entre o que a imagem transmite e o que o texto revela. Conforme Foucault (1988), não poderia haver essa contradição no interior de um único enunciado, mas a desacomodação que a arte proporciona serve para perceber a diferença

entre ser um desenho e ser o próprio objeto. De qualquer forma, como afirma Michel Foucault, “desconcerta o fato de ser inevitável relacionar o texto com o desenho [...] e ser impossível definir o plano que permitiria dizer que a asserção é verdadeira, falsa, contraditória” (1988, p. 21).

Em sua análise seguinte, Foucault (1988) vai dizer que “a diabrura reside numa operação tornada invisível pela simplicidade do resultado, mas que é a única a poder explicar o embaraço indefinido por ele provocado” (p.21). A obra de Magritte com o caligrama<sup>29</sup> desenrola-se em inúmeras possibilidades, palavras outras, efeitos, desenhos e sentidos que apresentam outros contornos e contextos, em diferentes perspectivas, não contempladas no cachimbo representado.

Essas são algumas pistas, talvez um pouco distantes, do modo como se forma um campo discursivo. De qualquer maneira, essa aproximação de ideias não compreende reduzir a prática discursiva a atos de fala ou de signos, mas justamente o contrário: “o caligrama não diz e não representa no mesmo momento” (Foucault, 1988, p.27). Isso demonstra, com todos os atravessamentos, que existem relações bem mais complexas de poder e de saber no interior do discurso que definem o que e como algo vai ser dito (Fischer, 2012). “Assim, o caligrama pretende apagar ludicamente as mais velhas oposições de nossa civilização alfabética: mostrar e nomear; figurar e dizer; reproduzir e articular; imitar e significar; olhar e ler” (Foucault, 1988, p.7).

Para Foucault (1988), o conceito de semelhança significa uma referência que prescreve e classifica; ela “se ordena segundo o modelo que está encarregado de acompanhar e de fazer reconhecer” (p.61) o que está visível. Já o conceito de similitude, para o autor, desenvolve-se

---

<sup>29</sup> “O caligrama é um poema visual, que se tornou popular nas vanguardas (épocas revolucionistas) históricas do século XX. Baseia-se na organização gráfica do texto ou poema escrito, formando algum desenho, símbolo, objeto ou figura”. Retrieved from <http://blogaprendizdeescritor.blogspot.com.br/2013/03/caligrama.html>  
 “Em sua tradição milenar, o caligrama tem um tríplice papel: compensar o alfabeto; repetir sem o recurso da retórica; prender as coisas na armadilha de uma dupla grafia” (Foucault, 1988, p. 7).

percorrendo diferentes sentidos, sem hierarquia ou obediência, mas propagando-se do similar ao similar, fazendo ver aquilo que os objetos reconhecíveis tornam invisível, demonstrando seu privilégio sobre a semelhança. “A semelhança serve à representação, que reina sobre ela; a similitude serve à repetição, que corre através dela” (Foucault, 1988, p. 21).

Essa análise ajuda-nos a perceber o modo territorializado com o qual se costuma pensar a questão da criminalidade e, sobretudo, as pessoas ditas criminosas, relacionado a um sistema de signos, de linguagem e representações que compõem a relação pobreza, perigo, criminalidade e controle. Considerando a lógica hegemônica de como as coisas são representadas e reproduzidas pela mídia, a discussão de Michel Foucault também colabora para pensar os meios de proceder rupturas nesse modo de captura e de escapar às representações constituídas por tais articulações, como é o caso da formatação identitária contida nas práticas discursivas que negam o reconhecimento das singularidades (Guattari & Rolnik, 1986).

Foucault (1988) discute alguns aspectos do funcionamento das representações e observa que, mesmo sendo divergentes, texto e figura, quando dispostos em um mesmo processo de relação discursiva, apresentam uma ação semelhante e cúmplice, emoldurada pela exclusão daquilo que não é pertencente à conjuração. O autor diz:

Ligados pela moldura do quadro que os envolve a ambos, o texto e o cachimbo de baixo, entram em cumplicidade: o poder de designação das palavras, o poder de ilustração do desenho, denunciam o cachimbo do alto e recusam, a essa aparição sem ponto de referência, o direito de se dizer um cachimbo, pois sua existência sem ligações o torna mudo e invisível (Foucault, 1988, p.67).

Com base nisso, entendo que, quando um dos participantes contesta a fala pronunciada pela repórter que diz “adote um bandido”, mencionada no início da discussão dos resultados da pesquisa, ele está reivindicando o direito de saber da história desse sujeito e não aceita a representação colocada, conforme a fala a seguir:

*Uma pessoa assim não vê o outro lado. Como ela pode chamá-lo de bandido, se ela não conhece, ou de vagabundo, se ela não conhece a vida dele? O que levou ele a fazer isso? Quem é ele? Qual a história dele? (L, 50 anos).*

Ainda assim, a análise de Foucault sobre a cumplicidade chama atenção para um cuidado necessário nesse ponto: o de não transformar a busca de reconhecimento em convivência com o que é produzido nos textos contestados. Ou seja, pode-se pensar que, nas legendas e colagens, está contida a intenção de afirmar um reconhecimento, mas isso pode levar a novas acomodações e molduras, dificultando o processo de constituição de multiplicidade e de singularidades.

Portanto, não se trata de um processo de oposição, de deslocamento ao ponto extremo para contrapor uma condição, porque isso ainda estaria na mesma perspectiva de afirmação e na mesma linha de prescrição. O que se entende por abertura de possibilidades – e que a análise de Foucault sobre o desenho de Magritte nos faz pensar – é justamente sobre outros modos de existir que transitam em diferentes contextos e olhares, tornando-se ainda outros, havendo nesse processo a possibilidade de libertar-se de amarras provocadas por representações instituídas.

Não há como negar que a criminalidade associada à pobreza e o preconceito com presos e egressos do sistema prisional sejam resultados de um movimento de exclusão social. É inegável o sofrimento relatado pelos participantes sobre as dificuldades do cotidiano e quando ficam calados diante de algo que se mostra aviltante. No entanto, é possível perceber que relutam quanto a essa condição. Os argumentos apareceram fragmentados, mas tentando desconstruir essa representação, mesmo que de forma individualizada e centralizada:

*Pra senhora ver, eu pago 300 de aluguel, ganho 700 e pouco, pago 300 mensais pra ele, me sobra mixaria... Se eu sou outro, saía roubando, mas eu não sou assim. (L, 50 anos).*

*É, a senhora nem sabe, o cara sofre. Não é por nada, o S. sabe, o cara sofre aí. A gente anda aí, tem vezes que a gente sai sem rumo, nem sabe pra onde vai ir, sai sem rumo. Passa*

*fome, passa frio, ter vontade de comer um negócio e não poder comer aquilo ali. Chegar e dormir na rua, sem um colchão, sem nada, louco de frio. (L, 50 anos).*

Essas falas quebram a ideia de que basta estar numa situação de vulnerabilidade social, de risco ou de dificuldade para sobreviver para cometer algum crime ou provocar a reincidência delitiva. A condição é realmente desumana, e os riscos são muitos. Porém, o fato de não haver reincidência no crime não é motivo para o Estado ser negligente e não proporcionar acesso aos direitos fundamentais e melhores condições de vida. A fala a seguir apresenta essa crítica:

*Então, quer dizer assim, quem está lá dentro pode realmente ter cometido um delito, cometeu um crime, por isso está lá dentro, isso é fato, mas todos têm um pai, todos têm uma mãe, todos têm filhos, e seria uma maneira de mostrar pra sociedade, "pô, estou aqui, estou privado da minha liberdade, essa é a pena que a lei me restringe, é o que a lei me diz, eu estou privado da minha liberdade, estou privado do meu direito de ir e vir, mas eu não estou privado de mais nenhuma outra coisa, de conhecimento, de cultura, de lazer"... (E, 42 anos).*

Ao pesquisar alguns elementos históricos para entender o processo de segregação e discriminação, encontra-se o conceito de estigma social, uma herança que vem dos gregos. Segundo Goffman (2004), a estigmatização funcionava como um carimbo, uma marca – eram feitos sinais corporais como um modo de identificação de pessoas que deveriam ser evitadas no convívio social, principalmente em público. Poderia ser um escravo, um criminoso, um traidor, e os critérios eram estabelecidos pela sociedade, que, de maneira redundante, os consideravam atributos comuns e naturais às pessoas. Um dos critérios era o ambiente social, que estabelecia a categoria de pessoas que ali fossem encontradas. Referia-se a um dado espacial que determinava o “tipo” de pessoa que ali iria habitar e o tipo de tratamento que deveria receber. Nisso, incluíam-se regras, condutas e delimitação de espaço.

Esse “retorno aos gregos” colabora no entendimento de que a estigmatização das pessoas e territórios serviu para estabelecer uma espécie de controle ou de punição constante,

entendidos pela comunidade grega como necessária à proteção de uma parte, ainda que menor, da população. A divisão territorial, então, marca o “desvio” e coloca-o como parâmetro, ou perímetro – do grego *perí* (em volta de) + *métron* (medida) –, para aquilo que deve ser evitado, banido, controlado – neste caso, os pobres e criminosos.

Com base nessas questões envolvendo a pobreza e a criminalidade, entendo que ao longo do tempo esse processo de estigmatização tem se mantido muito semelhante para os resultados de exclusão, ou com poucas alterações, se considerarmos a legislação e os movimentos garantistas ainda incipientes e absortos, até porque se mantém a dicotomia entre lugares de direito e de não-direito. Mesmo que seja sob protestos, a diferenciação de classe, de território, de pessoas e de saberes marca a ideia de que se trata de universos diferentes. A noção do “eles e nós” respalda ações de como “eles” devem ser desenvolvidos, normalizados, para, supostamente, aproximarem-se de “nós” e coabitarem, um dia, o mesmo território e dividirem as mesmas representações. Entendo que é uma anulação que se abate sobre o outro a partir da certeza, talvez marcada pela trajetória populacional, que faz revelar um sentimento de supremacia em determinados grupos.

Quando Goffman fala que “o estigmatizado e o normal são parte um do outro; se alguém se pode mostrar vulnerável, outros também o podem” (2004, p.115), ele traz um aspecto muito interessante da inerente ligação entre excluído e excludente.

A divisão de territórios e de pessoas serviu para estabelecer identidades, localizando na população pobre a representação de classe perigosa. A associação entre crime e pobreza pode ser observada de diversas formas nas relações sociais e, sobretudo, nos discursos que transmitem a ideia de que a prática do crime é inerente a uma condição de privação de recursos materiais. É uma lógica tão simplista quanto a demonstrada por Michel Foucault no desenho de René Magritte quanto ao que se espera da representação.

Essa observação também pode ser verificada na análise de Rauter: “a caracterização de determinada manifestação cultural como ‘subcultura’ visa claramente a enaltecer e a confirmar a cultura e os valores das elites dominantes” (2003, p.96). Nessa esteira de relações discursivas, também se observa a afirmação da identidade criminosa, com a ajuda de saberes que apontam, inclusive, anomalias biogenéticas para atrelar ao sujeito a existência de propensão à criminalidade, seja por questões individuais, seja por questões relativas à condição social. Explicações em torno da individualidade dos impulsos e da falta de controle são o discurso mais usual para dizer que o problema está no indivíduo.

Nesse campo de saberes e de opiniões que fragmentam o sujeito, constituem-se verdades absolutas e hegemônicas, sobre as quais se estruturam instituições e paradigmas sociais. Na perspectiva social, as discursividades que remetem à categorização de um segmento populacional não exploram a porosidade que as diferenças culturais possuem no tecido social como importante movimento de expressão e subjetivação.

Em outras palavras, a compreensão de que a criminalização da pobreza é uma questão de recorte de classe não significa que devam ser destacados os aspectos relativos à opressão de dada população. Entendo que a potência esteja em observar as brechas nessa categorização que sirvam para descolar as ações que criminalizam a pobreza e tornam pessoas pobres em “classe perigosa”.

Por fim, além de entender as subjetividades que estratificaram a relação entre pobreza e criminalidade, preconceito e discriminação em um processo de criação de identidades criminosas e estigmatizadas, a importância deste estudo é observar meios que possibilitem diferentes arranjos para essas estratificações.

### 3.4. *Hashtag corrupção* não: o lado da notícia

*A política é a continuação da guerra por outros meios.*

Michel Foucault

Neste tópico, trago para pensar elementos sobre a corrupção política, tópico que surgiu em um contexto mais específico durante o debate, desencadeado por uma cena de novela que mostrava a ação de poderosos em conluio com traficantes de drogas da favela. Esse assunto foi precedido por um debate sobre políticas públicas, mais propriamente voltado à questão de moradia e benefícios previdenciários permanentes ou eventuais para a subsistência. Nesse momento, os participantes comentaram sobre a corrupção em relações/transações que envolvem dinheiro público, o que também colaborou para o debate sobre a corrupção na política, no governo, em espaços que possuem investimento público. A temática da corrupção esteve presente em quase todas as conversas, e a discussão desse tópico também teve relação com os efeitos do desvirtuamento de verba pública no empobrecimento da população, seja na esfera econômica, no acesso aos serviços públicos ou na criminalização da classe pobre e desassistida. Ainda conversamos sobre a prisão de ricos criminosos e seus privilégios na prisão.

*Eu estou tentando, tentando, não... A hora em que eu achar uma zona verde, como se chama? Achar um terreno ali que dê pra eu fazer uma casa, numa área verde. Daí, o que é que eu vou ter que fazer? Ninguém vai me dar nada. (L, 50 anos).*

Essa fala leva a pensar que o ato de invadir uma área verde, portanto, proibida, não é visto como um ato de corrupção e decorre da dificuldade de acesso às políticas públicas.

Cabe ressaltar que as falas entre os participantes, na maioria das vezes, eram desvinculadas umas das outras. O assunto em foco era abordado por perspectivas muito particulares e individualizadas, quase nunca dirigidas ao grupo. Esse foi um dos desafios durante todos os encontros da pesquisa: estabelecer uma conexão entre o que diziam no grupo



e para o grupo, para que ouvíssemos uns aos outros e conseguíssemos refletir sobre algo, dando-lhe consistência. Para viabilizar esse contato, tentava fazer circular o que diziam, questionando os demais sobre determinada opinião e incentivando que dividissem o que pensavam. Por isso, quando uso o termo *debate*, é porque em alguma medida pôde ser estabelecida uma discussão.

Então, em relação às falas iniciais, apareceram os elementos crime, prisão e corrupção política, interligados num jogo que envolve poder e fraude, conforme entendimento do grupo. Houve articulações denominadas pelos participantes da pesquisa como combinação de riqueza com impunidade e privilégios, e de pobreza com punição e sofrimento, conforme falas abaixo:

*O que a senhora pensa da vida dos brasileiros? Não viu o cara na moto, lá? E o cara com uma maleta cheia do dinheiro? O cara rico, ele tinha uma maleta cheia de dinheiro para comprar os serviços deles, pra comprar os serviços dos bandidos. Isso, para mim, está dizendo que os ricos alimentam a bandidagem. Isso quer dizer que o rico compra o pobre. (A, 40 anos).*

*Daí, no caso, eu sou o cabeça de lata e a senhora é chefe, a senhora que dá as coordenadas. Tem que tirar o S, tem que tirá-lo dali... (L, 50 anos).*

*A senhora nunca vai aparecer. Só que, para a polícia, ele é o chefe. Só que a polícia sabe que o chefe é a senhora, porque quem dá o dinheiro para a polícia é a senhora. Essa é a moral do tráfico. (A, 40 anos).*

*O que vi, o que eu passei, eu não desejo nem para o meu pior inimigo. (S, 53 anos).*

*O governo leva vantagem. A maconha não é liberada porque o governo não leva vantagem; o álcool é liberado porque o governo ganha impostos. (A, 40 anos).*

Melhor dizendo, o que conduziu o debate no grupo foi o entendimento de que a corrupção no país, individual ou sistêmica, gera problemas de ordem social, observados na precarização ou inexistência de serviços e também na parcialidade com que os direitos são acessados. Para chegar a esse entendimento, fazia questionamentos depois de um bloco de falas

para ver se compreendia o que queriam dizer e para abrir outras possibilidades de pensar determinado assunto. As falas a seguir sugerem os efeitos gerados pela corrupção:

*Isso aí eu vi na televisão mesmo. Os caras ganham para morar. É que nem esses caras aí. Lá em Brasília, não tem esse prédio no lago... Não sei se tu viste. Tipo uma Cohab, assim, só prediozão. Tem cara que tem mansão lá e tem casa lá naquele lugar lá. Por quê? Porque eles pagam casa para os caras morarem. E os caras têm uma baita de uma mansão lá. (L, 50 anos).*

*O Sartori, para começar, ele começou rateando. Ele chegou e já entrou ali, a primeira coisa que ele foi fazer, o que é que ele fez? Foi lá e pegou os tigres dele tudo e "ó, nós vamos aumentar nosso salário, e o resto se rala". (L, 50 anos).*

O participante entende esse acontecimento como uma atitude corrupta e desonesta com a população.

Dessa maneira, tendo o tema da corrupção sido trazido para a conversa, mesmo não sendo o objetivo, entendo que é relevante discuti-lo e mencionar pontos que sinalizaram para o modo como os integrantes lidam com o assunto, especialmente nas situações em que denotam ser diretamente atingidos e excluídos dos processos de inclusão social, como manifestam acontecer nas políticas de moradias populares. Pude perceber que a maneira como essas pessoas lidam com as situações de corrupção no dia a dia afeta valores e a sua relação com a vida.

Percebi que, quando falavam de políticos “bandidos” e da prisão deles, ficava marcado certo sentimento de reparação sobre as críticas sociais que sofrem em função dos crimes cometidos. Em outras palavras, é como se se sentissem justificados, apesar das diferenças de tratamento e de conduta dos processos penais e do modo de aprisionamento. Assim se expressavam em relação a esse contexto:

*Uma vez, um brigadiano veio atrás de mim, pegou um uísque que nós estávamos bebendo. Ele foi tocar no chão, [e] um camarada meu, que era sargento do exército, só falou:*

*“Quebra, que eu mando te prender agora”. Ah, mas... “Estás pensando que estás falando com quem? Sou sargento do exército, rapaz”. Os brigadianos nem quiseram nos revistar [e] entraram na viatura. Sabe por quê? Porque o cara era sargento do exército. Se estivéssemos só nós, quebrariam as garrafas e dariam um pau em nós ainda. (A, 40 anos).*

*É, o Datena, assim, vou lhe dizer, o Datena fala de nós, mas fala do colarinho branco também: “esses daí que tinham que estar presos”. (L, 50 anos).*

*Por que a senhora acha que o político rouba demais? Agora, a senhora me diz uma coisa, a senhora, que tem estudo, não tem cadeia, porque cadeia para eles é um salão de festa. Eles não passam as necessidades que nós passamos. Eles não vão no panelão, têm comidinha feita, têm churrasco todo fim de semana, têm churrascada... Isso eu vi com meus olhos, esse Dirceu fazendo churrascada lá, cervejada... Viu, vamos nós botar cerveja lá dentro do Central, lá, invade a [polícia de] choque para dar um pauzão em nós. E vamos nós fazer um churrasquinho, matar uns ratinhos para fazer um churrasquinho lá, eles botam a polícia para dar um pau em nós. (A, 40 anos).*

*Por isso que eu lhe digo: quem manda é o dinheiro. (L, 50 anos).*

Na situação descrita sobre a prisão de José Dirceu, o participante apropriou-se da notícia pelo que a mídia transmitiu. A forma e o tom que ele utiliza para falar dos elementos da notícia denotam atribuição de verdade à informação midiática. Essa apropriação parece estar relacionada com uma série de sentidos e significados que remetem à sua condição e às diferenças de tratamento e do próprio uso da lei. O fato de que pessoas de classes sociais diferentes recebem tratamento distinto simboliza o valor e o poder do capital em nossa sociedade. As falas seguem deste modo:

*Ah, é só ver! Por que o presidente do PT foi preso? Porque mandava roubar o partido! E outra: quem deixa os sem vergonhas lá é o povo mesmo. O Collor de Melo não matou o vice-presidente dele? Não matou a mulher dele, não roubou? Agora não está de novo sendo*

*processado? De onde que ele tirou dinheiro para comprar aqueles carrões? De onde o senador tirou dinheiro para comprar aqueles carrões? Pelo amor de Deus! Ou está traficando, ou está roubando do povo. Eu não tenho dinheiro nem para comprar uma roda daqueles carros. Para eu comprar uma roda daquelas, tenho que roubar o Big todo, só carrão. Se a senhora, que trabalha, [só] vai comprar um carro daquele daqui a 20 anos. (A, 40 anos).*

*Eu prefiro não falar, fiquei só para ouvir. (S, 52 anos).*

Na primeira fala, dá para perceber que a corrupção política está no mesmo patamar do tráfico de drogas em termos de poder e de capital. Por mais que as informações sejam exorbitantes e não condigam com a literalidade dos fatos, o que move a reação e essas falas é o entendimento, como já foi falado anteriormente, de que o que manda é o dinheiro, e nesse sentido os participantes estariam sempre em desvantagem.

Observei que o teor das discussões sobre corrupção gerou sintonia entre os participantes à medida que expunham suas considerações. Estas remetiam a argumentos de que, na esfera pública e política, as relações são regidas por motivações financeiras. Os participantes demonstraram acreditar que, em investimentos públicos, há transações que visam a vantagens pecuniárias mediante acordos internos entre beneficiários e supostos negociadores, como supõem que acontece nas políticas de habitação popular. Parecem lidar com essas afirmações como verdades e como modo de funcionamento social inerente às políticas sociais.

Sobre essas primeiras considerações, é curioso observar que os sujeitos projetam a responsabilidade desse tipo de conduta, pelo menos aquelas que foram relatadas, em apenas um lado das partes envolvidas, geralmente no outro caracterizado corrupto pela condição pública que ocupa. Talvez isso encontre fundamento nos discursos midiáticos de jornais e programas televisivos, em que a ideia de corrupção atrelada à esfera política se constitui como realidade unilateral, geralmente à esquerda, noção estrategicamente produzida como pano de fundo da situação política do país.

Essa conotação estratégica faz sentido se for considerado que “a produção de verdade se refere ao saber que os indivíduos utilizam para compreender a si mesmos e ao mundo” (Nardi & Silva, 2009, p. 146), portanto, compreende as condutas. Importante observar que “cada verdade sustenta, ao mesmo tempo, um ideal para cada grupo, cultura e sociedade” (p.146).

Com base nos estudos que tratam da produção de subjetividade por dispositivos sociais, reitera-se que o efeito desse imaginário pode ser resultado da produção midiática, como estamos podendo observar no país neste momento. Contudo, indo além disso, com base em autores que estudam mídia e processos de subjetivação, compreendo que os participantes se apropriam dessa realidade, considerando o modo como a compreenderam. Ou seja, há uma projeção jornalística que os sujeitos vão reproduzir; mesmo que haja escolha de elementos, essa escolha ocorrerá de acordo com o que é apresentado. Rodrigues e Hennigen (2011) afirmam a importância de “procurar compreender como acontece a apropriação jornalística do roteiro ficcional” (p.53).

Pude observar que as falas dos participantes reproduzem os discursos de reprovação de práticas criminosas, indicando que a relação com os fatores externos que representam essas práticas é de discordância, por parte dos sujeitos, de atitudes que possam lesar a população. Dessa maneira, ainda que não tenham refletido sobre sua implicação, talvez por não se reconhecerem nessa relação, percebo, no posicionamento de discordância das práticas corruptivas, uma brecha, mesmo que incipiente, para pensar linhas de fuga quanto às suas relações com a criminalidade e aos modos de produção da identidade criminosa.

De todo modo, por ora, observa-se que a maneira de lidarem com os problemas provocados pela corrupção ainda se mostra individualizada. No sentido que Guattari aponta, “a individualidade é efeito de alienação dos processos de singularidade” (1986, p.141). Em decorrência disso, entendo que a centralidade observada nas demandas pessoais e particulares é efeito do processo de subjetivação contemporâneo em que todos estamos inseridos.

Em se tratando de pessoas que tenham passado por processo de aprisionamento, deve-se considerar, ainda, os efeitos subjetivos advindos da institucionalização carcerária no modo de se conduzirem. O modo de relacionar-se com o mundo, subjetivado pelo encarceramento, como aborda Foucault (1987), tem uma ação individualizante sobre os sujeitos, que resulta em isolamento e desencoraja movimentos solidários. Por outro lado, faz parte de um processo de individualização que ocorre na esfera social. Conforme Guattari e Rolnik (1986), “uma das principais características dessa produção nas sociedades ‘capitalísticas’ seria, precisamente, a tendência de bloquear processos de singularização” (p. 38), nos quais “os homens reduzidos à condição de suporte de valor [...] passam, então, a se organizar segundo padrões universais, que os serializam e os individualizam” (p.38). De acordo com esses autores, na fabricação de subjetividades, a mídia tem um papel relevante porque “a imprensa, enquanto produtora de cultura de massa, alimenta-se de fluxos de singularidade para produzir, dia a dia, individualidades serializadas” (Guattari & Rolnik, 1986, p. 39). Hoje, isso pode ser observado em outros formatos de mídia, como a própria televisão e as redes sociais na internet, que dão mais visibilidade e “facilitam a manutenção de conexões sociais” (Margarites & Sperotto, 2011, p.4). Segundo as autoras:

É possível considerar que todos os sujeitos e coletivos humanos, todas as tecnologias, instituições e produtos culturais produzem subjetividades, que nunca são “dadas” ou “acabadas”, mas sempre um processo. Assim, entende-se que os diversos espaços por onde circulamos e os grupos com quem convivemos nos “produzem”, a todo momento, como um determinado tipo de sujeito (p.3).

Um pouco do resultado disso, entendo que se mostra quando os participantes da pesquisa transmitem, em suas falas, sentimento de desamparo pela condição de viver no limiar de vulnerabilidade, “dependendo” do governo, e alienados quanto às possibilidades de mudança dessa condição. Para Guattari e Rolnik, “a ordem capitalística é projetada na realidade do

mundo e na realidade psíquica. Ela incide nos esquemas de conduta, de ação, de gestos, de pensamentos, de sentido, de sentimento, de afeto, etc.” (1986, p. 42). Na concorrência por espaços ou direitos, sendo estes desvirtuados ou não, reflexos ou não de ações individualizadas, percebo que o sentimento que prevalece por ora é de descrédito, pelo menos no modo como os egressos demonstraram perceber a situação em que se encontram, sob a justificativa de que *as coisas são assim mesmo (L, 50 anos)*.

Por essa razão, os apontamentos mais relevantes referem-se à relação entre governo e política pública, aparecendo como uma via de corrupção, mesmo que o relato deflagre ações de desvirtuamento não localizadas em identidades, mas em relações.

Essa questão apareceu quando estávamos conversando sobre acesso à moradia e programas de casas populares. A fala a seguir mostra a maneira como percebem essas relações:

*Eu tenho uma parente, ela não mora perto da família, mas parece que ganhou. A nega desgraçada tem sorte. Ela foi sorteada num apartamento daqueles lá da Bento. Ela não está usando o apartamento ainda, ela tem a casa dela lá perto da minha irmã (S, 52 anos).*

Outro integrante cogita que há algo de errado nisso e diz: *Então, ela vendeu. Tem muita gente que não precisa, “sora”, daí ganha e vende. É a mesma coisa aqui: o diretor bota meu nome, eu ganhei, daí vende e reparte o dinheiro com ele. A maioria para ele, que é o diretor. É ou não é? É bem assim (A, 40 anos).*

*Mas tem uma coisa também. Lá eles são muito por cara, eles escolhem os deles, já notei (L, 50 anos).*

*E aí tem muito dinheiro, rola dinheiro, é do governo, não é? [Em] tudo que é do governo, rola muito dinheiro. Eles sempre roubam um pouco (A, 40 anos).*

Considerando esse modo de pensar a realidade, é compreensível que a preferência por programas televisivos, além de entretenimento, se dê em função da “crítica” que tais programas fazem aos políticos corruptos, como forma de compensar a moralidade destinada aos

criminosos “comuns”. Acostumados a ver e ouvir informações sobre combate à criminalidade voltado aos mesmos indivíduos, àqueles criminalizados pela condição social, os egressos demonstraram sentir-se compensados quando o discurso “muda” de direção e penaliza, mesmo que virtualmente, os “criminosos de colarinho branco”. Na chamada mediatização<sup>30</sup> das relações sociais, é possível que haja sensação de interação, de estar participando do “mundo público e das mais variadas situações reproduzidas no seu instrumento midiático” (Souza, 2003, p.85). Trechos das falas dos participantes esclarecem esse sentimento:

*O Marcelo<sup>31</sup> vem contra, mas também vai contra os políticos. Quando foi preso esse tal de presidente do PT, ele botou o cara lá embaixo: "esse vagabundo, chinelo! Está aí para roubar de nós! Quando é um pobre, eles deixam apodrecer na cadeia! Por que não deixa esse cara na cadeia? Está puxando prisão domiciliar por quê? Qual o direito dele?"... Daí, apareceram eles lá, tudo com geladeira, televisão, e perguntou para outro: "isso é cadeia"? Isso aí, para mim, é uma casa, um salão de festa. (A, 40 anos).*

*Mas eu vou lhe dizer: esses caras assim dão até dinheiro para os agentes, para viver mais tranquilo, para ter mais mordomia. É. Faziam tudo. Faziam festa, queria que a senhora visse... Compraram televisão, faziam churrasco. Iam na cozinha, pagavam os agentes. Os agentes mandavam assar carne para eles. Daí liberavam tudo, e nós só olhando pela grade. (L, 50 anos).*

Neste momento histórico-político em que vivemos, com sérias disputas políticas, a grande mídia, mais do que nunca, tem se prestado ao papel de atacar o atual governo<sup>32</sup> de maneira tendenciosa ao difundir ódio ao partido de situação<sup>33</sup>, como pode ser observado na fala

---

<sup>30</sup> “Mediatização está relacionada a âmbitos sociais tratados por processos específicos que passam a se desenvolver segundo lógicas da mídia. Pode-se falar em mediatização de instâncias da política, do entretenimento, da aprendizagem” (Braga, 2006, p. 10). Braga, J. L. (2006, jul-dez). Mediatização como processo interacional de referência. Retrieved from <http://periodicos.ufsm.br/index.php/animus/article/viewFile/6693/4050#page=9>

<sup>31</sup> Marcelo Rezende, apresentador do programa *Cidade Alerta*, na Rede Record.

<sup>32</sup> PT - Partido dos Trabalhadores.

<sup>33</sup> Souza, J. e Alves, R. (2015, jul, 27). A grande mídia e o ódio ao PT. Retrieved from <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-grande-midia-e-o-odio-ao-pt/>.



reproduzida pelo egresso. Cogita-se que a manobra midiática tenciona derrubar o governo na tentativa (entre outras) de frustrar o processo de democratização das mídias no Brasil, entendido como direito à comunicação<sup>34</sup> e, sobretudo, acesso a diferentes fontes de informação e modos de comunicar. Em função disso, entendo que a grande mídia tem incrementado um problema ético quando manipula informações a fim de conduzir os indivíduos da forma que convém à relação com processos hegemônicos. Um dos efeitos da atual conjuntura política é uma acirrada divisão da população que, grosso modo, pode ser observada entre “amarelos e vermelhos”, considerando que o significado disso, no cenário político e social, remete à ameaça do Estado Democrático de Direito.

Portanto, em diversos segmentos midiáticos, faz parte do jogo – “que deve ser compreendido como o conjunto de procedimentos que conduzem a uma verdade, que pode ser considerada, em função de seus princípios e de suas regras, como válida ou não, como vencedora ou não” (Nardi & Silva, 2009, p. 145) – essa divisão de opiniões, que serve à massificação de condutas, na contramão de processos de pluralidade e de singularidade.

No caso específico da discussão sobre os processos de corrupção, entendo que é uma ilusão pensar que, pelos discursos da mídia, se introduz a relação ético-moral sobre a corrupção. Dessa forma, a comparação entre as consequências penais sofridas pelos presos comuns e aquelas sofridas por pessoas ligadas ao poder econômico e político do país não está querendo estabelecer novas relações de justiça ou modos de lidar com a criminalidade. Muito pelo contrário, minha experiência na área faz pensar que, como ocorre com a população encarcerada, a acusação de corrupção no país também é seletiva. Portanto, é mais um modo de continuar difundindo o *modus operandi* de controle e punição retributiva da sociedade.

---

<sup>34</sup> Segundo artigo 19 da ONU (1948), “todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui o de não ser molestado por causa de suas opiniões, o de investigar e receber informações e opiniões e o de difundi-las, sem limitação de fronteiras, por qualquer meio de expressão” (Guareschi, 2007, p. 13).

Na esteira desse entendimento, concordo com Souza (2003) quando diz que o discurso midiático antecipa interpretações e significados ao público, “dificultando-lhe a construção de sentidos singulares” (p.84). Por isso, quando o participante da pesquisa reproduz a fala do apresentador, chama atenção que a desqualificação observada no discurso para minorizar o governo ocorre no mesmo sentido em que desqualifica a classe pobre. Imagino que seja um funcionamento similar para desqualificar quem ou que quer que seja quando o objetivo for justamente esse. Nesse processo de produção de subjetividade coletiva em que os discursos midiáticos participam, interrogo-me se a oposição entre corrupção e criminalização da pobreza, como faz supor a “crítica” midiática, seja uma questão dual. Em outras palavras, a forma como a mídia apresenta e dirige os elementos que compõem esses campos alude à correlação entre eles pela via da desqualificação, isto é, salvo equívoco, e guardadas as proporções, o modo como a mídia tem demonstrado lidar com essas questões é muito parecido.

Quanto a isso, entendo que os pressupostos políticos e hegemônicos – nos quais não me deterei, mas é importante que se diga brevemente – fazem parte da “guerra” travada e promovida pela mídia contra a corrupção. A ideia de destituir um governo, mesmo que por vias antidemocráticas, servindo ao desejo de “limpeza” da imoralidade do país, talvez, grosso modo, se equivalha em termos punitivos ao desejo retributivo propagado pelo jargão “*Bandido bom é bandido morto*”.

Certamente, a corrupção é um fator que precisa ser eticamente vencido em todas as esferas sociais do país. Infelizmente, o movimento que presenciamos nos campos discursivos, sobretudo na mídia, demonstra interesses políticos e antidemocráticos de convencer a população sobre a reprovação do atual governo e de afastar a possibilidade de recondução.

Nesse processo, observa-se que a televisão, em particular, se mostra com potencial maior de assimilação dos significados, em função das imagens veiculadas, principalmente porque são derivadas de edições. Para Souza (2003):

O fato de a televisão veicular tanto imagens quanto discursos construídos acerca dessas imagens facilita a assimilação pelo sujeito, ou seja, a interpretação oferecida acerca de uma situação vem corroborada pela verdade das imagens, dificultando a possibilidade de construção de outros enunciados sobre elas (p. 86).

No entendimento de autores que pensam a mídia como um espaço de saber-poder que forja modos de existência, a veiculação dos assuntos está relacionada com a produção de verdade, “que ensina a todos nós aquilo que é e que deve ser aceito como normalidade, como desejável aos modos de existência possíveis” (Rodrigues & Hennigen, 2011, p. 46).

De modo complementar ao que venho tentando discutir, penso que uma via para pensar essa produção de correspondência entre corrupção e criminalização da pobreza pode ser a de serialização da subjetividade. Como parte desse processo, concordo com Guattari e Rolnik (1986): “a segregação é uma função da economia subjetiva capitalística diretamente vinculada à culpabilização” (p. 41), mas também, “talvez a mais importante de todas, é a função de infantilização” (idem). Em outras palavras, talvez se possa dizer que a segregação reforça a oposição observada nas relações sociais, dificultando movimentos coletivos de integração e produção de singularidades. Sobretudo, a infantilização promovida por instituições e difundida pela mídia parece que serve como potencializador do controle sobre a população, justamente porque inibe a criticidade e a ação politizada dos sujeitos.

Parece, todavia, que é “neste processo geral de serialização da subjetividade” (Guattari & Rolnik, 1986, p. 45) que a pluralidade se torna invisível, indicando por esse viés certa homogeneidade social, exatamente o contrário da produção de singularidade subjetiva descrita por Guattari e Rolnik (1986), que pressupõe um processo automodelador:

Que ele capte os elementos da situação, que construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, sem ficar nessa posição constante de dependência em relação ao poder global, a nível econômico, a nível do saber, a nível técnico, a nível das

segregações, dos tipos de prestígio que são difundidos. A partir do momento em que os grupos adquirem essa liberdade de viver seus processos, eles passam a ter uma capacidade de ler sua própria situação e aquilo que se passa em torno deles. Essa capacidade é que vai lhes dar um mínimo de possibilidade de criação e permitir preservar exatamente esse caráter de autonomia tão importante (p.46).

No caso das pessoas que passaram por aprisionamento, é importante que essa autonomia<sup>35</sup> seja construída, trabalhada, potencializada. Segundo Guattari e Rolnik (1986), tentar preservar a função da autonomia é a “única garantia de não transformarem seus processos de singularização em bandeira” (p.130), o que levaria novamente a uma condição de individualidade, ao funcionamento de massa.

Desse modo, um caminho possível para realizar rupturas nas esferas homogeneizantes é pelo cultivo da liberdade. A ética está relacionada com o grau de liberdade para viver, “assim como à produção de estratégias para que se possa estabelecer uma maior reciprocidade e alternância de posicionamento nos jogos de poder e verdade” (Nardi & Silva, 2009, p. 143).

Essa liberdade que reflete os modos de viver, sendo a ética da vida expressa como uma obra de arte de si, encontra apoio no “movimento intrínseco de resistência às formas de dominação” (idem, p. 144). Conforme Michel Foucault, abordado por Nardi e Silva, viver a ética e a liberdade é, “portanto, desenvolver uma estética da existência” (2009, p. 144).

Pode-se dizer, assim, que a ética e a liberdade são exercícios constantes para dirimir os efeitos de uma apropriação, às vezes, pouco criteriosa sobre o que é veiculado pela mídia, o que só intensifica o sentido de preservação da autonomia como possibilidade de relacionar-se de diferentes modos consigo.

---

<sup>35</sup> “Um campo e um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social” (Bourdieu, 2011, p. 195). Retrieved from <http://ref.scielo.org/prjzc3>.

### 3.5. Vai trabalhar, vagabundo: trabalho e educação por cidadania e qualidade de vida

*Subiu a construção como se fosse máquina  
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas  
Tijolo com tijolo num desenho mágico  
Seus olhos embotados de cimento e lágrima*  
Chico Buarque de Holanda

Este tópico reúne os principais pontos da discussão sobre trabalho, educação e cidadania, no modo como os participantes da pesquisa trazem e se apropriam desses temas, indicando, entre outras, a necessidade de aprovação social.

Inicialmente, o debate ocorreu em torno da vontade de inserção social, da não-reincidência e da qualidade de vida, apontando para a necessidade de construir algo para si (busca individual) por meio de uma ocupação sem riscos. A ideia de trabalho como redenção talvez seja como melhor se representa a discussão sobre o tema. Na conversa, foram observadas falas de julgamento moral sobre quem não trabalha, mas também houve críticas à exploração de mão de obra, a subempregos e à discriminação racial na inserção no mercado de trabalho. Entendo que tais críticas possam ser uma brecha importante para construir outras vias de relação com o trabalho.

Os assuntos relativos à educação, à saúde e ao lazer, também colocados como acesso à cidadania e à qualidade de vida, foram outras importantes vias apontadas e reivindicadas como forma de inclusão social. A discussão também apresentou crítica sobre a dificuldade de acesso a eventos culturais, que, geralmente, possuem custos altos e se tornam impeditivos para a população pobre. Nesse tópico, aparece a vontade de circular pela cidade e de acessar parques, *shows* artísticos e esporte sem sofrer perseguição policial. Os participantes relataram que comumente são abordados e apontados como suspeitos de eventual crime, apenas pela condição de egresso do sistema penitenciário.

Apesar das reivindicações educacionais e culturais, a questão do trabalho aparece como prioridade no debate. Entendo que isso esteja relacionado com a possibilidade de autonomia, mas também com o lugar que o trabalho ocupa na sociedade. No grupo, todavia, parece que o trabalho é visto mais como um meio de satisfação de outras necessidades, inclusive garantindo seu próprio sustento e, em geral, o sustento da família. Outros pontos também foram discutidos, indicando o trabalho como resignação e redenção nesse grupo.

Com base em minha experiência profissional, pondero que não se sabe até que ponto as falas que sugerem resignação e redenção expressam sentido aos participantes. Essa questão leva em conta a reprodução de valores sociais impostos aos sujeitos presos como justificativa para a “ressocialização”<sup>36</sup>. Valores como o trabalho acabam sendo instrumento de convicção para si e de si, até porque o trabalho é colocado na sociedade e, sobretudo, no ambiente prisional como uma atividade inerente a pessoas de “bem”, merecedoras de confiança e de liberdade. Esse é um modo que tem sido de maneira geral convincente para tornar o trabalho uma imposição social para dizer quem somos, mesmo que traga o sentimento de “passar trabalho” atrelado ao sofrimento.

De outras formas, Foucault (1987), ao falar sobre ilegalidade e delinquência, traz a questão da exploração do sujeito por um trabalho penal, que, nas condições de corrupção e de ilegalidade, além de um formato de docilização, não tem caráter educativo: “fala-se muito contra o tráfico de negros. Como eles, os detentos não são vendidos pelos empresários e comprados pelos comerciantes?... Os prisioneiros recebem neste ponto lições de probidade? Não ficam mais desencorajados por esses exemplos de abominável exploração? ” (p.222). O discurso sobre a cadeia é o de que lá habitam vagabundos, havendo, portanto, necessidade de criar a cultura do trabalho como fonte de liberdade e de cidadania.

---

<sup>36</sup> Ressocialização significa desenvolver valores sociais e reformular condutas.

Nesse sentido, questiono-me sobre o que significa o trabalho para os egressos do sistema prisional. Eles são categóricos ao dizer:

*Oi, viu, “sora”, nós trabalhamos e não recebemos. Viu?! (A, 40 anos).*

Trata-se de um breve apontamento, sem aprofundar a questão agora, mas acredito ser importante para ficar como observação.

Retomando as críticas apontadas sobre a exploração de mão de obra, um dos integrantes, que tem profissão de cozinheiro, comenta a sua rotina de busca por emprego e as ofertas que demonstram a não-valorização do trabalho:

*Eu vejo, a cada busca de emprego, a cada busca de algum serviço, a cada busca de algum lugar, quando eu me candidato a alguma vaga: “qual a tua última experiência de trabalho? O que tu fizeste no último ano?”. Então, eu vou dizer: “no último ano, eu estava privado da minha liberdade”. “Então, tá”. Aí tu: “A senhora aguarde ali um minutinho...” (E, 42 anos).*

Quando os empregadores não os ignoram e possibilitam o preenchimento da vaga, outro tipo de situação pode ocorrer, como a relatada a seguir:

*Fora de cogitação! Um salário e meio, isso se for um segundo cozinheiro ou auxiliar, se for de segunda a sexta e se derem funções específicas: “oh, tu és responsável por fazer uma carne e uma guarnição, tu és responsável por um prato extra e mais uma guarnição, ou só por arroz e feijão, ou só responsável por dietas líquidas e vai dar uma ajuda na salada”, aí é vantagem. Porque é uma mão de obra cozinha embarcada, começa sete horas, mas nove e meia, quinze para as dez, ela tem que estar pronta, dez horas no máximo ela já tem que estar embarcada, onze horas, ela tem que estar no local montada. Fui analisando em termos de valor, de condições, do que ela me disse, vou dizer, estava quase voltando aos tempos atrás, era só perguntar onde que é o pelourinho. Aí, quando ela falou tudo aí, eu disse: “ah, a senhora pode me dizer, por gentileza, qual é o valor da remuneração”? [pausa] Aí, eu fiz as*

*contas, o dinheiro que ia gastar me deslocando de Viamão até Gravataí... Receberia o vale transporte, mas o custo benefício não... Eu ia perder mais tempo me deslocando, e, pô, mil refeições, quando eu sair, vou sair morto, não vou conseguir fazer nada, não vou conseguir estudar, não vou conseguir... (E, 42 anos).*

Essa fala chama atenção para a exigência de um trabalhador ter de dar conta de múltiplas tarefas, com baixa remuneração, e para o quanto que isso dificulta ao trabalhador ter acesso a outros afazeres que almeja realizar, como, no caso descrito, continuar estudando.

Com base em autores que discutem os aspectos do trabalho, sabe-se que as transformações, no que tange ao modelo fordista e pós-fordista, como aponta a discussão de Fonseca, Neves, Amador e Kirst, (2008), têm uma complexidade que tem atingido as pessoas na sua força de trabalho e na subjetividade. Entretanto, a sensação durante a conversa foi de que, em alguns segmentos populacionais, essas especificidades se mostram cruéis quando os trabalhadores são discriminados pela condição, no caso, de egresso prisional como mais um elemento a ser desvalorizado.

Sobre essa questão, a discussão foi bastante extensa nos encontros e pode ser observada nas falas a seguir:

*Quer ver onde a senhora vai achar egresso do sistema penitenciário que não encontra portas fechadas? Tu vais encontrar só na Cootravipa<sup>37</sup> ou na construção civil, é só lá. Lá a senhora vai encontrar 50, 60% dos trabalhadores, um pouco menos, de egresso do sistema penitenciário, isso porque eles não têm um crachá no peito dizendo "sou egresso", porque, se a dona Maria souber que quem está varrendo a calçada dela é um egresso, é capaz de ela mesma lavar e varrer. "Não, aqui não precisa, já está limpo, meu filho". (E, 42 anos).*

---

<sup>37</sup> <http://www.cootravipa.com.br/web/>



*É, mas o único órgão (Cootravipa) que coloca, assim, de empresa que dá oportunidade para egresso, então, não é isso... Se o cara é egresso ou não, correr atrás do caminhão do lixo, estão pagando mais ou menos. (J, 53 anos).*

Essas falas remetem à histórica discriminação que os egressos do sistema prisional sofrem em função do modo como a sociedade lida com a questão da criminalidade. Tendo em vista o que foi discutido anteriormente, a mídia colabora para fazer circular a sensação de impunidade ou de uma justiça pouco rígida. Essa ideia é observada em diversas instâncias sociais e, não raras vezes, vem acompanhada de falas sobre a necessidade de leis e penas mais severas.

*Eu, quando saí da cadeia, estava lá na frente do supermercado Z. cuidando carro. Chegou o gerente e disse assim: “por que tu não vens trabalhar no Z.”? Daí, eu disse: “olha, eu já fui preso, eu tenho passagem pela polícia e eu sei que por isso vocês não vão me dar trabalho”. (A, 40 anos).*

*Eu não chego muitas vezes com quem realmente está selecionando, com quem está abrindo a vaga, porque eu já sou barrado no primeiro muro de contenção. (E. 42 anos).*

*O curso na FAESP: Para mim, é mais uma coisa com que eu posso estar me virando, mas o difícil é conseguir trabalho de carteira... Mesmo assim, posso ajeitar alguma coisa, fazer um servicinho ali outro aqui. (L, 50 anos).*

Tais depoimentos trazem parte do que significa a desvantagem social que possui o egresso do sistema penitenciário. Aspectos históricos estão envolvidos nessa desvantagem, que também se mantém pelo preconceito e pela desvalorização dessas pessoas, somados à ideia de concorrência de mercado, conforme se observa nas entrelinhas das falas midiáticas. Com base em Budó (2008), “ao reproduzirem o discurso das agências de controle penal sobre a criminalidade, as notícias incidem no mesmo problema: também se voltarão contra uma parcela da sociedade” (p.6), ou seja, há sempre uma parcialidade colocada nas notícias.

A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que instituiu a Lei de Execução Penal, onde constam as garantias relativas a esse tópico, aponta para o objetivo das assistências e a maneira como devem ser conduzidas: a assistência educacional com nível de escolaridade fundamental, médio e profissionalizante; a assistência à saúde; a assistência ao egresso que pressupõe alojamento e colaboração para a obtenção de trabalho e designa, ao condenado, o trabalho como dever social e condição de dignidade humana, tendo finalidade educativa e produtiva. Com base nisso, é possível entender que o trabalho da pessoa presa é tomado como penalidade, apesar de não constar como pena. Isso pode ser observado no artigo 29 §1º: o produto da remuneração pelo trabalho deverá atender: alínea a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios. Conforme artigo 28 § 2º, o trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho. No artigo 31, o condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade. Desse modo, observa-se que o trabalho é uma imposição como forma retributiva do crime, não necessariamente uma forma de inserção social, mas de reparação ao ato cometido. Parece que isso se estende para quando o apenado se torna egresso do sistema; a prática punitiva se mantém, assim como se mantém, de forma generalizada e categorizada, o sentimento de repúdio e de inutilidade que a sociedade nutre por essa população.

A discussão trouxe falas que caracterizam tal lugar:

*Se cada preso tivesse a chance de trabalhar quando saísse da cadeia, a cadeia estaria vazia. O problema é que não dão oportunidade para a gente. A senhora conhece como é que é uma cadeia? Lá dentro das galerias, é rato, é doença, é tudo de pior, é tudo de ruim. Como é que a gente vai viver desse jeito? (A. 40 anos).*

No início deste tópico, quando comentei sobre as críticas serem possíveis brechas para essas questões, estava me referindo às problematizações trazidas pelos participantes, relatos que não se reduzem a queixas, mas à vontade e necessidade de um tratamento diferente do que

ocorre, com a efetiva garantia de direitos. Sobre isso, durante a discussão, os participantes chegaram a cogitar a importância de uma política tributária de incentivo às empresas para receberem em seu quadro um percentual de egressos do sistema penitenciário como forma de inclusão imediata no mercado de trabalho. O debate indicou que seria importante estudar a viabilidade disso, analisar os procedimentos e pensar enquanto possibilidade de avanço na inclusão social e na garantia de direitos. Com isso, outras questões precisariam ser observadas para o encaminhamento não somente às vagas de trabalho, mas a outras formas de reorganização de vida ao sair da prisão, como é o caso da documentação pessoal.

Essa questão tem se tornado um dilema e está na contramão da assistência aos presos e egressos no retorno ao convívio social mais amplo. Durante a execução da pena, há relatos de extravio de documentação tanto por parte dos presos quanto pela instituição prisional. Se por acaso há um propósito punitivista por parte de quem prende, falta perceber que, além de ser abusiva, essa é uma atitude que gera trabalho dobrado e ônus para o Estado, que teoricamente teria que providenciar novos documentos. A meu ver, esse é um empecilho à reorganização de vida de quem quer ir em busca de trabalho, de formação ou de serviços de saúde. Pode-se dizer que é também uma forma de manter ou empurrar essa população novamente à situação de vulnerabilidade, conforme a fala abaixo:

*Mas tu precisas te organizar. Uma carteira de trabalho aqui para ser feita, se tu fores hoje no Tudo Fácil, demora 15 dias para ficar pronta. Um RH muitas vezes quer para ontem; as vagas, muitas vezes, são para ontem. (E, 42 anos).*

Entendo que sair da prisão com documentação é um direito e condição mínima de cidadania.

Em relação aos discursos midiáticos que favorecem a proliferação de preconceito, perguntei aos participantes como eles pensam e se sentem diante da acusação (da jornalista) de que pessoas que tenham cometido algum crime ou tenham sido presas sejam vagabundas. As

falas reportam à realidade do estigma e da vida marginalizada e à dificuldade de viver no coletivo.

*Noventa por cento das pessoas que têm dinheiro podem pensar assim, mas o pobre, as pessoas que estão na favela, mesmo que não tenham cometido nenhum crime, elas não pensam assim, elas dão chance. O pobre se arrisca mais a dar chance (A. 40 anos).*

*Eu, no caso, em 94, eu já tinha vindo para cá, para o Presídio Central, aquela vez em que os caras fugiram. Daí, eu já conheci os caras mais altos do tráfico, me juntei com eles, fiquei amigo deles. Daí, eles me patrocinaram tudo que eu precisava. Até agora, se eu quiser, mas eu não quero mais, eu vou fazer 50 anos, mas se eu quisesse, era só telefonar para eles lá: "onde é que tu estás?", que eles viriam, trariam na mão o bagulho, mas eu não quero mais isso aí, não arrumei nada até agora, comecei novo nisso aí (L. 50 anos).*

Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault (1987) traz a dimensão do trabalho atribuído aos apenados nas prisões, indicando que “é definido, junto com o isolamento, como um agente da transformação carcerária” (p. 202), com entendimento de que a ociosidade é vista como algo a ser banido. Foucault (1987) afirma que, em meio a essa ideia, que remonta ao fim do século XVIII e início do século XIX, existiram algumas polêmicas, tendo em vista que o trabalho penal na França era remunerado e, por isso, fora acusado de provocar desemprego.

Conforme Michel Foucault, na metade do século XIX, época de crise econômica na Europa, oficinas de trabalho na prisão foram organizadas por fabricantes franceses. O autor não discute os objetivos, mas os resultados provocados na sociedade. Os fabricantes obtiveram como resposta a esse projeto de oficina de trabalho na prisão a greve dos operários, que declararam desonra ao seu trabalho por estar sendo desempenhado por prisioneiros. Os operários entendiam que o objetivo de empregar os apenados era baixar salários, tirar postos de trabalho, favorecer os detentos e protegê-los; inclusive, na época, houve “uma campanha de imprensa nos jornais operários sobre o tema de que o governo favorece o trabalho penal para

baixar os salários ‘livres’” (p. 202) e acaba fazendo “concorrência com quem ainda têm serviço” (p. 202). O governo respondeu que a extensão do trabalho penal era comedida e não tinha “incidência geral sobre a economia” (Foucault, 1987, p. 203), e ainda que “o trabalho penal deve ser concebido como sendo por si mesmo uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade” (p. 203). No caso, o trabalho teria uma dimensão útil de adequar hábitos e valores, com ações subjetivas para marcar transformações mediante recompensa. Conforme apontado, “o salário do trabalho penal não retribui uma produção; funciona como motor e marca transformações individuais; não representa a ‘livre’ cessão de uma força de trabalho, mas um artifício que se supõe eficaz nas técnicas de correção” (Foucault, 1987, p. 204). Portanto, a utilidade do trabalho penal não está na obtenção de lucro ou na formação de uma habilidade, mas na constituição “de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema da submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção” (p. 204), ou seja, algo que acaba por satisfazer uma parcela da população que justifica a tentativa de submissão ao trabalho pela via da punibilidade e da correção de conduta.

Sobre a organização de trabalho, Fonseca et al. (2008) afirmam que:

No modelo taylorista-fordista, as organizações objetivavam extrair a força necessária para mover a produção, tendo, por isso, seu foco no corpo dos trabalhadores e sua ‘tecnologia gerencial’ direcionada à obtenção de disciplina e de obediência (hierarquia, controle, separação pensar/executar), pois se tratava de domesticar e fazer o corpo operar (o ‘operário’) (p. 505).

Ainda que essa organização de trabalho atinja a maioria dos trabalhadores, entendo que no caso de egressos prisionais seja diferente, que ela adiciona os aspectos dificultadores citados acima.

Com base nessas considerações e nos depoimentos dos participantes, pode-se dizer que ainda hoje se observam efeitos dessa relação de poder historicamente constituída, uma relação de submissão do trabalho penal que se estende às pessoas que passaram por aprisionamento e carregam consigo o estigma da prisão, como pode ser observado no seguinte depoimento:

*Ah, trabalhei num restaurante, assim, a primeira vez que eu tinha saído do sistema. Pô, eu me destaquei, era um cozinheiro assim, eu estava fazendo experiência e aquela coisa toda. Aí eu me lembro que fui levar a folha corrida, e aí justamente que o nada consta não saiu, aí eu fui até o dono do restaurante [e] expliquei: “oh, a situação é essa, assim, assim, assim”, porque eu tinha passado um tempo, não é, mas realmente eu sou cozinheiro qualificado e essa coisa toda, ele não me deu resposta. Ele disse: “segue trabalhando, depois a gente vê todos os negócios da tua documentação”. Mas eu segui trabalhando por conveniência dele, porque a gente começou numa quarta-feira; quinta e sexta eram dias de movimento, sábado era dia de movimento, não é? No sábado, quando eu saí, quando deu três horas da tarde, quando ele me chamou, ele usou o seguinte argumento: que colegas não iam se sentir à vontade trabalhando comigo, por questão de eu ser um egresso, não é? E ele disse: “tu poderias sentir até um mal-estar e ver colegas teus, tu entrares no vestiário e colegas guardando ou fechando armário, saindo, não é...”. (E, 42 anos).*

Portanto, mesmo concordando que a dificuldade para obter uma vaga de emprego e com condições dignas de trabalho e de remuneração está na macropolítica e se estende à maioria da população, essa fala torna inegável a condição de dificuldade por que passa o egresso.

Somado a isso, ainda com relação à precarização do trabalho, Severino (2000) afirma que:

A organização econômica, de lastro capitalista, sob um clima político de mandonismo interno das elites nacionais e da dominação externa dos grupos internacionais, impõe uma configuração socioeconômica na qual as condições de vida da imensa maioria da

população continuam extremamente precárias. Na verdade, o aclamado processo de globalização da economia parece universalizar as vantagens do capital produtivo e as desvantagens do trabalho assalariado (p.66).

Fonseca et al. (2008) qualificam de “complexo e doloroso o processo de transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle no mundo do trabalho em função do custo social extremamente elevado” (p. 506), porque atinge a subjetividade dos trabalhadores da sociedade capitalista. Para manter ou conquistar um emprego, as pessoas estão se submetendo a extensas jornadas de trabalho, que agora contam com dispositivos móveis de comunicação globalizada e instantânea, gerando ao trabalhador compromisso em tempo integral, inclusive nas horas de descanso, devido a esse apelo imediatista da atualidade. Com base na discussão que as autoras fazem, os trabalhadores convivem com o fantasma do desemprego e com a pressão de cumprir metas, um sofrimento gerado na contemporaneidade, além daquele que advém da prescrição do trabalho.

Fonseca et al. (2008), inclusive, chamam atenção para as contradições desse processo de produção, uma vez que o objetivo é atingir a subjetividade e também ser criativo na produção. A contradição aparece na incapacidade da sua racionalidade instrumental de constituir subjetividades criativas. Isso aponta para a necessidade de uma “racionalidade ampliada” (p. 506), que necessita de outra forma de organização de trabalho, uma relação mais livre do trabalhador com os processos e os meios de trabalho, devendo essa relação “ser repensada numa lógica alo e autopoietica”<sup>38</sup> (p.506). Esses são alguns dos impasses que indicam

---

<sup>38</sup>“A palavra *autopoiese* deriva do grego *autós* (“por si próprio”, “de si mesmo”) e *poiesis* (“criação”, “produção”). Foi criada a partir da teoria biológica de Maturana e Varela (1980), os quais propunham a criação de um sistema a partir de outro sendo ambos distintos, mas com íntimos e numerosos pontos de contato – ou, melhor dizendo, interdependentes”. ROSA, Luiz Carlos Goiabeira. A alopoiese no contexto do Estado de Direito: a opressão estatal e a reação do cidadão. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XII, n. 68, set 2009. Retrieved from [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=6744](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6744). Acesso em maio 2016.

uma saída ou “uma possibilidade de invenção de novas formas de gestão do trabalho” (p.506) e, portanto, para a saúde do trabalhador.

Nesse sentido, pareceu interessante o posicionamento adotado pelo egresso ao deparar-se com condição de trabalho aviltante, conforme relatou no grupo, mostrando que a força de trabalho e o cumprimento de metas, aparentemente, são exigências mais importantes nas organizações do que a possibilidade de criar processos de trabalho que façam sentido na relação profissional.

A discussão sobre esse assunto na roda de conversa foi bastante longa, e as condições de trabalho seguiram sendo apontadas pelos participantes, o que também demonstra suas angústias com a pressão de ter que ser um trabalhador para ser aceito na sociedade e, sobretudo, um trabalhador polivalente<sup>39</sup>:

*Numa firma, num estabelecimento comercial, têm que ser bem distribuídas as funções, porque no primeiro dia tu fazes como necessidade; no outro dia, tu já fazes como obrigação, não é? E eu sempre dei o exemplo, não é? Eu sou cozinheiro, mas eu sou o primeiro a passar o pano no chão para lavar a cozinha. Não vou... Eu só vou sair da cozinha quando o auxiliar de cozinha sair junto comigo, para terminar o serviço. Esse é meu modo de pensar... (E. 42 anos).*

Essa fala ocorreu em meio às discussões sobre organização de trabalho e quando fiz apontamentos como: “Você está me dizendo que tentou argumentar na hora da seleção e parece saber o que está dizendo. É importante que vocês tentem falar sobre suas histórias, mas também sobre suas expectativas e o que almejam” (mediadora). Procurei fomentar as críticas levantadas que eram pertinentes para a autonomia e autoestima. Percebi que intervenções como essas eram atentamente observadas pelos participantes, que, por vezes, ficavam calados, sugerindo reflexão sobre o assunto. Por outro lado, quando o participante apresenta vários

---

<sup>39</sup> Conforme o dicionário, é uma pessoa que pode ser colocada para trabalhar em diferentes áreas, que terá o mesmo rendimento.



questionamentos sobre a organização do trabalho e a posição do empregador, de alguma forma, ele já está se colocando criticamente.

Os aspectos educacionais e culturais, de saúde e lazer foram apontados como algo a ser conquistado, mas também oferecido pelo governo para a população, como se pode ver nas falas:

*Na verdade, a maior dificuldade é a questão, a função da faculdade, porque assim que eu consegui uma vaga na Estácio, estou correndo atrás do financiamento, do...(E, 42 anos).*

*No início do ano, não deu o FIES porque foram reduzidos os contratos preexistentes, abriu agora, eu ainda não fui... Eu fiquei na lista de espera, estou vendo como é que está minha posição, estou na quinquagésima oitava posição, só tem 10 para direito na Estácio. (E, 42 anos).*

*Agora mesmo, eu me inscrevi para o Educa mais Brasil, para ver se, não é, mais uma possibilidade, eu estou nessa... (E, 42 anos).*

Essas falas representam o que mais foi discutido no grupo em termos de acesso à educação formal. Percebi que, de forma geral, a educação formal é uma maneira de adquirir uma posição social. Por um lado, tem-se uma profissão via ensino superior, reconhecida socialmente, inclusive com fomento ao bacharelismo, dado como “verdadeira” profissão (Sparta & Gomes, 2005), ou pelo menos vista como meio de acesso a questões importantes da vida, como, por exemplo: falar e ser ouvido para garantir direitos. Conforme o participante:

*Descobri que o conhecimento é a única coisa que em lugar nenhum do mundo vai me ser tomado, não é? É um bem maior. Então, hoje eu estou tentando voltar a estudar, fazer um curso superior, não é, que está bem complicado. (E, 42 anos).*

De qualquer modo, ser “doutor” torna-se um objetivo a ser alcançado como possibilidade de colocar-se no mercado de trabalho, como status, como reconhecimento. É uma realidade que não surpreende no Brasil, país em que o vestibular é a forma dominante “entre as cinco alternativas de atividades possíveis a serem assumidas pelos jovens, após o término do

ensino médio” (Sparta & Gomes, 2005, p.50). A questão que se faz importante, mas que não desenvolverei aqui, é pensar esse funcionamento enquanto prioridade ou até mesmo única opção profissional para a população e como isso foi se constituindo no país; também caberia refletir acerca dos limites desse funcionamento para o coletivo, uma vez que o acesso ao ensino superior não é universal.

Por outro lado, também houve falas como:

*Para a senhora ver, sabe, de vez em quando, eu saio com a professora lá no meu colégio. Eu saio com eles, assim, converso com todos. E eles, bah, até gostam. Eu também gosto que eles conversem, é diferente. Eles dão várias ideias para a gente. Então, eles gostam de mim lá no colégio. Estava até preocupado, fiquei uns três, quatro dias sem ir à aula. (L, 50 anos).*

Nessa fala do egresso que está cursando o ensino fundamental e se alfabetizando, a educação formal tem outro sentido. A importância de estar naquele espaço está mais ligada ao contato social e ao aprendizado pela troca de experiências, por novas convivências, por outras realidades. O aprendizado que essas relações proporcionam talvez seja mais interessante para a vida enquanto possibilidade de criação de novos modos de viver do que a teoria acadêmica ou um método formal de uma técnica.

Esse aspecto de aprendizagem e de lazer repete-se na reivindicação cultural, vista como fonte de entretenimento, mas possibilidade de aquisição de conhecimento por meio da cultura. As falas destacadas a seguir mostram a necessidade de acesso à cultura, ponto importante para as relações sociais, aquilo que a educação não-formal proporciona, remetendo também a poder olhar para si de diversas maneiras:

*Por que quem está preso não tem direito à cultura? Não tem direito a rir de si mesmo? A interagir com o pessoal de fora? (E, 42 anos).*

*Não, eu digo no Araújo Viana ali, é bem legal ali, eu já vi, grandes shows ali eu vi o... Gilberto Gil. (J, 53 anos).*

*É isso que eu ia lhe dizer, pô, Porto Alegre, eu me lembro, eu vim para cá quando eu saí do quartel, finalzinho de 94, eu sou natural de Pelotas, e uma das coisas que eu gostava, que me chamava a atenção na capital, era isso. A gente tinha muito show, a gente tinha muito teatro, a gente tinha muito espetáculo a céu aberto, não só... A gente tinha muita participação popular, a população interagia. Eu me lembro daquele grupo de teatro "Olha ele outra vez, nós outra vez", alguma coisa assim, estava sempre no largo Glênio Peres, estava sempre perto da UFRGS ali, estava sempre no centro casa de boneco ali, também lá, Casa de Cultura Mario Quintana, tinha espaço. O que a gente tem agora são alguns eventos públicos, mas não divulgados, como espaço cultural Santander, que disponibiliza uma mostra fora de cinema que não está no circuito normal, e que é disponibilizado algum ingresso ou a totalidade de seus ingressos, mas com uma hora de antecedência para pegar, mas quem é que sabe disso? É divulgado onde? É divulgado em alguma escola no morro aqui? É divulgado em alguma COHAB, algum bairro de COHAB? COHAB Cavallhada? COHAB Rubem Berta? Restinga? A gente fica... (E, 42 anos).*

A mídia aparece como meio que circula apenas notícias negativas, conforme a fala a seguir:

*Entretenimento, de mostrar nossa cidade, de realmente mostrar o que Porto Alegre ou que o nosso estado é capaz, o que nos tem a oferecer. Pô, porque, como eu que estou aqui em Porto Alegre, vejo essa notícia, o restante do país e do mundo vê, hoje... Então, quer dizer, a senhora acha que, se eu estivesse lá em Tóquio, eu iria querer vir para o Brasil? Eu vou querer vir para Porto Alegre? Não. (E, 42 anos).*

Essa fala finaliza o tópico e mostra o modo de operar da mídia enquanto veículo e dispositivo social, indicando a parcialidade na projeção da realidade. As questões mais específicas sobre a mídia serão tratadas mais adiante.

### 3.6. Trocando em miúdos: direitos e assistencialismo

*A gente quer ter voz ativa  
No nosso destino mandar  
Mas eis que chega a roda-viva  
E carrega o destino pra lá  
Chico Buarque de Holanda*

Este tópico trata da maneira como os egressos do sistema prisional entendem o acesso a direitos, como lidam com as assistências sociais e como o conjunto disso repercute na responsabilidade do Estado e da organização social. O estudo sobre assistência social e políticas públicas no Brasil não será aprofundado neste tópico; aqui o intuito é observar algumas questões sobre a relação do país com as assistências sociais. Desse modo, interessa saber como repercute essa temática entre os egressos, forma essa que talvez possa ser considerada reflexo do que ocorre na sociedade brasileira no que tange à relação com os direitos, com o governo e com as políticas públicas.

No grupo de pesquisa, durante as discussões, houve críticas à impossibilidade de acesso a direitos, como cuidado à saúde ou aqueles que deveriam e poderiam viabilizar desfechos diferentes na vida dessas pessoas, com condições mais favoráveis à inserção social de quem sai da prisão.

*Você não recebe nada, se você descer... Se ficar doente e precisar ir a uma enfermaria, seja por uma dor de dente ou um prego fincado no pé, seja uma estocada, uma facada ou até uma pneumonia lá dentro, vai descer e vai tomar paracetamol. (E, 42 anos).*

*Quando a sociedade fecha a porta, aí vai dizer “ah, isso é uma desculpa para cometer mais crimes”. Ela empurra de volta o apenado, o egresso, ao mesmo delito ou a novos delitos. Por quê? Antes de ele ser um apenado, antes de ele ser um recluso, ele é um pai de família, ele é um filho, ele respira, anda, ele é um ser que pensa. Já que pensa, logo, existe; já que respira, logo, existe. E pelos direitos universais eu teria assegurado que, pela quinta emenda, o direito*

*de ir e vir, ninguém pode ser punido a não ser que se prove o contrário. E isso é uma forma de punição sobre punição, chegar hoje em casa e me deparar com o seguinte quadro: encontrar meu filho chorando, com fome, porque ele não tem o leite. Aí vou ao armazém da esquina pedir um litro de leite, ou vou me voluntariar para botar aquele aterro para dentro, mas a dona Maria sabe que eu sou egresso, "ah não, não estou precisando", e pode estar chovendo, como está chovendo em Porto Alegre, a areia dela vai toda embora, ela prefere botar a areia dela toda embora do que me oportunizar botar aquela terra dentro, com o que eu vou poder comprar aquele litro de leite que meu filho tanto necessita, ou se eu for na padaria ali pedir, "não, vai trabalhar, vagabundo". Não vai ser menos nem mais, não vai ser sem a vírgula nem ponto final. (E, 42 anos).*

Aliás, as críticas que puderam ser observadas demonstraram a noção que os próprios egressos do sistema penitenciário têm sobre o não-cumprimento da lei e do limite da pena privativa de liberdade. O aprisionamento não tem sido restrito ao cerceamento da liberdade; ele também atinge direitos previstos em lei, tornando a justiça penal basicamente retributiva. Dentro disso e da experiência que trago desse campo, entendo que os *res – reeducando*, *reinserção*, *ressocializar* – não correspondem à realidade da população e podem ser considerados um equívoco do ponto de vista do acesso a serviços e setores sociais para a inclusão dessa população. Observa-se que, na prática, a atenção está no fomento a ações de punição e de controle.

*Não é que nem nós, que temos que esperar o panelão. E quando tem ainda. Às vezes não vem nem comida, quando os homens não estão revistando a cela dos outros lá, o cara passa a noite toda com fome lá, [risos] e não vem nem comida daí. Nem os panelões, não vêm porque eles não deixam subir. (A, 40 anos).*

*Os ratos passando em cima do panelão. É muito diferente. (L, 50 anos).*

No debate, uma das principais críticas que apareceram foi à inexistência de amparo no momento da soltura da prisão, como: rede de apoio, alojamento, transporte, documentação pessoal e profissional, além dos riscos ao serem liberados durante a noite, muitas vezes, em lugares ermos.

Não é necessário passar por isso para imaginar os problemas que resultam desse modo de conduzir a saída da instituição. Diante da reflexão que fizemos, entendendo que os riscos de as pessoas retornarem à prisão – imagino que isso não esteja previsto nessa prática – são inerentes às condições nas quais elas são conduzidas. Apesar disso, ainda carregam o peso de corresponder às expectativas sociais de ressocialização, conforme a fala a seguir:

*Por ter ficado lá dentro, muitas vezes a gente deixa de ter certa credibilidade, seja para parente, seja para as pessoas em geral. Aí tu tens que estar todo dia tendo um atestado de bons antecedentes para os teus, do convívio contigo. “Não vou voltar, não vou fazer”. Todo dia, tu tens que... Além de... Tu matas um leão por dia. E tem 50 duvidando e mais 10 torcendo para que tu voltes, seja o Estado para manter essa máquina. Isso é uma mina de dinheiro, não é?!*  
(E, 42 anos)

Além desse dilema, em cima das questões que trouxeram sobre a realidade e a história que possuem, foi possível discutir a necessidade de políticas públicas que promovam maior acesso à escolaridade, à universidade e à moradia. Também foi discutida a necessidade de criação de uma política tributária de incentivo à empregabilidade de egressos do sistema prisional. Vimos que esses seriam direitos mínimos a serem acessados para que essa população possa ter alternativas de inserção social.

*E não é oportunizado a demonstrar justamente em função de ter cometido um delito, porque muitas vezes não é aquela pessoa, aquela recepcionista, aquela secretária que está distribuindo a ficha ali, mas vai para uma banca examinadora ou vai para o proprietário,*

*então, "ai, esse rapaz aqui passou pelo sistema", não quer nem falar contigo. É a maneira como é passado. (E, 42 anos).*

Não chegamos a aprofundar o debate sobre os direitos no cárcere, apesar de essa realidade ser relatada constantemente quanto à maneira como avilta a dignidade humana, o que é muito falado em situações similares. O que nos interessou nesse ponto foi justamente pensar os efeitos dessa realidade nas pessoas com experiência de prisão e na forma como é difundida pela mídia, observando meios de romper determinadas hegemonias que não permitem alternativas para viabilizar diferentes modos de viver para tais pessoas.

Isso posto, tentando entender como os participantes da pesquisa se subjetivam nesse contexto e procurando ensaiar meios de estabelecer trocas de experiência e de entendimentos sobre a temática, fiz apenas ponderações que permitiram espaço de reflexão e de reorganização das ideias, inclusive de minha percepção sobre alguns pontos.

Observei que a noção de direitos legais e de acesso a políticas públicas entre os egressos, muitas vezes, se aglutina com a ideia de assistencialismo. As falas apontavam para as dificuldades de obter seus direitos, como assistência à saúde, à educação e ao trabalho. Ao mesmo tempo, percebi que sustentam o imaginário sobre a obtenção de assistências, como auxílio previdenciário, bolsa família e aluguel social, como um direito permanente da população pobre. As falas a seguir ilustram esse entendimento inicial sobre o qual transcorreu o debate.

Sobre o programa Minha Casa, Minha Vida:

*O governo não dá nada para ninguém, o governo cobra. (A, 40 anos).*

*Parece que é 10 ou 20% do teu salário (...) 10 ou 20%, alguma coisa assim, do que tu ganhas. Eu não pago, quem paga é minha irmã. E tem até morador de rua aí que não paga nada, que ganhou também e não paga nada. Tu podes ir lá e perguntar para o segurança, que não paga nada. Tem até portaria lá. Não tem portaria, S.? Tu podes perguntar na portaria,*

*tem até morador de rua que ganha ali. Morador de rua tem mais chance de ganhar, porque está morando na rua. (A, 40 anos).*

*Se eu não pego assistente social para ir comigo no INSS, eu não teria me encostado. Faz quatro anos que eu estou encostado. Eu tinha o Bolsa Família, daí me cortaram...(L, 50 anos).*

Mediadora: Por que tu tinhas Bolsa Família?

*Porque eu era morador de rua. Tem Bolsa Morador de Rua também. (L, 50 anos).*

*Mas morador de rua também ganha. Bolsa Família é uma coisa, Bolsa Escola é outra. (A, 40 anos).*

*Eu já tinha falado com uma assistente social, porque eu falo com um monte de assistente social. Daí eu falei com um camarada meu, e ele disse para mim: “o negócio é o seguinte, tu ficas na tua, fica frio, se eles te cortarem, vem natural...” Daí me cortaram. Bem na hora em que saí do INSS, encontrei ele. Daí eu falei com ele: “cortaram o meu cartão, lá em Brasília descobriram que eu recebia benefício e daí me cortaram”, e ele disse: “isso eu te falei, que hoje ou amanhã iam cortar”. (L, 50 anos).*

*Eu tinha uma ideia também para dar para essas pessoas aí que saem da cadeia, assistente social que trabalha lá dentro que nem fala que trabalha lá dentro. Quando preso sai, não vai ter dinheiro mesmo para correr atrás de serviço, correr atrás de papel... Sai com o TRI social, aquele TRI que a pessoa não paga mais. Porque o cara sai da cadeia hoje, como é que vai ir ao fórum amanhã ou vai ao fórum outro dia? Vai roubar passagem? Só tem o papel de soltura, para usar um dia só. (A, 40 anos).*

Nas primeiras falas, é possível observar o pensamento mágico em torno do provimento que as políticas públicas podem/devem oferecer a quem necessita de auxílio. Contudo, na última fala, observa-se a necessidade de ampliar um direito existente, mesmo que não se tenha lucidez sobre a maneira de proceder com trâmites para legalizar o acesso. Entretanto, parece



justo que alguém que esteja saindo da prisão possa contar com apoio para se reorganizar. O auxílio transporte seria um meio para viabilizar seu deslocamento aos locais que precisa acessar para ter seus direitos restabelecidos, ao menos em um determinado período de tempo, até que consiga se inserir no mercado de trabalho ou se estruture com condições suficientes para dar seguimento à vida.

Há aproximadamente um ano, alguns meses antes de iniciar a pesquisa com os egressos do sistema penitenciário, foi apresentado pelo presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH), na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Projeto de Lei 229/2015 chamado “Passe Livre”<sup>40</sup>, que tratava do direito de apenados com alvará de soltura, prisão domiciliar ou em liberdade provisória receberem passagens intermunicipais de ida e volta entre o município onde cumprem pena e a cidade de destino. Além deles, cônjuges e seus filhos teriam direito a duas passagens intermunicipais mensais por pessoa para realizar visitas ao familiar preso. Segundo consta na redação, o projeto previa que os beneficiários tivessem renda de até um e meio salário mínimo. O objetivo era possibilitar proximidade e manutenção dos vínculos familiares às pessoas em situação de vulnerabilidade, considerando que muitos cumprem pena em locais distantes da família. Todavia, o projeto teve repercussão negativa em jornais e em emissoras de rádio do estado. Conforme fonte citada acima, houve crítica por parte do presidente da CCDH à forma como o assunto foi tratado na mídia, reverberando negativamente e distorcendo as intenções da medida. O projeto acabou sendo retirado da pauta por falta de apoio e de entendimento.

Em relação ao conteúdo desse projeto especificamente, pode-se observar nas falas a seguir que a realidade sobre o assunto requer atenção. Uma medida simples de ampliação do

---

<sup>40</sup> Gomes, L. E. ( 2015, jun, 16). Após repercussão negativa, autores recuam e PL do ‘passe livre’ para apenados ‘morre’ na Assembleia. Retrieved from <http://www.sul21.com.br/jornal/apos-repercussao-negativa-autores-recuam-e-pl-do-passe-livre-para-apanados-morre-na-assembleia/>

direito de transporte não traria ônus significativo para o estado e poderia colaborar na “reinserção social” de maneira efetiva. As falas abaixo denunciam a dificuldade:

*Consegui chegar na minha casa de madrugada. Era o mesmo papelzinho aquele, de soltura. Tinha mudado tudo; a placa, tudo. Aí saí de lá, cheguei no centro. Usa o mesmo papel, não precisa mostrar. Saí de lá, cheguei no centro, peguei o ônibus, fui parar lá na Cruzeiro. (S, 52 anos).*

*Eles dão esse papel para pegar ônibus de graça. Então! Tem que mostrar para o cobrador. Mas vale até chegar em casa. Se no outro dia, tu queres sair para arrumar trabalho, não vale. (A, 40 anos).*

*Não. A soltura. É só naquela hora. Naquele dia em que saiu da cadeia. Sim, de noite ainda, chegar no centro de Porto Alegre de noite. (S, 52 anos).*

*Eu ia de Charqueada para Santa Maria. Daí eu pegava o ônibus de Charqueada até aqui e depois daqui até Santa Maria. (L, 50 anos).*

A proposta trazida pelos egressos e discutida no grupo é um pouco diferente daquela que o projeto “Passe Livre” prevê. A sugestão do grupo está fundamentada nas experiências e nas histórias que ouvem cotidianamente dos demais presos, como as relatadas acima. O grupo trouxe uma contextualização para a ampliação do direito já existente – transporte ao sair da prisão para voltar para casa – para conseguir se reestruturar com trabalho, documentação, educação formal, moradia. Viabilizar o transporte intermunicipal ou urbano parece importante para aproximar o sujeito de seus familiares, principalmente quando foram afastados involuntariamente pelo Estado. Contudo, como discutido no grupo, um meio de fornecer transporte coletivo para ajudá-los a adquirir autonomia e conquistar espaço social seria uma maneira de gerar condição mais favorável ao sujeito que precisa se reorganizar e também de incentivá-lo a buscar alternativas para si conectadas a uma rede de apoio, com fornecimento de transporte ao egresso ou a quem está em prisão domiciliar para organizar sua documentação,

acessar serviços e conseguir trabalhar. Por fim, parece bem mais interessante e saudável incentivar essa autonomia e possibilitar políticas de empregabilidade se considerarmos que tais ações possibilitam o rompimento da relação de dependência com o Estado, estabelecida por meio de assistencialismo.

Um trecho do debate demonstra o incômodo de ter que depender de ajuda contínua para sobreviver:

*Seja familiar ou seja econômico, ou... Eu com problemas econômicos e familiar... A minha esposa está cega, depende de mim para acompanhar na visita médica ou alguma coisa. Hoje eu estou aqui, mas eu já estou em débito com ela, eu teria de estar acompanhando no banco para receber o provimento dela, saiu recém do INSS – eu tive que brigar na justiça para conseguir. Ela estava indo no banco com a irmã dela, tive que deslocar uma outra pessoa para fazer. Então, quer dizer, fica complicado, não é? Algumas coisinhas aqui eu tenho que receber da FAESP, me ajuda em termos até muitas vezes do ranchinho, uma passagem, alguma coisa para me deslocar. Eu vou dizer, eu estou vendo essa população carente na parte de assistencialismo, eu... (E, 42 anos).*

Com base no debate e em minha experiência de trabalho, o caso de egressos do sistema prisional necessita que uma ampla rede de apoio acompanhe o sujeito que sai da prisão para dar os primeiros passos em busca da autonomia, num sentido de cuidado no território. Pode-se fazer analogia com as políticas de saúde mental, considerando que sair do confinamento prisional é muito parecido com a alta do confinamento manicomial, seja por sofrimento psíquico, por institucionalização ou pelo uso de medicamentos psicotrópicos, cada vez mais frequentes na prisão. O cuidado no território é fundamental para que as pessoas consigam manter-se em liberdade e estabelecer relações com os serviços de saúde, assistência, educação e trabalho. Esse cuidado é necessário para possibilitar às pessoas alternativas para o modo de viver e de

relacionar-se consigo, ressignificando o que consideram pertinente para estabelecer diferentes perspectivas. As pessoas precisam ter essa chance para reinventar-se.

*Exatamente, mas é bem isso que eu estou tentando fazer, me reinventar. Porque antes, eu pensava assim, eu sou cozinheiro, eu sou isso, vou trabalhar, vou ganhar o meu. Mas aí, como disse, eu sou um S., já passei por desamores, já gostei... Mas o que que eu ganhei com isso? Eu me preocupei... Eu não me preocupava comigo, me preocupava em ter para ser, e hoje eu só quero ser, só isso. Mas ser é tão fácil, é tão mais simples. (E, 42 anos).*

Para isso, é necessário ter condições diferentes daquelas que o levaram a uma situação de extrema vulnerabilidade.

Nesse sentido, concordo com Garcia (2003) quando afirma que “diminuir a desigualdade social extrema é algo justificável per se” (p. 7). Ao contrário do que se ventila, inclusive na mídia, o autor diz que, diante da crise econômica que vive o Brasil, diminuir as desigualdades sociais pode gerar um efeito dinâmico na economia, a ponto de reverter tendências vigentes que a desaceleração no crescimento do país poderia acarretar. Segundo o autor:

Não se trata de milagre, mas de mudança de lógica, de ênfase, de estilo de crescimento. Trata-se, também, é verdade, de guiar-se por uma outra ética que, invertendo prioridades, eleve o valor equidade à posição absolutamente dominante: mais para quem tem menos; menos para quem tem mais, o mínimo para quem tem muito e, no limite, nada para quem tem tudo (Garcia, 2003, p. 8).

A tentativa das políticas públicas e de assistência social é de efetivar meios concretos para dirimir as diferenças econômicas, patrimoniais e culturais da população e com isso promover qualidade de vida, buscando certo equilíbrio na distribuição de renda para permitir o exercício pleno da cidadania (Garcia, 2003).

Sobre tais desigualdades e dificuldades de acesso, o trecho a seguir mostra como isso ocorre na prática, com a angústia do egresso na tentativa de recolocar-se socialmente:

*Eu gostaria de ver veiculado é que, independentemente de erros e acertos, eu não deixei de acreditar nesse país. O que eu acho [é] que o meu débito eu já quitei com a sociedade e que nada justifica eu ainda continuar sendo penalizado, não é?! A gente chega e encontra uma porta fechada, como eu tinha lhe comentado noutra ocasião. A mão de obra que a sociedade não absorve, o crime absorve, não é?! A mão de obra que a sociedade não absorve, seja do adolescente, o tráfico absorve. [pausa] Aí tu tens necessidade de pagar gás, água, luz, mas uma coisa não justifica a outra. É como eu lhe falei... Eu me lembro, porque isso ficou bem gravado, Joãozinho velhinho é um egresso, chega em casa e se depara com o filho chorando, ele passa pela mesma rua dele, vai na padaria, pega um litro de leite, o dono da padaria vai dizer para ele trabalhar, vai chamar ele de n coisas, ele vai passar na dona Maria, que tem um aterro para botar para dentro, mas a dona Maria vai preferir a chuva levar o aterro embora do que dar a oportunidade de botar aquele aterro para dentro para que ele ganhe um dinheiro e compre...(E, 42 anos).*

Historicamente, o Brasil estruturou-se com base em explorações, injustiças e desigualdades sociais que reverberam até hoje no modo de funcionar da sociedade (Garcia, 2003). Sobre isso, o autor faz um resgate importante de ser dito aqui, mesmo que corra o risco de ser repetitivo, mas a verdade é que a base do Brasil se deu por:

Capitanias hereditárias, sesmarias, latifúndio, Lei de Terras de 1850 (proibia o acesso à terra por aqueles que não detinham grandes quantias de dinheiro), escravidão, genocídio de índios, importação subsidiada de trabalhadores europeus miseráveis, autoritarismo e ideologia antipopular e racista das elites nacionais. Nenhuma preocupação com a democracia social, econômica e política. Toda resistência ao reconhecimento de direitos individuais e coletivos (Garcia, 2003, p. 9).

Somente após séculos de abuso das minorias, exploração e discriminação, foi possível constituir como ação de política pública o Plano Plurianual (PPA), previsto no artigo 165 da Constituição Federal e regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998, a ser desenvolvido pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, visando a diminuir o abismo social historicamente constituído no país. Até onde pode ser observado, as diretrizes do PPA, pelo menos nas duas últimas décadas, têm colaborado para diminuir a miséria no Brasil, têm tentado reduzir a extrema pobreza<sup>41</sup>, que muitas vezes escapa ao mapeamento das políticas públicas, apesar de os dados do governo mostrarem que são investidos 656 bilhões em políticas sociais no Brasil.

A partir do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, o “Plano Mais Brasil”, percebe-se que o novo modelo de desenvolvimento do País ampliou as políticas de proteção social, qualificou e expandiu as redes de serviços públicos e retomou os investimentos em infraestrutura social e econômica<sup>42</sup>. (para. 4).

Entretanto, apesar do visível crescimento do país, do acesso da classe popular a bens materiais e do aumento da qualidade de vida, observa-se um modo simplista de perceber a política pública. Segundo Penteadó e Fortunato (2015), os meios de comunicação interferem na prática política, sobretudo no modo como as políticas públicas são percebidas e influenciadas no que tange aos movimentos sociais que a mídia estimula. Além disso, “a divulgação de resultados positivos ou negativos pela mídia de determinada PP é essencial para que o seu executor possa ampliar ou diminuir seu capital político, para sua continuidade, sua ampliação e receber mais recursos” (p. 137). Para tais autores:

---

<sup>41</sup> Portal Brasil (2015, nov, 13). Um País menos desigual: pobreza extrema cai a 2,8% da população. Retrieved from <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/11/um-pais-menos-desigual-pobreza-extrema-cai-a-2-8-da-populacao>

<sup>42</sup> Portal Brasil (2012, nov, 12). 656 bilhões são investidos em políticas sociais no País. <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2012/11/r-656-bilhoes-sao-investidos-em-politicas-sociais-no-pais>

Em nossa sociedade, os meios de comunicação possuem uma grande importância para o jogo político: como espaço de disputa de imagens e capital político; como mecanismo de intermediação entre as instituições políticas, atores políticos e cidadãos; como fonte de informação política; e/ou como um mecanismo de pressão da opinião pública e grupos de interesses (Penteado & Fortunato, 2015, p. 134).

Com base nesse entendimento, pode-se dizer que a mídia utiliza ferramentas de persuasão e joga com as informações de que dispõe, combinando-as de maneira que promovam percepções de acordo com os seus interesses, os quais geralmente coincidem com os interesses de grupos hegemônicos, com pretensões na esfera política. Dessa forma, essas articulações fazem com que a mídia seja a principal norteadora dos acontecimentos sociais.

Em outras palavras, conforme Penteado e Fortunato (2015), a credibilidade de políticas públicas depende da visibilidade que a mídia proporciona, se for favorável. O contrário pode ser bastante prejudicial para os intentos das políticas. Os autores afirmam que “outro papel importante desempenhado pela mídia é sua participação na definição da agenda dos temas relevantes para a discussão na esfera pública” (p. 136).

Essa questão tem se tornado visível com os últimos acontecimentos na esfera política, orquestrados pela mídia juntamente com grupos partidários, o que culminou em um dos maiores golpes políticos que o país já sofreu contra o Estado democrático de direito, com a destituição de uma Presidência da República legitimamente eleita. Essa manipulação pode ser observada nas falas até mesmo de quem usufrui das políticas públicas, conforme declaração abaixo:

*A Dilma, o Tarso. Eu gostava dela porque ela ajudava, dava bolsa de tudo aí. Mas assim, oh: depois que eu vi esse negócio - tem vezes que eu estou olhando o Globo Repórter, e aparecem lá de cima, as crianças se prostituindo, fazendo o que não têm que fazer, e eles "ah vamos trazer mais dois mil". Ah que é isso! (L, 50 anos).*

*Todo mundo viajou de avião. Dilma viajou de avião, todo mundo que estava para candidato. O único avião que caiu foi o do Eduardo Campos? E sabe o que a Dilma falou? O furo que apareceu na TV. "Ah, que faltou gasolina". Aí o cara pensa: "abasteci o tanque antes de subir. O que é que faltou?". Isso aí, para mim, a Dilma mandou botar alguma coisa naquele avião para cair. O Eduardo Campos era o único que podia ganhar dela. Até minha mãe sabe disso aí. Minha mãe é contra PT. (A, 40 anos).*

Nessas falas, observam-se pelo menos dois atravessamentos. Um deles é a dependência da assistência dada pelo governo e a outra advém da articulação midiática que gera notícias politicamente tendenciosas, como foi discutido anteriormente.

Além disso, outra questão que chamou atenção durante os encontros foi que nas falas está presente a projeção de responsabilidade e de provimento por parte do governo, conforme o trecho a seguir:

*Sabe o que tem que fazer? Trazer o presidente da Caixa aqui e um vice-governador, nos botar inscritos naquele Minha Casa, Minha Vida para nós ganharmos, isso que tinha que fazer. O presidente da Caixa e o vice-governador ou o governador aqui. Para ver como isso aqui trabalha e como nós andamos. É isso que tinha que trazer na reunião. Eu abro a boca, eu falo para eles: "e aí, meu? Nós aqui não temos chance de trabalhar. Já fomos presos. Não temos condição de ter uma moradia. Vocês querem que nós voltemos para a cadeia? Dá uma moradia para nós. Os caras vão morar na rua, vão entrar na vida do crime de novo". Dá uma moradia para o pessoal aí. (A, 40 anos).*

Em relação a isso, concordo com Santos (2012) sobre a dimensão política que também está inserida nos objetivos das políticas públicas, que "são trazidas em caráter assistencialista e não de ganho de direitos" (p. 193), ou seja:

Tendo a forma assistencialista, o Estado cede seus serviços em caráter de favor, não como direitos adquiridos por meio de luta ou de batalha que constrói as relações



cotidianas. Em verdade, o cidadão é trazido a uma inclusão que não se coaduna com a dignidade humana. As políticas assistencialistas e de inclusão utilizadas pelo Estado brasileiro, tomando como base a política de saúde e o Bolsa-Família, têm dupla finalidade: a que lhe é atribuída formalmente e a política (Santos, 2012, 193).

Apesar disso, são inegáveis os benefícios sociais das políticas públicas, e o objetivo é justificável e corresponde às expectativas dos direitos humanos e de qualidade de vida à população. Entretanto, após a construção de medidas que visem a diminuir os problemas sociais, para melhorar as condições de existência da população brasileira, em especial, daquela mais vulnerável, é necessário observar as falhas dessas políticas, em especial na possibilidade de gerar autonomia.

A constituição da política de Assistência Social possui características diferenciadas. Na maior parte das vezes, aparece como concessão ou benesse para segmentos da classe trabalhadora que compõem seus usuários, especialmente por serem, predominantemente, trabalhadores precarizados, sem vínculos trabalhistas ou desempregados (Moraes & Lima, 2011, p. 5).

*O que eu gostaria de ser falado? Não, eu gostaria que houvesse um vereador, um deputado, alguém que realmente fizesse um projeto de lei, porque no Brasil, infelizmente, só funciona através de lei, ou de incentivo, do mesmo jeito que hoje a gente vê o grupo RBS, está contratando, incentivando, toda hora divulga para contratar pessoas com deficiência. Pô, então, não vou dizer que a gente precisa, que o egresso é um ser diferenciado, mas faz um projeto de lei de incentivo fiscal, não é? Oh, a empresa vai ter redução do ICMS se ela atingir uma cota de no mínimo 10 funcionários egressos do sistema, aí vai dizer, e aí aquelas pessoas que não são egressos vão se sentir desconfortáveis de ter de dividir o seu local de trabalho com um ex-apanado, com um não sei o quê, mas a gente precisa fazer o quê? É um trabalho formiguinha, a gente tem que plantar essa ideia, trabalhar justamente porque essa pessoa*

*mesmo, que pode se sentir desconfortável de ter um egresso do lado trabalhando com ela, vai ter certeza, dizer e dizer assim: “eu tenho menos 10 que vão tentar me roubar, são 10 que vão estar na rua sendo delinquente, são 10 que estão levando sustento para a sua casa e dando um exemplo para o seu filho. (E, 42 anos).*

Por fim, considerando as ponderações dos autores acerca das políticas públicas, o entendimento trazido por parte dos egressos e debatido nos encontros, entendo que talvez seja necessária a construção de um olhar mais crítico e fundamentado sobre as políticas públicas na sociedade, assim como parece importante que seja revista a aplicabilidade das PPs, de forma que visem à melhoria da existência da população de maneira geral com vistas à autonomia, à emancipação, ao autogoverno e, sobretudo, ao desenvolvimento do país. Para isso, urge a desconstrução do apelo assistencialista, principalmente aquele associado à pobreza como modo de sustento de parte da população. Precisamos de um país livre e forte; precisamos de medidas sociais que sanem os desequilíbrios econômicos e materiais, mas também educacionais. Precisamos de crítica política e de relações éticas.

#### 4. Mundo cão: criminalidade apresentada pela mídia e produção de subjetividades

*Olha aí! Ai o meu guri, olha aí!  
Olha aí! É o meu guri e ele chega!  
Chega estampado, manchete, retrato, com venda nos olhos, legenda e as iniciais...  
Desde o começo eu não disse, seu moço! Ele disse que chegava lá.  
Chico Buarque de Holanda<sup>43</sup>*

Neste tópico, faço uma discussão mais conceitual sobre os aspectos que compõem esta pesquisa, tentando relacionar os principais conceitos – subjetividade, vivência, experiência e mídia – aos elementos da pesquisa que foram trazidos anteriormente. Além disso, o intuito nesta discussão é pensar outros elementos interligados na produção da subjetividade das pessoas que passaram por aprisionamento, produzida na relação com a mídia. A mídia, aqui, é tomada como dispositivo<sup>44</sup> no processo de subjetivação.

É oportuno dizer que não se trata de uma análise dos dispositivos midiáticos, mas da necessidade de observar os efeitos de suas produções na forma como falam e fazem falar da criminalidade e como denominam e caracterizam “sujeito-criminoso”, o autor de delito. No mesmo sentido, há necessidade de considerar nesta análise o modo como a mídia forja significações que se constituem em discursos hegemônicos sobre determinada população e como tais significações colaboram para que movimentos conservadores e segregadores tornem parte da população alvo de punição e de controle. Trata-se de meios pelos quais se ratificam processos que reduzem os sujeitos à individualidade, a uma identidade delinquente; somado a isso, fazem proliferar a ideia da existência de uma natureza criminosa. São discursividades contrárias à vazão de multiplicidades dos indivíduos, dificultando que suas potencialidades se manifestem de diferentes maneiras na relação consigo e com o mundo. Por fim, pode-se pensar

<sup>43</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=K-sepKbQv\\_k&nohtml5=False](https://www.youtube.com/watch?v=K-sepKbQv_k&nohtml5=False)

<sup>44</sup> “É um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo, o qual possui três dimensões: saber, poder e subjetivação. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (Foucault, 2000, p. 244 apud Marcello, 2004, p. 200).

caminhos em que os sujeitos criem alternativas para romper com o enquadramento que recebem cotidianamente dessa criminologia midiática<sup>45</sup> e escapar da reprodução de modos de subjetivação que mantêm discursos de segregação.

Apoiada em autores que embasaram este texto, é importante dizer que o sentido de mídia nesta discussão está relacionado com o poder discursivo que ela possui na formação de opiniões e valores e, sobretudo, na maneira como conduz condutas e como faz pensar o mundo mediante uma organização de elementos sociais apresentados nos meios de comunicação.

Nesse sentido, Guazina (2007) afirma que “os meios de comunicação deixaram de ser entendidos como canais e passaram a ser vistos como potenciais construtores de conhecimento, responsáveis pelo agendamento de temas públicos e formadores de compreensão sobre mundo e a política” (p.53). Após o golpe militar de 1964, vivenciou-se a expansão da utilização de meios de comunicação no Brasil, com forte investimento na divulgação da “defesa nacional”, principalmente, pelos meios televisionados (Coimbra, 2001, p.31). Foi uma potente via de governamentalidade<sup>46</sup> para fazer chegar às pessoas, de norte a sul do Brasil, a ideologia que o sistema queria transmitir e assegurar sob o comando do país.

Já na década de 90, após o regime militar, começava-se a discutir o monopólio dos meios de comunicação e as concessões públicas aos canais de televisão, fornecidas na época da ditadura militar a grupos reconhecidamente hegemônicos. Em uma conferência sobre “Mídia e Violência Urbana”<sup>47</sup>, o então governador do estado do Rio na época, Leonel Brizola<sup>48</sup>, falou sobre as diferenças entre o Brasil e outros países no modo como organizam os meios de comunicação, nos quais “não é permitido o controle de mais de um veículo de comunicação,

---

<sup>45</sup> Dias, Dias e Mendonça (2013, jan. 04-06). Criminologia midiática e a seletividade do sistema penal. Retrieved from <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2013/3-7.pdf>

<sup>46</sup> “Foucault identificou uma série de tecnologias de poder que se organizaram em torno do que ele denominou a governamentalidade [...] e salienta o impacto no campo político dos avanços das tecnologias de poder e perscruta o modo pelo qual se relacionam vida, corpos, estratégias de poder e desenvolvimento do capitalismo” (Maia, 2011, pp 55-56).

<sup>47</sup> Conferência de abertura do seminário “Mídia e Violência Urbana”, realizado no Rio de Janeiro em 1993.

<sup>48</sup> Político brasileiro falecido em 2004.

como um jornal e uma televisão, pelo mesmo proprietário” (Njaine, 1994, p.512). A importância de problematizar o monopólio midiático no país está relacionada com o poder que a mídia tem de produzir subjetividades. Por isso, nada mais atual e significativo do que a citação em que “Brizola refere-se à sua antiga peleja com a TV Globo e afirma que a violência e a criminalidade veiculadas pela televisão influem no sistema educacional” (Njaine, 1994, p. 512). Ou seja, as questões colocadas pela mídia têm o propósito de servir como parâmetro para o posicionamento adotado diante da realidade e, até mesmo, de induzir à crença de que os fatos apresentados sejam a verdade das relações sociais, econômicas e políticas em que vivemos.

Em relação a isso, Coimbra (2001) afirma que se trata de um “permanente processo de modelização” (p.30) em que os meios de comunicação indicam os modelos a serem adotados ou rejeitados no modo de viver, construídos de forma ininterrupta para legitimar ideias sobre temas como a criminalidade e a justiça. Concordo com a autora quando refere que são modos de produção de subjetividade que afetam a maneira pela qual nos relacionamos com os temas que a mídia aborda. Aliás, pode-se dizer que a notícia midiática muitas vezes dá condição de existência, considerando que o “mundo” é apresentado pelas imagens e notícias e, de maneira geral, é o mundo ornamentado e produzido, no qual se baseiam condutas. Tem-se a impressão de que as coisas que não aparecem nos meios de comunicação não existem, como ocorre com as histórias de vida de pessoas autoras de delitos, suas experiências, desejos e dificuldades. Por outro lado, mas consoante com essa ideia, o que é transmitido aparece da maneira como se pretende que exista, formado por práticas discursivas que falam com regularidade sobre os objetos em questão, “como um sistema de exclusão que vemos desenhar-se” (Foucault, 2004, p. 14).

O filósofo de direito Alessandro Baratta, apud Njaine (1994), afirma que os crimes que mais lesam a sociedade são os “crimes de colarinho branco”<sup>49</sup>, “mas o que prevalece na opinião pública são os crimes das classes sociais mais pobres, protagonizados pelos ‘criminosos’ e seus estereótipos” (p. 512). Ele sugere que a privacidade no ambiente doméstico é uma questão que baliza o que é explorado pela mídia na atuação dos fatos. Enquanto que em ambientes desfavorecidos os conflitos ficam mais evidentes, em lares abastados os casos podem ser mais facilmente encobertos. Essa observação denota que a criminalidade e a violência são também uma construção feita pelos dispositivos midiáticos, na medida em que enfoca os meios, as pessoas e os locais onde os crimes acontecem, numa permanente criminalização da pobreza. Conforme Coimbra (2001), “além de produzir massivas subjetividades, de estar nas mãos de uns poucos, a mídia funciona organizando diversos e diferentes fluxos de acontecimentos” (p. 36).

Dessa forma, apoiada em autores que entendem a mídia como algo além da tecnologia e da ação individual dos sujeitos envolvidos e consideram a “multidimensionalidade para compreender os processos que se desenvolvem” nesse âmbito (Klein, 2007, p. 217), penso que os acontecimentos da vida, inclusive os que envolvem violência, obviamente, não dependem da existência da mídia, muito menos emanam dela, mas é inegável que esse meio possui papel importante na cultura<sup>50</sup>, no modo como produz e faz circular signos, imagens e significados.

Pensando na produção da mídia sensacionalista<sup>51</sup>, que coloca a violência em manchetes como entretenimento e é frequentemente questionada acerca de sua influência sobre os

---

<sup>49</sup> Quando um crime cometido por uma pessoa respeitável e de alta posição (status) social de Estado, no exercício de suas ocupações, estão ligadas à corrupção, à sonegação fiscal, improbidade administrativa, entre outras. Retrieved from <https://jus.com.br/artigos/1043/os-crimes-do-colarinho-branco>

<sup>50</sup> “O conceito de cultura é profundamente reacionário. É uma maneira de separar atividades semióticas (atividades de orientação no mundo social e cósmico) em esferas, às quais os homens são remetidos. Tais atividades, assim isoladas, são padronizadas, instituídas potencial ou realmente e capitalizadas para o modo de semiotização dominante - ou seja, simplesmente cortadas de suas realidades políticas” (Guattari & Rolnik, 1986, p. 15).

<sup>51</sup> O sensacionalismo é “o grau mais radical de mercantilização da informação: tudo o que se vende é aparência e, na verdade vende-se aquilo que a informação interna não irá desenvolver melhor do que a manchete” (Marcondes Filho, 1989, p. 66 apud Amaral, 2007, p. 136).

telespectadores, o historiador Leandro Karnal<sup>52</sup> vai dizer que a TV demonstra o caminho, a metodologia e reflete a violência, sendo que muitos casos de crimes reproduzem cenas vistas na televisão ou em jogos; também postula que a TV incentiva a violência de forma direta e indireta, até mesmo quando mostra produtos que o telespectador não pode adquirir. Todavia, problematiza a crença de que a violência tenha começado com a televisão, porque, por exemplo, em sociedades onde não chega a energia elétrica e que, portanto, não têm acesso a imagens de programas sensacionalistas, as comunidades não são mais pacíficas em função disso.

Entendo que, na sua colocação, o historiador traz elementos para pensar a relação entre população e mídia, denotando que seja uma relação dinâmica entre como se veiculam informações e como elas são consumidas e articuladas com outras questões sociais. O historiador Leandro Karnal<sup>53</sup> não apresenta uma relação linear para os problemas sociais, assim como não apresenta explicações para a origem das manifestações de violência, nem aponta culpados que as ocasionaram. Ele considera a responsabilidade da mídia sobre o que veicula e também do telespectador sobre o que consome, concluindo que a existência de programas sensacionalistas também se deve à existência de mercado para esse segmento. Entre os temas abordados pela mídia, estão “as práticas jornalísticas hegemônicas e que, evidentemente não operam num vazio, pois interagem com as subjetividades sociais que ajudam a construir” (Rodrigues & Ziero, 2014, p. 570). Nesse sentido, concordo que seja um interesse recíproco atravessado por diferentes fatores que se conjugam e que reforçam os modelos sociais constituídos como dispositivos e ideias vendáveis.

Sobre essa questão, antes de prosseguir com a análise dos efeitos que os discursos midiáticos produzem, cabe trazer alguns elementos que tratam mais especificamente da produção de subjetividade. Para isso, tomarei o entendimento de Guattari e Rolnik (1986) para

---

<sup>52</sup>Retrieved from <https://www.youtube.com/watch?v=WoGOgOeQFWs> em 8 de setembro de 2015.

<sup>53</sup><https://www.youtube.com/watch?v=WoGOgOeQFWs> em 8 de setembro de 2015.

pensar essa produção articulada no social, com processos maquínicos que ocorrem nas relações macro e micropolíticas, das quais a mídia faz parte.

Concordo com Hennigen (2008) quando afirma que “os modos de ser não se engendram tanto a partir de instituições específicas, mas a partir de dispositivos dispersos no tecido social” (p.167), como o dispositivo paternidade/maternidade e, no caso desta pesquisa, o dispositivo criminológico<sup>54</sup>. A autora problematiza a noção de influência direta sobre o sujeito pela interpelação da mídia, em especial, pela televisão, alertando para os riscos de subestimar o trabalho psíquico e a produção de sentidos que o sujeito realiza. Ela reafirma, em outras palavras, que se trata de processo multilinear na produção de modos de existência, ou seja, reconhece que os dispositivos midiáticos forjam modos de viver e, como ela refere, recebem status de autoridade observado na potência que apresentam ao vender uma ideia e na forma como essa ideia ou conceito se reproduz no tecido social. Entretanto, essa não deve ser considerada a única forma de subjetivação que atua sobre modos de ser em um campo discursivo; o que ocorre na produção de subjetividade é um “agenciamento coletivo de enunciação” (Guattari & Rolnik, 1986).

No conceito de Guattari e Rolnik (1986), o agenciamento de enunciação é composto de complexo processo de subjetivação no qual se pressupõe a produção de sentido (semiotização) descentrada de agentes individuais (egoico ou intrapsíquico) e de agentes grupais.

Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal

---

<sup>54</sup> Para Rauter (2003), “o discurso da criminologia no Estado aparece como regulador apolítico, técnico-científico, podemos dizê-lo da ordem do social” (p. 58), e articula pobreza e criminalidade e anormalidade do criminoso (doente mental) como parâmetros analíticos das causas do crime.



(sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e de produção idéica, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.) (Guattari & Rolnik, 1986, p. 31).

Contudo, esse processo de subjetivação opera na medida em que o indivíduo faz funcionar a máquina social, afetado por semióticas significantes<sup>55</sup> e a-significantes<sup>56</sup> (Lazzarato, 2014). Para esse autor, as “semióticas a-significantes agem sobre coisas” (idem, p.39 - a máquina, o mercado, signos -, conectando-as e articulando-as às “semiologias significantes (linguagem, histórias, discurso, capital humano), usadas e exploradas como técnicas de controle e direcionamento” (idem, p. 41).

Nesse panorama de agenciamentos, Guattari e Rolnik (1986) ampliam a discussão sobre as forças subjetivantes, analisando como agem na estrutura social para produzir modos de existência compatíveis à representação do sistema que as produzem. Para esses autores:

As forças sociais que administram o capitalismo hoje entenderam que a produção de subjetividade talvez seja mais importante do que qualquer outro tipo de produção, mais essencial até do que o petróleo e as energias. No Japão, por exemplo, não se tem petróleo, mas se tem - e como - uma produção de subjetividade que permite a economia japonesa se afirmar no mercado mundial. Tais mutações da subjetividade não funcionam apenas no registro das ideologias, mas no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular como tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, com a ordem social suporte dessas forças produtivas (Guattari & Rolnik, 1986, p. 26).

---

<sup>55</sup> Mobilizadas pela sujeição social, “as semióticas significantes, em particular a linguagem que, destinada à consciência, mobiliza representações com vistas a constituir um sujeito individuado (‘capital humano’)” (Lazzarato, 2014, p. 39).

<sup>56</sup> Baseiam o funcionamento da servidão maquínica, as semióticas a-significantes (índices de mercado de ações, moeda, equações matemáticas, diagramas, linguagens de computador, contas nacionais e de corporações, etc.) não envolvem a consciência e as representações e não têm o sujeito como referente” (Lazzarato, 2014, p. 39).

Guattari e Rolnik (1986) propõem “a ideia de uma subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida” (p.25), que colabora para fazer funcionar o capitalismo pela correspondência entre fluxos de subjetividade e fluxos econômicos (Lazzarato, 2014). Considerando esse apontamento, pode-se dizer que os modos de subjetivação são, estrategicamente, constituídos em um processo de estruturação em que diferentes modelos – cidadão, trabalhador, família, paternidade, maternidade – são conjugados para atender a uma ordem social conduzida pelo capitalismo. Nesse sentido, as caracterizações projetadas no sujeito criminoso – “delinquente”, “marginal”, “vadio” – também se constituem nessa linha de montagem de “ ‘identidades’, de prós e contras” (Coimbra, 2001, p.36) usadas e exploradas como parâmetro para o reconhecimento de si em relação com o exterior, com o outro. Segundo Foucault (1993), deve ser considerado no processo de subjetivação o modo como o próprio sujeito se compreende, como percebe a si mesmo na relação sujeito-objeto.

Em outras palavras, Guattari e Rolnik (1986) relacionam esse processo à elaboração de matérias, como nos processos industriais de fabricação de um produto, “com todas as moléculas que lhe são acrescentadas” (p.25). Segundo os autores, “injetam-se representações nas mães, nas crianças – como parte do processo de produção subjetiva. São requeridos muitos pais, mães, Édipos e triangulações para recompor uma estrutura de família restrita” (p. 25).

De outro jeito, de acordo com a ideia de que modos de subjetivação pressupõem produção de modos de existência (Silva, 2005), é importante destacar que, em meio a esse processo, operam descontinuidades e transformações. Em relação aos modos de subjetivação, concordo com Mansano (2009) ao afirmar que “o sujeito é um efeito provisório” (p. 111) que está em constante devir na interação com diferentes meios de produção de subjetividade. A autora diz que o sujeito, “ao mesmo tempo em que acolhe os componentes de subjetivação em

circulação, também os emite, fazendo dessas trocas uma construção coletiva viva” (Mansano, 2009, p.111). Nesse sentido, quando Guattari e Rolnik (1986) afirmam que a “subjetividade é modelada no registro do social” (p.31), não estão dizendo que o sujeito é apenas um resultado do meio em que vive, mas que se subjetiva por agenciamentos<sup>57</sup>. São modos pelos quais são produzidos sentidos singulares e coletivos mediante processos desterritorializados, ou seja, “descentrados da individuação” (idem). Dessa forma, a subjetividade não ocorre somente por influência do meio, nem só no indivíduo, mas é o que se produz na relação e na troca *entre e com* diferentes instâncias.

Falando de outra maneira, no vocabulário de Deleuze organizado por Zourabichvili (2004), os agenciamentos têm um lado que os estabilizam – territoriais ou reterritorializados – e são atinentes a instituições, e o lado que os impelem – desterritorializados –, que são os devires (os desejos, as transformações), o que significa “nunca imitar, nem fazer como, nem se conformar a um modelo, seja de justiça ou de verdade” (p.24). Assim, “cada indivíduo deve lidar com esses grandes agenciamentos sociais (‘molares’) definidos por códigos específicos, que se caracterizam por uma forma relativamente estável e por um funcionamento reprodutor” (Zourabichvili, 2004, p. 9).

Mas, por outro lado, a maneira como o indivíduo investe e participa da reprodução desses agenciamentos sociais depende de agenciamentos locais, “moleculares”, nos quais ele próprio é apanhado, seja porque, limitando-se a efetuar as formas socialmente disponíveis, a modelar sua existência segundo os códigos em vigor, ele aí introduz sua pequena irregularidade [...] (Zourabichvili, 2004, p. 9).

De todo modo, sem a pretensão de fazer análise de enunciação, mas de entender um pouco mais acerca dos agenciamentos, cito um trecho de fala de um dos participantes da pesquisa, durante as conversas no grupo, para pensar como o racismo vinculado a outras

---

<sup>57</sup> Ocorre um “agenciamento todas as vezes em que pudermos identificar e descrever o acoplamento de um conjunto de relações materiais e de um regime de signos correspondente” (Zourabichvili, 2004, p. 9).

questões pode subjetivar. O participante conta sobre sua vontade de cursar a faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e diz o seguinte:

*Agora eu vou tentar UFRGS de novo, assim... Não gostaria de usar, acho que é uma parte até vergonhosa ter que usar cotas e me declarar cotista e essas coisas. Eu acho que tem que entrar pelo que tu estudaste, pelo teu conhecimento, não porque "eu tenho que botar tantos pretos, tantos alemãezinhos, tantos índios, tantos não sei o quê", mas o preto tirou 3, o alemão tirou 10, 8, entrou por média, o índio tirou 6, também entrou por média, mas vou botar o preto porque eu preciso ter tantos por cento aqui, senão, a universidade não vai receber a verba federal. Ah, vamos botar, ele não vai conseguir acompanhar o grupo, mas vamos botar". É muito mais fácil acompanhar o grupo se tu realmente fizeres parte daquele grupo, daquele nivelamento. (E, 42 anos).*

Diante do exposto, como pensar esse posicionamento na condição desse sujeito? Como se constituiu esse agenciamento, que acaba por discriminá-lo?

Apoiada em autores como Sueli Rolnik, Michel Foucault, Félix Guattari e Gilles Deleuze, é possível dizer que a maneira como acolhemos e reproduzimos falas e condutas tem a ver com o modo de lidar com os elementos que estão colocados no discurso, bem como com o modo de constituir o trajeto que se caracteriza ao percorrer os meios. É possível pensar que os meios que se apresentam e também colocam em circulação esses elementos estão relacionados às práticas de saber-poder que se constituem no registro social.

De acordo com os autores citados, entendo que para o participante, apesar de ele ter o desejo de ingressar no ensino superior e de conhecer os efeitos da histórica discriminação racial no país, é algo incômodo ter que utilizar um programa de inclusão social para esse fim, de maneira que isso parece estar significando o reforço à desigualdade colocada nas relações.

No caso citado, algumas pistas ajudam a entender que a afirmação do participante diz do reconhecimento de seu direito à política de cotas para ingresso na universidade. Porém,

mesmo sendo uma política pública construída para amenizar os efeitos do processo de exclusão que a população negra sofre, também fala de um sistema que evidencia um modo de existir marcado por discursos hegemônicos. Em outras palavras, naquilo que está colocado, entendo que se deva ponderar a existência de estratégias discursivas que dominaram e escravizaram a população negra, constituindo-a em sub-raça, sobre a qual as mesmas práticas atuam para que a política de cotas seja observada como uma condição de reforço à ideia de incapacidade e de assistencialismo. Pode-se dizer ainda que o modo como esse assunto circula nos discursos sociais, especialmente na mídia<sup>58</sup>, remete aos processos de exclusão e de divisão social que também utilizam a via da meritocracia como parâmetro de avaliação. São modos de subjetivação ligados a segmentos sociais que têm interesse em manter o funcionamento meritocrático.

Ainda, dentro dessa perspectiva, é viável dizer que o entendimento e a maneira pela qual o participante se conduz diante do desejo de ingressar na universidade estão atravessados por articulações discursivas que, nesse caso, *reproduzem* condições externas ao sujeito, as quais independem de sua vontade. Condições de vida que acabam por tornar-se adjetivos quando circulam pelos dispositivos em meio ao processo de segregação social, como ocorre na prisão e na mídia, muitas vezes, colocados pelo não-dito<sup>59</sup> do contexto carcerário<sup>60</sup>. São situações que circulam pelos discursos midiáticos e que reforçam os modos de subjetivação na maneira como eles produzem significados e sujeitos.

Para Prata (2005), “a subjetividade é sempre produzida, ou seja, ela não está na origem nem é imanente à natureza humana” (p. 113) e sugere que os modos de existir “estão

---

<sup>58</sup> Bellini, J. (2016.04.01). Troca de ofensas entre torcidas gera polêmica sobre cotas raciais. Retrieved from <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2016/03/troca-de-ofensas-entre-torcidas-gera-polemica-sobre-cotas-universitarias.html>

<sup>59</sup> “Na palavra se inscreve o não-dito, o que não é verbalizado, mas que está ali, configurado no espaço do branco do papel; guarda segredos nas entrelinhas, gerando um silêncio que suspende o entendimento e aguça a criatividade” (Silva, 2009, p. 41).

<sup>60</sup> “Simultaneamente visível e invisível, a prisão também nos vigia e emite seus discursos ambivalentes” (Rodrigues & Ziero, 2014, p. 589).

relacionados aos padrões identitários e normativos que se constituem em cada época”, os quais “estão ativamente presentes não só nas macrorrelações, mas também circulam nas microrrelações entre os sujeitos” (idem, 113).

Pode-se dizer, nesse sentido, que a prisão-máquina<sup>61</sup> (Foucault,1987) se enquadra nos dispositivos que geram padrões identitários. Entre seus efeitos, está o poder de adestramento que fabrica indivíduos e, ao mesmo tempo, os toma “como objetos e como instrumentos de seu exercício” (p.141).

Para pensar essa questão olhando para possibilidades de abertura de novos caminhos, retomo a contribuição de Guattari e Rolnik (1986), que afirmam que a produção de subjetividade dos sujeitos ocorre em universo semiótico de agenciamentos complexos. Não se pode dizer que exista uma essência que caracterize determinado modo de ser, mas um sujeito de efeito provisório (Mansano, 2009), decorrente de suas experiências e hábitos, que o enquadram em uma identidade, também provisória, que poderá transformar-se no momento em que as experiências mudarem as suas condutas.

Por mais que a máquina-prisão tenha um modo de subjetivação que dificulte o fluxo das singularidades, é possível pensar em linhas de fuga ou de resistência<sup>62</sup> que remetem à “capacidade de utilizar a competência de forma crítica e em situações específicas” (Adorno, 2004 apud Alvim, 2012, p.24). Alvim (2012) refere as situações de conflitos e tensionamento do poder descritas por Michel Foucault em *Vigiar e Punir*<sup>63</sup>, demonstrando que as práticas de impedimento de execuções nos suplícios eram formas de resistência. Melhor dizendo, as ações no contemporâneo requerem trocas que envolvam sujeitos e meios duplamente comprometidos em viabilizar transformações, mediante a utilização da capacidade crítica de enfrentamento ao

---

<sup>61</sup> “Composta por práticas discursivas e não discursivas: arquitetura, anatomia, mecânica, economia do corpo disciplinar” (Foucault, 1987, pp 141-209).

<sup>62</sup> Atitudes críticas que permitem à liberdade penetrar nas frestas dos dispositivos e do poder-saber (de Souza Filho, 2007).

<sup>63</sup> Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*.

empobrecimento subjetivo, tanto relativo aos discursos midiáticos quanto relativos às prisões. É o caso de proceder rupturas em práticas hegemônicas, possibilitando trocas na porosidade do tecido social.

Além disso, de acordo com Foucault (1995), o sujeito pode assumir “diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala” (p.61), o que caracteriza sua dispersão. É nesse ponto que se percebe o quanto o aprisionamento dificulta a dispersão, porque a máquina-prisão apontada por Foucault (1987) como tendenciosa, a punir e degradar, talvez tivesse outros desdobramentos se oferecesse possibilidades aos sujeitos de compor outros trajetos.

Entretanto, o papel social da prisão em cumprimento do controle tem sido o de oferecer meios de constituição que reduzem as singularidades e produzem indivíduos. A reprodução de discursos hegemônicos, mesmo que desfavoreça aqueles que os reproduzem, como citado anteriormente, é marca do funcionamento do discurso penal, no qual a mídia tem participação. A produção da subjetividade nesse discurso está atravessada pelo objetivo de constituir o “indivíduo como objeto descritível, analisável” (p. 158) e “sob controle de um saber permanente” (p. 158). Ou seja, o enquadramento prisional do indivíduo “analisável” e “disciplinado” pressupõe a construção de um modo de funcionamento oprimido, culpado e arrependido, em que “o trajeto se confunde não só com a subjetividade dos que percorrem um meio, mas com a subjetividade do próprio meio, uma vez que este se reflete naqueles que o percorrem” (Deleuze, 1997, p. 73). Nessa afirmação de Deleuze (1997), pode-se entender que os meios da instituição prisão produzem subjetividade em pessoas presas e também podem produzir efeitos parecidos nos trabalhadores submetidos ao funcionamento institucional. Essa é uma discussão que me interessa aprofundar em estudos futuros.

Portanto, neste momento, interessa saber se, no percurso de diferentes meios, é possível ressignificar os trajetos (subjetividade) que compõem o modo de perceber a si e de relacionar-

se com o mundo. De acordo com Deleuze (1997), “um meio é feito de qualidades, substâncias, potências e acontecimentos: por exemplo, a rua e suas matérias, como os paralelepípedos, seus barulhos, como o grito dos mercadores, seus animais, como os cavalos atrelados, seus dramas” (p.73), ou seja, se outras possibilidades são oferecidas, se outros meios são passíveis de serem acessados, também outras conjugações e trajetos serão passíveis de se concretizarem. Fica a questão de Guattari e Rolnik (1986) sobre a produção de subjetividade no contemporâneo: “como produzir novos agenciamentos de singularização que trabalhem por uma sensibilidade estética, pela mudança da vida num plano mais cotidiano e, ao mesmo tempo, pelas transformações sociais a nível dos grandes conjuntos econômicos e sociais?” (p. 22).

Retomando o problema desta pesquisa acerca dos desdobramentos dos efeitos midiáticos nesse processo de agenciamento e de subjetivação, com base em afirmações anteriores, entendo que a mídia não deixa de ser esse meio potente, em intensidade e extensão, por onde circulam os elementos que expressam as “vontades sociais”, os direcionamentos políticos e a abrangência que determinados modos, notadamente, os modos capitalísticos, assumem no espaço social. Rodrigues e Ziero (2014) afirmam que as “emissoras de rádio e televisão, jornais e outras mídias em geral não inventam os dramas sociais que veiculam, mas evidentemente os reproduzem dentro de um recorte social bastante específico” (p. 572).

Conforme Souza (2003), os efeitos da atuação multidimensional dos processos midiáticos também podem ser observados na maneira como as pessoas se relacionam com a cidade, como passam a conduzir-se, levando em consideração o que é dito sobre o espaço público e, sobretudo, os riscos de violência.

E de que maneira isso afeta o modo de perceber a si e ao mundo no que diz respeito ao tema da criminalidade? Souza (2003) assevera que:

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, marcadas pelo consumo, pela massificação e pela violência, observamos, principalmente nos centros urbanos, o crescente abandono



dos espaços coletivos, com a rua perdendo seu aspecto de lazer, de espetáculo, e assumindo um caráter utilitarista, de passagem e de transporte. Em contrapartida, a vida íntima e familiar passa a ser cultuada, com atividades como o lazer e a socialização, cada vez mais se restringindo ao ambiente familiar (p.82).

No meu entender, a questão que a autora coloca não se confronta com o interesse pelo convívio familiar, nem mesmo com a preservação das relações afetivas e costumes de convivência nos lares. O que ela problematiza é o que progressivamente vem se manifestando na sociedade contemporânea, com o distanciamento do convívio coletivo e o enclausuramento doméstico, modo como as pessoas estão se conduzindo, especialmente nos grandes centros. Acompanhando o raciocínio de Souza (2003), entendo que esse abandono progressivo da vida em comunidade e da socialização em espaços públicos é motivado por uma complexidade de fatores orquestrados pela mídia.

Apoiada em autores como Budó (2008), percebo que esse contexto é transversalizado por interesses articulados na produção de demandas sociais, como é o caso da indústria da segurança privada. Esta, pela escalada da disseminação do medo, vem apresentando crescimento significativo no oferecimento de serviços<sup>64</sup> e na quantidade de parafernálias utilizadas nos projetos de segurança de diferentes locais e instâncias.

Sobre tal questão, considerando os elementos midiáticos que colaboram na disseminação do medo e do conseqüente clamor populacional por punição, observa-se que os efeitos disso seguem o padrão de reprodução de ideias e ações entre aqueles que, em princípio, seriam alvo dessa represália.

Após assistirmos juntos a um noticiário que julga o acontecimento criminoso, falou-se:

---

<sup>64</sup> Donato, V. (2012, julho, 26). Segurança privada no Brasil cresce 74% nos últimos anos. Retrieved from <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2012/07/seguranca-privada-no-brasil-cresce-74-nos-ultimos-dez-anos.html>

*Como não se precisa mais de polícia? Pelo contrário, precisa de muita polícia, e até o exército deveria estar na rua, é muito pai estuprando filha, situação que a gente vê aí todo dia, uma vergonha, então, até o exército tinha que estar na rua, dando jeito nisso. (A, 40 anos).*

*A senhora não vê o que o Datena fala? Eles dizem "vai dormir no braço do cara lá no presídio"; eles não gostam de estupro. (L, 50 anos).*

Apesar disso, durante a conversa e nas reflexões, é possível perceber que há possibilidade de rupturas nesses discursos, mediante um processo de questionamento e criticidade quanto à validade das informações e sobre as consequências individuais e sociais que acarretarão as afirmações contidas nos discursos.

Concordo com Rodrigues e Ziero (2014) ao dizerem que “a mídia é um ator social de ampliado poder de socialização de ideias e capacidade de persuasão junto a amplos setores da sociedade” (p.566). Nessa linha de raciocínio, conforme mencionei acima, pode-se observar a maneira como a questão da segurança pública é articulada na mídia, promovendo a sensação de insegurança e reafirmando a seletividade penal. Dias, Dias e Mendonça (2013) afirmam que, nessa “seletividade penal criada pela mídia e aceita pelo senso comum, eleva-se a crença da prisão como principal alternativa para estabelecer a segurança pública e a ordem” (p. 385).

Com base nessa afirmação e na maneira como as ideias são articuladas no discurso, pode-se entender que boa parte da sociedade acolhe esse tipo de alternativa em função da sensação de insegurança produzida em larga escala para legitimar a “solução” dada a determinada situação social. Além disso, arrisco a dizer que, estrategicamente, a “solução” articulada nas relações saber-poder antecede a existência do problema, isto é, que talvez a demanda seja produzida para afirmar a necessidade de pôr em prática determinadas ações de interesse político e ideológico, em torno da organização de uma sociedade.

Dessa forma, em linhas gerais, esta discussão tenta mostrar que existem interesses que movem as soluções, que vão sendo criadas, acompanhando as demandas da lógica discursiva e

neoliberal<sup>65</sup>, como ocorre, por exemplo, com o fomento às iniciativas privadas para dar conta dos problemas dos presídios públicos.

Além disso, esse contexto “possibilita ao discurso televisivo<sup>66</sup> assumir o lugar de porta-voz do telespectador ao oferecer-lhe a narrativa cultural e social produzida por segmentos da sociedade como sendo seu próprio discurso” (Souza, 2003, p. 82). Em consonância com essa abordagem, entendo que é oportuna a discussão que Souza (2003) faz sobre o que chama de violência primária e violência secundária imersas nessa produção de sentidos. Com base nas ideias de Piera Aulagnier (1979, apud Souza, 2003), a autora aponta que a violência primária, presente no discurso materno, é necessária do ponto de vista da constituição psíquica, e a violência secundária, presente no discurso televisivo, é desnecessária à vida emocional dos sujeitos, contudo, está a serviço da ordem social<sup>67</sup>. Souza (2003) supõe que:

A assunção do discurso televisivo à condição de porta-voz do telespectador se torne possível em decorrência de dois procedimentos: primeiro, a associação realizada pelo sujeito entre a violência primária presente no discurso materno e a violência secundária presente no discurso televisivo; segundo, o oferecimento realizado pelo discurso midiático de sentidos e significados de situações que, em sua maioria, não foram, e possivelmente não serão, diretamente vivenciadas pelo sujeito, dificultando-lhe a construção de sentidos e significados singulares (p. 83).

O que está colocado nessa discussão são as formas de captura que o discurso televisivo, referido por Souza (2003) como violência secundária, utiliza para ser porta-voz dos anseios dos

---

<sup>65</sup> Setti, G.A.M. (dez-mar, 2004). A hegemonia neoliberal e o capitalismo contemporâneo. Retrieved from [http://www.urutagua.uem.br//005/04eco\\_setti.htm](http://www.urutagua.uem.br//005/04eco_setti.htm)

<sup>66</sup> Mídia mais acessada entre os participantes da pesquisa.

<sup>67</sup> Controle ou ordem social são “os mecanismos materiais e simbólicos, disponíveis em uma dada sociedade, que visam a eliminar ou diminuir as formas de comportamento desviantes individuais ou coletivas. Fazem parte desses mecanismos as formas de controle responsáveis pela introjeção de normas e valores sociais e pela socialização dos membros de uma sociedade, previstas na educação formal (escola) e informal (meios de comunicação). Quando todos esses falham, as formas instituídas de punição tendem a reafirmar os padrões da sociedade. A perda de benefícios e da liberdade, o confinamento, a segregação e a discriminação são alguns dos mecanismos de controle social” (Costa, 2010, pp. 389-390). Retrieved from [http://www.escolamobile.com.br/emedio/vereda/arquivos/filosofia/2cfil\\_41.pdf](http://www.escolamobile.com.br/emedio/vereda/arquivos/filosofia/2cfil_41.pdf)

telespectadores e fazê-los reproduzir como suas as posições midiáticas. Pode-se dizer que se trata de um jogo que estrategicamente antecipa experiências forjadas, utilizadas no processo de reorganização da relação que as pessoas têm com o espaço público e social. A autora vai dizer que a televisão:

Valoriza o espaço privado ao estimular a vida familiar, ou mesmo solitária, em frente ao aparelho transmissor; ela transmite “notícias e imagens” do que acontece “na rua”, simulando a participação do sujeito na vida pública – vide a proposta de televisão interativa. Ao transmitir o que acontece “na rua”, ocorre a interpretação do ocorrido, transformando, na maioria das vezes, a versão em realidade; com a seleção do que acontece “na rua”, alguns fatos ganham status de realidade e outros se esfumam na penumbra do desconhecido (Souza, 2003, p. 82).

Isso remete ao que Bauman (2003) chama de guetificação, um processo gradativo e constante de encapsulamento em condomínios murados da “comunidade do bairro seguro” (p.105) com o intuito de isolar *ameaças* e de atingir o “antigo sonho da pureza [...] da sociedade ‘perfeita’” (p. 105). Apoiado na definição de Wacquant (1998), Bauman (2003) refere que o “fenômeno do gueto consegue ser ao mesmo tempo territorial e social, misturando a proximidade/distância física com a proximidade/distância moral” (p.105), ou seja, um processo que se configura no chamado gueto voluntário, que, diferentemente dos guetos reais de onde não se pode sair, têm como propósito “impedir a entrada de intrusos” (idem, p. 106). A meu ver, essa ideia que alude a um mundo paralelo para viver faz com que o movimento de enclausuramento ocorra de maneira progressiva e sutil, por ser algo naturalizado para a vida e na busca por segurança. Em função disso, poucos movimentos culturais e sociais questionam esse modelo, talvez porque justamente são produzidas e cultivadas ações individualizadas em torno de matérias sociais, nas quais se alienam.

Fundamentada na discussão de Bauman (2003), entendo que, em uma sociedade desigual, as escolhas que tendem a dividir os grupos sociais incidem no agravamento de qualquer problema que se queira solucionar, correndo-se o risco de reproduzir, guardadas as proporções, situação parecida com aquela que gerou a ação. É o caso do encarceramento e da produção de exclusão, em que todos acabam de alguma forma encarcerados – alguns compulsoriamente nas prisões e outros pela tendência de viver entre muros e câmaras de segurança dos condomínios. Conforme Bauman (2003), “os guetos voluntários compartilham com os verdadeiros uma espantosa capacidade de permitir que seu isolamento se perpetue e exacerbe” (p.106).

Acerca desse processo de guetificação, penso que a mídia tem colaborado de diferentes formas. Uma delas é por meio da “criminologia midiática”. Dias et al. (2013, p.387) discutem seu papel na seletividade penal, considerando os efeitos que as ideias que reforçam o estereótipo criminoso produzem sobre a população brasileira. Outra via que se insere nesse processo é a “teoria do etiquetamento”, que funciona como forma de exclusão ao indicar características que identificam os “desviantes” e a conseqüente aplicação de regras punitivistas. Nesse sentido, Dias et al. (2013) presumem que o termo *desvio* ou *conduta desviante* seja uma construção social na qual a mídia possui participação. O encarceramento massivo e crescente na sociedade brasileira também está relacionado com a maneira como a mídia constrói o estereótipo criminoso, mobilizando na sociedade a demanda de aprisionamento como solução para a insegurança.

#### **4.1 Narrativas de si como diferentes possibilidades de existência e de liberdade**

Embora haja entendimento de que as narrativas tenham declinado em função do modo como as vivências predominam na contemporaneidade em detrimento das experiências, percebo que há um movimento atual que busca resgatar a constituição de experiências de

maneira compartilhada por intermédio das narrativas, olhando para a história e aprendendo com ela.

Para Benjamin (1994), a preocupação no início do século XX, época em que viveu, era a de que as experiências estavam em extinção, portanto, “deixando de ser comunicáveis” (p. 200). Do seu ponto de vista, o conhecimento transmitido de geração em geração é constituído pela duração e pelo sentido de cada experiência compartilhada no coletivo. O autor diferencia as vivências, que, apesar de terem sentido momentâneo e individual, ocorrem de forma isolada e não são transmissíveis de maneira transformadora, como ocorre com as experiências. De acordo com Mateus (2014), as vivências carecem de temporalidade que permita a transmissão de conhecimento entre gerações. Segue dizendo que “a vivência é essa experiência característica do indivíduo moderno. A modernidade sacudida por sucessivos choques (estéticos, políticos, culturais) é dominada pela sucessão de vivências, não permitindo senão um lugar marginal à experiência inteira, comunitária, inter-geracional” (idem, p.5).

Importante observar que a mídia também tem participação nesse processo de fragilização das narrativas ao fomentar informações que possuem legendas e apresentam um raciocínio pronto.

Para Benjamin (1994):

As ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo. Basta olharmos um jornal para percebermos que seu nível está mais baixo que nunca, e que da noite para o dia não somente a imagem do mundo exterior, mas também a do mundo ético sofreram transformações que antes não julgaríamos possíveis (p. 198).

Considerando esse entendimento, a narrativa por onde se transmite experiência sofreu significativo declínio pelo fato de as comunicações terem se resumido a informações pontuais e fragmentadas, colaborando para a gradativa diminuição de narrar e de transformar

(Benjamin,1994). O autor, no ensaio “O narrador”, aponta a incompatibilidade da informação com o espírito da narrativa, principalmente nos aspectos em que a informação “aspira a uma verificação imediata [...] e precisa ser compreensível ‘em si e para si’” (Benjamin, 1994, p.203).

Para o autor, a imprensa e a informação geram o seguinte estranhamento:

Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações (Benjamin, 1994, p.203).

Quando Benjamin (1994) sugere que os fatos já chegam explicados ao serem noticiados, isso remete a algo forjado, sobre o qual, arrisco dizer, há uma correspondência próxima entre consumir as informações dos noticiários e consumir enlatados. As notícias são processadas a ponto de o conteúdo do qual derivam poder virar apenas fragmentos que de longe lembram a complexidade do momento atual. Em tempos em que se vive a superprodução midiática, como ocorre com a cena político-partidária, que manipula os fatos conforme seus interesses, receio que esqueçamos do sabor do conhecimento gerado pela experiência e passemos a viver e a acreditar na verdade das produções enlatadas.

Dentro desta discussão, entende-se que a busca por objetividade é um fator que caracteriza a informação e a distancia da narrativa, ainda mais quando se leva em consideração o tempo cada vez mais escasso. Acerca disso, Nogueira (2007) comenta que:

O jornalismo de televisão é um dos segmentos do campo da comunicação que mais vai sofrer com a obsessão pela "atualidade" imposta pela velocidade. Se o jornalismo trabalha com a novidade, o fato do momento, cerne da atividade, a pressão pelo "presente a qualquer preço" vai acarretar profundas mudanças e o jornalista terá que lidar com a falta de tempo para a mínima reflexão na construção da notícia [...] Se a

profissão já é naturalmente refém do tempo, o advento da aceleração do mundo moderno dificulta a possibilidade da confecção da notícia com mais reflexão. Daí surge a objetividade como modelo ideológico para tentar superar a aceleração do tempo e não deixar o jornalista ser surpreendido pelas vicissitudes do novo modelo. Uma vez que a linha de montagem da notícia reproduz a racionalização, a objetividade, aliada à ideia de profissionalismo, vai ser colocada sempre como a solução para a ausência de opinião. Não é por acaso que os jornalistas vão usar exageradamente a objetividade no telejornalismo (p.56).

Esse comentário leva a pensar sobre, digamos, os bastidores das notícias midiáticas, que colaboram com a produção de subjetividade ao trabalharem com a objetividade da notícia sem refletir sobre o conteúdo que veiculam, o que parece ser uma tendência cada vez mais presente no cotidiano de jornalistas.

Todavia, indo além desse senso de realidade – pessimista para alguns – que Walter Benjamin apresenta em suas projeções acerca da comunicação, o que é possível pensar para conseguir estabelecer uma relação mais conectada com a comunidade e suas histórias? Baseando-me nos estudos foucaultianos sobre agonística<sup>68</sup> e acompanhando o raciocínio de Marcello (2004) sobre as potencialidades do ato de resistência, entendo que é válido pontuar as possibilidades de resgate da narrativa e, conseqüentemente, da experiência como movimento de resistência que, no caso dos egressos do sistema prisional, é um movimento pautado pela luta de existir além dos moldes da criminalidade. Trata-se de uma forma de resistir e de constituir-se em diferentes modos de viver, com base “na ética do cuidado de si mesmo (*epiméleia heautoû*) como prática de liberdade” (Souza Filho, 2007, p.2).

---

<sup>68</sup> Refere à arte do cuidado de si, arte de lutar pela liberdade, exercício que se constitui em resistências, que remete ao que Michel Foucault diz: “onde há poder, há resistência” (Souza Filho, 2007).



Para a relação poder-saber-subjetivação, antes de entrar na questão das narrativas como modo de ressignificar a si e de transformar experiências, é importante discutir alguns aspectos das relações por onde se dá o exercício do poder e da ética.

Começo pela relação entre mídia e criminalidade para pensar mais adiante como as narrativas podem se capilarizar nesse meio, mesmo que a atuação da mídia consista, entre outras, na articulação de elementos discursivos que participam de processos produtores do que se chama “identidade criminosa” (Dias et al., 2013). Tendo por base autores como Cecília Coimbra, Cristina Rauter, Rosa Fischer que tratam dessa temática, entendo que a forma como veicula notícias – com recortes específicos – e também como cria ou fomenta identidades e condutas faz com que a mídia seja um poderoso dispositivo na “arte de governar”<sup>69</sup>. Pode-se dizer que a mídia apresenta discursividades que promovem a ideia da existência de uma natureza criminosa, dificultando que potencialidades se manifestem de diferentes maneiras na relação dos sujeitos consigo e com o mundo. Essas são algumas questões que motivam a pensar caminhos para problematizar a abordagem midiática sobre a criminalidade junto aos sujeitos aprisionados ou egressos – inclusive com a sociedade mais ampla –, de forma que os próprios sujeitos possam criar alternativas para escapar do enquadramento que recebem cotidianamente da criminologia midiática<sup>70</sup>.

Para tanto, fazendo alusão ao conceito discutido por Marcello (2004) sobre o dispositivo da maternidade, análogo nos termos de poder-saber que compõem e operam nesse meio, é possível dizer que a produção de identidade criminosa, assim como de criminalidade, é uma prática constitutiva articulada no que estou chamando de dispositivo criminológico. Conforme Dreyfus e Rabinow (apud Marcello, 2004), “o dispositivo diz respeito às práticas elas mesmas, atuando como um aparelho, uma ferramenta, constituindo sujeitos e os organizando” (p. 200).

---

<sup>69</sup> A arte de governar apresenta-se como um conjunto de habilidades e compreensões acerca das demandas sobre a sociedade e suas reivindicações, a partir do que se conhece a sociedade (Sousa Filho, 2007).

<sup>70</sup> Dias, Dias e Mendonça (2013, jan. 04-06). Criminologia midiática e a seletividade do sistema penal. Retrieved from <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2013/3-7.pdf>

Neste momento, não pretendo dar ênfase ao conceito de “dispositivo” além do que já foi apontado anteriormente, mas concentrar-me na dimensão da subjetividade, no sentido da sua produção e de criação de possibilidades de diferentes trajetos que possam ser construídos pelos sujeitos em questão.

Assim, de maneira análoga às modalidades maternidades discutidas por Marcello (2004), que dão visibilidade aos modos de ser mãe na contemporaneidade, o dispositivo criminológico também apresenta a criminalidade, apontando modos de identificação de quem a pratica, suas características, onde se encontra e como controlá-la. A abordagem que se faz sobre a criminalidade não coloca somente em questão o método que é baseado no princípio retributivo, mas também e, talvez mais importante, como/quem é o “criminoso” no discurso hegemônico veiculado na mídia. O impacto disso pode manifestar-se de diferentes maneiras; uma delas é sobre a subjetividade dos sujeitos que geralmente são alvo da punição. A resposta a isso pode ser observada nas reações ao trecho jornalístico que consta na descrição da metodologia, exibido no primeiro encontro de pesquisa – “Adote um bandido”. As reações ocorreram de forma defensiva, mas com diferentes significados. Segue parte do que foi dito:

*Uma pessoa assim não vê o outro lado. Como ela pode chamar de bandido, se ela não conhece, ou de vagabundo, se ela não conhece a vida dele? O que levou ele a fazer isso? Quem é ele? Qual a história dele? (L, 50 anos).*

Nesse caso, observa-se a referência a uma historicidade e a uma trajetória de vida que o sujeito reivindica sobre o relato que está sendo apresentado no jornal, certamente em função do significado que a sua própria história tem e que não é dito. Essa crítica foi fomentada pela discussão que se desdobrou entre os demais participantes. O fragmento da notícia deixa várias questões em aberto, mas fecha como veredicto sobre quem quer atingir. É nesse aspecto que se deve proceder com resistências para romper a hegemonia que determinados discursos fazem

circular, e a crítica apresentada pelo participante da pesquisa pode ser um caminho para transitar por outras perspectivas e ressignificar essa relação.

Por outro lado, também foi possível observar, entre os integrantes do grupo, reação que confirmou o que estava sendo veiculado em relação à atitude dos moradores e à situação do Estado e da polícia. Segue a fala:

*Nós não precisamos, ninguém precisa de polícia, cada um pode fazer a sua própria segurança. No Brasil, é o seguinte, é que tu tens que provar que é inocente, não são eles que têm que provar que tu és culpado, então, por isso que dá problema. (JC, 37 anos).*

A fala do integrante não deixa de ser defensiva e remete ao sentimento de injustiça que tem em relação à desigualdade na aplicação das leis e ao descumprimento desse direito que, talvez, explique um pouco do descrédito na maneira como se referiu à polícia e à segurança do Estado.

Os programas sensacionalistas, apontados como audiência entre os participantes da pesquisa, colaboram para essas linhas de visibilidade, apresentando direcionamento de público e uma forma peculiar de abordar a temática, com ênfase em julgamento moral e discriminatório direcionado às classes populares. Algumas pesquisas chegam a apontar como resultados desse tipo de abordagem a produção de sensação de insegurança e a crença de que se vive em sociedade sitiada pela delinquência (Silva & Falconi, 2012).

De todo modo, outros programas, como jornais televisivos e novelas, dão visibilidade à criminalidade, reforçando modelos e conceitos, sem necessariamente fazer uma abordagem apelativa. Aqueles que tratam do assunto corrupção no meio político e seus posicionamentos também demonstraram impacto entre os participantes, como se observa nas falas:

*Na situação do país, os políticos roubam mais e não são presos, roubam mais do que nós e não são presos. (A., 40 anos).*

*É, o Datena, assim, vou lhe dizer, o Datena fala de nós, mas fala do colarinho branco também: "esses daí que tinham que estar presos". (L, 50 anos).*

De outras maneiras, na roda de conversa, os participantes trouxeram o entendimento de que a mídia veicula informações que reforçam a ideia de que a condição econômica pesa na balança da justiça, indicando que os conteúdos veiculados favorecem interesses privados, usando em seu favor o poder da formação de opinião.

Tendo em conta os estudos de Marcello (2004), é possível comparar a atuação da mídia também nos modos de produzir a criminalidade no sentido mais amplo, quando articula relações que se conectam com outras questões sociais. Em relação a isso, pode-se pensar na articulação de fatores como a produção de sensação de insegurança, que se relaciona com a guetificação, discutida anteriormente, com o fomento a empresas de segurança privada, com a proposta de redução da maioria penal, com a construção de presídios e com o clamor público por punição mais severa, fatores que se relacionam e se intercambiam com a participação da mídia como um dos elementos dos quais estou chamando de dispositivo criminológico.

De qualquer forma, interessa pensar de que maneira as pessoas com histórico de prisão e identificadas como criminosas podem resistir a essas produções subjetivantes, de modo que se encontrem saídas em um contexto tão desfavorável a mudanças. Nesse sentido, é importante a ressalva da autora quando refere:

Por mais que seja sabido, é válido afirmar que a resistência não existe como o outro do poder, como algo externo ou fora dele. Pelo contrário, ao ressaltar o caráter agonístico das relações de força, pretendo justamente ressaltar seu caráter de mobilidade, na medida em que ‘qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder’, na medida em que ‘está sempre presente e que se exerce como uma multiplicidade de relações de força’ (Marcello, 2004, p. 209).

Com relação ao caráter agonístico nessa multiplicidade de relações, considerando a ética da existência, Souza Filho postula que:

Não podemos descansar, acreditando numa vitória final da liberdade. Assim como não podemos entregar a nenhum outro, nossa liberdade: o trabalho que o indivíduo deve exercer sobre si, a ascese necessária, tem a forma de um combate a ser sustentado, de uma vitória a ser conquistada... E, constituindo-se ao mesmo tempo como sujeito de conhecimento verdadeiro e como sujeito de ação ética, este oferece, como correlato de si mesmo, um mundo que é praticado como prova: é preciso liberdade para existir ética: “A liberdade é a condição ontológica da ética”<sup>71</sup> [...] Objetivo estético da ética: fazer de si uma obra artística, estilizar e embelezar a vida (2007, p. 8).

Portanto, imagino que a liberdade necessária para a ética, nesse caso, possa estar nas construções de novas e diferentes narrativas de si, provenientes de experiências repetidas e partilhadas com pessoas que possam ouvi-las e discuti-las em um processo de reflexão que envolve a existência de si e do outro, compartilhada no coletivo.

A palavra *narrativa* aqui tem um sentido específico e apoia-se na definição de Benjamin (1994), que a diferencia do conceito trivial como modo de narrar uma história ou conto. Para ele, a narrativa possui mais significado do que isso; trata-se de uma “faculdade de intercambiar experiências” (1994, p.198), que carrega características históricas e sociais e que “tem sempre uma dimensão utilitária” (idem, p.200). Benjamin afirma que “essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos” (1994, p.200).

Em outras palavras, no ensaio “O narrador”, o autor caracteriza a pessoa que narra como alguém com senso prático que sabe aconselhar, o que em sua concepção significa dar

---

<sup>71</sup> Foucault, M. (2004). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: Foucault, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária (Ditos e escritos; V). p. 267.

continuidade a uma história que está sendo narrada. Também coloca que “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (Benjamin, 1994, p.198). A tradição oral é bastante valorizada. O ato de contar a alguém a sua história é uma maneira de compartilhar a experiência e possibilitar novos arranjos.

Dentro dessa perspectiva, a afirmação de Pires (2014) sobre a leitura de Deleuze e Guattari (2006) dá um sentido parecido ao que se pode apreender acerca das narrativas e das experiências:

A realidade constitui-se como multiplicidade e, como tal, não está contida em nenhuma totalidade, tampouco remete a um sujeito; configura-se como rizoma – vegetal que não tem uma raiz fixada em um ponto, mas possui várias ramificações – ‘não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda’ (p. 815).

Conforme Benjamin, “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (1994, p.201). Com isso, podemos pensar a narrativa como modo de subjetivação potente que utiliza a experiência para dar sentido às nossas histórias, sobretudo, “dar sentido ao que somos e nos acontece” (Bondía, 2002, p.21). Concordo com Bondía (2002) quando diz:

Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco. As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras. [...] E, portanto, também tem a ver com as palavras o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos. E o modo como agimos em relação a tudo isso (p. 21).

Para Agambem (2011), a linguagem possui uma dimensão ético-política que está além de instrumento de sinais; ao falar, o ser humano “deve pôr-se em jogo na sua palavra” (p.82). Entendo que a linguagem, tendo essa dimensão, e sendo a palavra um instrumento que designa nossas atitudes e nosso modo de pensar, “olhar com atenção” para o que dizemos e para as construções sociais e históricas pode gerar efeitos transformadores tanto no percurso de quem fala quanto na esfera social. Nesse olhar com atenção, percebo a forma como passamos por um acontecimento, o que se configura como experiência.

Em sintonia com Larrosa (2011), a experiência pressupõe a passagem por algo que independe da pessoa, porque é algo exterior, e não criado ou projetado por alguém, assim como também não é resultado da vontade, do saber ou poder, mas algo que acontece e pelo qual se passa. Esse seria um componente importante do que Larrosa (2011) traz da perspectiva benjaminiana sobre experiência, o que definiu como princípio de exterioridade. É um princípio no qual o acontecimento não pode ser interiorizado, reduzido ou fixado (Pires, 2014); portanto, deve manter-se como exterioridade, “movendo-se em uma constelação de ideias” (Pires, 2014, p. 815).

Por fim, na leitura de Pires (2014), a realidade para Walter Benjamin é algo descontínuo, que não se explica por eixos disciplinares. A descontinuidade ocorre pela experiência e pelas misturas urbanas. Estas que colocam em questão verdades e modos que sistematizam o conhecimento em disciplinas e modos que promovem a “precarização da experiência subjetiva” (Silva, 2008, p. 39), acabando por reduzir à esfera individual aquilo que se produz também no social. Percebo que a potência da narrativa está em olhar para a experiência ou para o conhecimento numa “perspectiva que amplia as possibilidades da razão, movendo-se e refazendo-se nas dobras da linguagem” (Pires, 2014, p.817), entendendo que a experiência é aquela que afeta cada sujeito, na qual o conhecimento ocorre como um campo aberto, não linear, e no constante reinventar-se (Larrosa, 2011; Pires, 2014).

Assim, diferentemente de outros grupos excluídos, como o caso do movimento de relações raciais que buscam inclusão social e reconhecimento de direitos, na população carcerária, não se observa esse tipo de ação. Com Sequeira (2006), penso que esse fato está atravessado pelo significado que o crime tem em nossa sociedade, tratado como quebra de pacto social ao ultrapassar limites importantes. Entendo que, em torno disso, ocorre algo que está além do descrédito nessa população; observa-se animosidade com quem é considerado inimigo público por ter violado limites sociais. Não é difícil perceber que esses fatores se relacionam, constituindo na sociedade um modo grave de lidar com o tema, do ponto de vista de violação de direitos – e a mídia tem grande participação nisso quando veicula informações a partir de um prisma. Conforme Souza (2003), o discurso midiático antecipa significação, oferecendo notícias acompanhadas de interpretação. As informações que circulam, de algum modo, compõem-se como violência, sustentando a austeridade recíproca entre detento e o restante da população e até mesmo entre os próprios detentos quando fazem juízo de valor aos outros pelos crimes que cometeram.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, busquei entender o modo como as pessoas que passaram por prisão se relacionam consigo e com o mundo, considerando o que é dito sobre criminalidade na mídia e observando como ocorre a apropriação e reprodução dos conteúdos que os meios de comunicação veiculam. Além disso, a realização desta pesquisa teve como propósito ouvir as pessoas em um espaço de reflexão e de discussão em grupo que viabilizasse rupturas nos saberes constituídos socialmente acerca dessa população. Os saberes são formados por práticas discursivas que falam e fazem falar modos de conduzir e controlar determinado segmento da população, territorializando questões como insegurança e perigo na classe pobre.

Apoiada em autores que pensam as relações de poder-saber também como possibilidade de resistência, busquei observar meios de traçar linhas de fuga nesse modo de subjetivação que permitam a criação de outros caminhos para os participantes se relacionarem com a vida e se constituírem sujeitos. Para alcançar esse propósito, a pesquisa também contou com a metodologia da roda de conversa, que reuniu em média quatro pessoas em sete encontros para conversar sobre assuntos de seu interesse, disparados por conteúdos midiáticos apontados pelos participantes e sua audiência. Esse espaço também foi tomado como oportunidade de construção de narrativas de si a serem compartilhadas no coletivo para, com isso, mobilizar um processo emancipador e político diante dos saberes produzidos pelos discursos hegemônicos dos quais a mídia participa.

Tal afirmação, além da base teórica, considerou os resultados observados na pesquisa sobre o acesso à mídia, tanto no cárcere quanto em liberdade, e a forma como os conteúdos foram trazidos e discutidos durante os encontros. Os debates no grupo permitiram observar que “a mídia funciona organizando diversos e diferentes fluxos de acontecimentos” (p.30), portanto, em um “permanente processo de modelização” (Coimbra, 2001, p. 36). Os meios de

comunicação indicam os modelos a serem adotados ou rechaçados no modo de viver, sendo estes construídos de forma ininterrupta para legitimar ideias que sobre temas como a criminalidade e a justiça.

Os resultados da pesquisa demonstraram que os programas televisivos e de rádio são os mais acessados e que o jornal impresso, apesar de elencado, tem pouca adesão, possivelmente em função da baixa escolaridade da maioria dos participantes. A internet foi apontada como possibilidade de grande adesão por aqueles que costumam ler, porém de difícil acesso para quem prefere esse meio.

A audiência de programas televisivos e de rádio foi indicada como entretenimento e informação. Esses resultados colaboraram para entender a relação que os participantes têm com a mídia, mostrando a proporção de tempo, importância e sentido que ela ocupa em suas vidas, o que foi observado por meio das falas.

A discussão que faço na dissertação mostra o processo multilinear na produção de modos de existência. Porém, alerta para a importância de considerar que os dispositivos midiáticos forjam modos de viver e recebem status de autoridade quando transmitem uma ideia e a forma como essa ideia ou conceito se reproduz no tecido social (Hennigen, 2008).

Em termos de conteúdo debatido no grupo e do modo como os participantes se relacionam com o que falam, observei que a regularidade das falas reproduz o funcionamento da sociedade na sua organização e segmentação populacional, indicando as dificuldades que segregam e muitas vezes levam à criminalidade. Por outro lado, foi possível observar que há movimento e capacidade de crítica entre os participantes, por onde se atualizam diferentes modos de viver, o que vai de encontro à ideia de linearidade geralmente apontada para a pobreza e o crime.

Os aspectos conteúdos midiáticos destacados e a relação com a fala dos integrantes da pesquisa foram agrupados em tópicos: Discriminação, preconceito e criminalização da pobreza;

Relação com a corrupção; Trabalho e educação como redenção e cidadania; Direitos e assistencialismo.

Sobre o primeiro tópico, pude observar que os participantes falavam de discriminação, preconceito e criminalização da pobreza de forma dicotomizada em identidades culturais e sociais, identificando-se pela via do sofrimento e da condição social em que vivem (recorte de classe). Afirmaram, pelas experiências vivenciadas, que os aspectos da discriminação e criminalização da pobreza são aqueles que promovem maior dificuldade para a organização de vida.

Nesse sentido, pode-se dizer que a relação da constituição de identidades remete à ideia de uma subjetividade “fabricada, modelada, recebida, consumida” (Guattari & Rolnik, 1986, p.25) que colabora para fazer funcionar o capitalismo pela correspondência entre fluxos de subjetividade e fluxos econômicos (Lazzarato, 2014). Considerando esse apontamento, pode-se dizer que os modos de subjetivação são, estrategicamente, constituídos em um processo de estruturação em que diferentes modelos – cidadão, trabalhador, família, paternidade, maternidade – são conjugados para atender a uma ordem social conduzida pelo capitalismo. As caracterizações projetadas no sujeito criminoso – “delinquente”, “marginal”, “vagabundo” – também se constituem nessa linha de montagem de “‘identidades’, de prós e contras” (Coimbra, 2001, p.36), sendo usadas e exploradas como parâmetro para o reconhecimento de si em relação com o exterior, com o outro.

Essa percepção fundamenta-se nos chamados ideais eugênicos constituídos ainda no século XIX sobre a manifestação de preconceito à raça, à cultura e às diferenças sociais, o que se caracterizou como funcionalidade no processo de categorização da pobreza como perigosa, não só pela via da criminalidade, mas por questões como doenças, incapacidades, imoralidades atribuídas de forma iníqua por aversão a um segmento social (Coimbra, 2001; Rauter, 2003).

A pesquisa aponta que a construção identitária demonstrada no grupo é um tanto decorrente desses ideais, inclusive, observada na audiência midiática que aborda a realidade da comunidade pobre e do crime como parâmetro de conduta. Isso também reforça o processo de “guetificação”, que coloca barreiras para o fluxo de subjetividades e incrementa a criminalização da pobreza. Para pensar sobre a relação com a mídia como dispositivo de subjetivação, utilizei a perspectiva foucaultiana a fim de mostrar como a linguagem, a semelhança e a similitude são colocadas em jogo no processo de estigmatização e como, a partir desse entendimento, se podem viabilizar outras saídas.

No segundo tópico, procurei discutir aspectos políticos envolvidos no discurso midiático sobre a corrupção, fazendo breve problematização do papel da mídia na manutenção e incentivo das condutas de repressão e retribuição aos crimes cometidos. Enfatizei as possibilidades de ruptura dos processos de criminalização mediante a preservação da autonomia, da ética e da liberdade no cultivo da estética da existência.

Os resultados mostram que a audiência de determinados programas existe em função do julgamento que estes fazem dos criminosos políticos, como forma de compensação/reparação ao julgamento feito aos criminosos “comuns”. A discussão deu-se pela via da comparação entre as consequências penais sofridas entre um “tipo” de criminoso e outro. Geralmente, riqueza foi associada com impunidade e regalias, e pobreza com punição e sofrimento.

Talvez isso encontre fundamento nos discursos midiáticos nos quais a ideia de corrupção atrelada à esfera política se constitui como realidade unilateral. Essa estratégia midiática faz sentido, considerando-se que “a produção de verdade se refere ao saber que os indivíduos utilizam para compreender a si mesmos e ao mundo” (Nardi & Silva, 2009, p. 146), portanto, compreende as condutas. Importante observar que “cada verdade sustenta, ao mesmo tempo, um ideal para cada grupo, cultura e sociedade” (p.146).

Pude perceber que a maneira como os participantes da pesquisa lidam com as situações de corrupção no dia a dia afeta valores e a sua relação com a vida. Eles reproduziram os discursos de reprovação às práticas criminosas, demonstrando discordância de atitudes que possam lesar a população. Percebo nesse posicionamento uma brecha, mesmo que incipiente, para pensar as suas relações com a criminalidade e com os modos de produção da identidade criminosa.

De todo modo, por ora, observa-se que a forma de lidarem com os problemas provocados pela corrupção ainda se mostra individualizada. No sentido que Guattari coloca, “a individualidade é efeito de alienação dos processos de singularidade” (1986, p.141). Em decorrência disso, entendo que a centralidade observada nas demandas pessoais e particulares é efeito do processo de subjetivação contemporâneo em que todos estamos inseridos.

O terceiro tópico reúne os principais pontos da discussão sobre trabalho, educação e cidadania, no modo como os participantes da pesquisa trazem e se apropriam desses temas, indicando, entre outras, a necessidade de aprovação social. O debate ocorreu em torno da vontade de inserção social, da não-reincidência e da qualidade de vida, apontando para a necessidade de construir algo por meio de uma ocupação sem riscos.

Os assuntos relativos à educação, à saúde e ao lazer, também colocados como acesso à cidadania e à qualidade de vida, foram outras importantes vias apontadas e reivindicadas como forma de inclusão social. Nesse tópico, aparece a vontade de circular pela cidade e de acessar parques e outras formas de entretenimento sem sofrer perseguição policial, sem ser abordado e apontado como suspeito de eventual crime apenas pela condição de egresso do sistema penitenciário.

O trabalho aparece como prioridade no debate, e entendi que isso está relacionado com a possibilidade de autonomia, pois o trabalho é visto mais como um meio de acesso para sanar outras necessidades, inclusive a do próprio sustento e, em geral, do sustento da família. Por

outro lado, o lugar que o trabalho ocupa na sociedade leva em conta a reprodução de valores sociais, sobretudo no ambiente prisional, como uma atividade inerente a pessoas de “bem”, merecedoras de confiança e de liberdade.

Os participantes apresentaram crítica à exploração de mão de obra e a subempregos que não garantem condições de inserção social com as condições necessárias para isso. Problematizaram esse cenário, indicando a vontade e a necessidade de um tratamento diferente, e chegaram a cogitar a importância de implantação de uma política tributária de incentivo às empresas para receberem, em seu quadro, um percentual de egressos do sistema penitenciário como forma de inclusão imediata no mercado de trabalho. Além disso, a discussão aponta a angústia entre os participantes com a pressão de serem trabalhadores para serem aceitos na sociedade e, mais ainda, trabalhadores polivalentes.

O quarto tópico trata da maneira como os egressos do sistema prisional entendem o acesso a direitos, como lidam com as assistências sociais e como o conjunto disso repercute na responsabilidade do Estado e da organização social. Os resultados apontam para críticas consistentes sobre direitos não-acessados que poderiam viabilizar desfechos diferentes e mais favoráveis à inserção social. Os participantes demonstraram noção sobre o não-cumprimento da lei e do limite da pena privativa de liberdade, ou seja, o aprisionamento também tem atingido direitos previstos em lei, tornando a justiça penal basicamente retributiva. Observou-se a inexistência de amparo no momento da soltura da prisão. Dentro disso, concluiu-se que os *res* – *reeducando*, *reinserção*, *ressocializar* – não correspondem à realidade da população e podem ser considerados um equívoco do ponto de vista do acesso a serviços sociais para a inclusão dessa população. Também se observa que, na prática, o atendimento de alguns direitos está voltado a ações de punição e de controle.

Por outro lado, observei que a noção de direitos legais e de acesso a políticas públicas entre os egressos, muitas vezes, se aglutina com a ideia de assistencialismo. Ao mesmo tempo

que os direitos são observados, também se sustenta o imaginário sobre a obtenção de assistências, como auxílio previdenciário, bolsa família e aluguel social, como um direito permanente da população pobre.

A discussão desse tópico indica que o uso de determinadas políticas públicas e a forma como essa relação pode tornar-se assistencialista podem ser entendidos como uma construção discursiva que abrange interesses políticos. Em outras palavras, conforme Penteadó e Fortunato (2015), a credibilidade de políticas públicas depende da visibilidade que a mídia proporciona. O estudo demonstrou que a mídia utiliza ferramentas de persuasão e joga com as informações de que dispõe, combinando-as de maneira que promovam percepções de acordo com os seus interesses, que geralmente coincidem com os interesses de grupos hegemônicos, com pretensões na esfera política.

Coimbra percebe a mídia como “equipamento que forja determinadas formas de existência” (2001, p.31). Aliás, pode-se dizer que a notícia midiática muitas vezes dá condição de existência, considerando que o “mundo” apresentado e produzido pelas imagens e notícias serve de parâmetro às condutas. Dessa maneira, aquilo que não aparece nos meios de comunicação não existe, assim como ocorre com as histórias de vida de pessoas que já foram presas, ao terem suas experiências, desejos e dificuldades ignoradas. Ainda, o que é transmitido sobre essa população aparece da forma como se pretende que seja entendido, sendo formado por práticas discursivas que falam com regularidade sobre os sujeitos em questão, “como um sistema de exclusão que vemos desenhá-lo” (Foucault, 2004, p. 14).

Os conceitos de Walter Benjamin sobre narrativa e experiência foram utilizados para pensar alternativas de transformação dessa realidade. As narrativas de experiências são práticas que fazem contraponto com as informações midiáticas produzidas com vistas ao imediatismo e à objetividade, as quais fragmentam os acontecimentos e os deixam pouco consistentes para gerar conhecimento. Ou seja, a mídia produz informação sem a complexidade dos

acontecimentos, o que faz do conteúdo veiculado uma produção parcial. As informações chegam prontas e legendadas, dificultando a constituição de diferentes entendimentos e conhecimentos.

Portanto, um dos pontos trazidos por este trabalho sobre as possibilidades de resistência a esse modo de subjetivação é a necessidade de resgate da narrativa e da experiência como forma de transformar vidas e realidades. No caso dos egressos do sistema prisional, é também um movimento pautado pela luta de existir além dos moldes da criminalidade.

Esta dissertação é também uma narrativa de experiências que intenciona transformar percepções acerca da população encarcerada e problematizar o modo como lógicas hegemônicas sobre essa realidade são reproduzidas. Há necessidade de desconstruir conceitos e explicações reducionistas sobre o crime e a população encarcerada.

A discussão foi bastante ampla, mas tenta abarcar o entendimento e a dimensão do processo multilinear de modos de existência, procurando apontar mediante diversas perspectivas a dimensão do poder da mídia e seus discursos reconhecidos como verdade. A pesquisa serviu também para pensar em uma continuidade, ampliando-se o número de encontros e pensando-se outras discussões a partir dos resultados apontados neste estudo.



### Referências bibliográficas

- Agamben, G. (2011). O sacramento da linguagem. Arqueologia do juramento. Tradução: Selvino José Assmann. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Alvim, D. M. (2012). Foucault e o primado das resistências. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, (20), 22-30.
- Amaral, M. F. (2007). Sensacionalismo: inoperância explicativa. *Em Questão*, 9(1).
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Zahar.
- Barrocal, A. (2015, março, 02). Se cadeia resolvesse, o Brasil seria exemplar. *Carta Capital (Online)*, número 838. <http://www.cartacapital.com.br/revista/838/se-cadeia-resolvesse-4312.html>
- Benjamim, W. (1994). O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, pp 197 - 221.
- Bitencourt, C. R. (2001). *Falência da Pena de Prisão – causas e alternativas*. São Paulo: Saraiva.
- Borelli, E. (2008). Neoliberalismo e ONGs na América Latina. *Revista Aurora*, 1(2).
- Budó, M. D. (2008). O Espetáculo do crime no jornal: da construção social da criminalidade à relegitimação do sistema penal. In *Congresso Latino-americano de Direitos Humanos e Pluralismo Jurídico*. <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33470-43144-1-PB.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro. Brasília, 2007.

- Coimbra, C. (2001) *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto.
- \_\_\_\_\_. (2006). Direitos humanos e criminalização da pobreza. *SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA. Anais... A situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje. Rio de Janeiro, RJ, Brasil*.
- Costa, C. (2010). Sociologia: Introdução à ciência da sociedade. 3. ed. São Paulo: Moderna, pp. 389-390.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2002). Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, Vol. 2, Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. *Rio de Janeiro: Ed, 34*.
- Dias, F. F., Veiga Dias, F., & Mendonça, T. C. (2013). Criminologia midiática e a seletividade do sistema penal. In *CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 2ª Edição*.
- Fischer, R.M.B. (2012). *Trabalhar com Foucault: Arqueologia de uma Paixão*. Belo Horizonte: Autêntica editora.
- Fonseca, T. M. G., Neves, J. M., Amador, F. S., & Kirst, P. G. (2008). Dos modos de existência das tecnologias: um trabalho sem fim. *Fractal: Revista de Psicologia, 20(2)*, 503-518.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- \_\_\_\_\_. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 20ª edição. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1988). *Isto não é um cachimbo*. Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1993). Verdade e subjetividade. *Revista de Comunicação e linguagem, 19*, 203-223.
- \_\_\_\_\_. (1995). A Arqueologia do Saber, 4ª. *Rio de Janeiro, Forense Universitária*.
- \_\_\_\_\_. (2004). *Ordem do discurso (A)*. Edições Loyola.

- \_\_\_\_\_. (2005). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2006) Verdade, Poder e Si Mesmo. *In: Ditos & Escritos V* (pp. 294-300). Forense Universitária, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (2008). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. M. Senellart (Ed.). Martins Fontes.
- Garcia, R. C. (2003). Iniquidade social no Brasil: uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento. [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0971.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0971.pdf)
- Guareschi, P. A. (2007). Mídia e democracia: o quarto versus o quinto poder. *Revista Debates*, 1(1), 6.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Guazina, L. (2007). O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. *Revista Debates*, 1(1), 49.
- Hamilton, F. A. (2009). Encenações sobre a criminalidade. *Revista ECO-Pós*, 12(2).
- Hennigen, I. (2006). Subjetivação como produção cultural: fazendo uma outra psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 18(2), 47-53.
- \_\_\_\_\_. (2008). A família que aparece na mídia: hegemonia de um modelo. *Psico*, 39(2).
- Klein, O. J. (2007). A gênese do conceito de dispositivo e sua utilização nos estudos midiáticos. *Estudos em Comunicação n°1*, 215-231.
- Larrosa, J. (2011). Experiência e alteridade em educação. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v.19, n2, jul./dez.
- Lazzarato, M. (2014). *Signos, máquinas, subjetividades*. Tradução Paulo Domenech Oneto com a colaboração de Hortência Lencastre. 1ª edição; São Paulo: Edições Sesc São Paulo: n-1 edições

- Leite, J. F., & Dimenstein, M. (2010). Movimentos Sociais e Produção de subjetividade: o MST em perspectiva. *Revista Psicologia & Sociedade*, 22(2).
- Maia, A. (2011). Do biopoder à governamentalidade: sobre a trajetória da genealogia do poder. *Currículo sem fronteiras*, 11(1), 54-71.
- Maraschin, C. (2004). Pesquisar e intervir. *Psicologia & Sociedade*, 16 (1), 98-107.
- Marcello, F. D. A. (2004). O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. *Educação & Realidade, Porto Alegre: UFRGS/FACED*, 29(1), 199-213.
- \_\_\_\_\_. (2009). Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão. *Currículo sem fronteiras*, 9(2), 226-241.
- Margarites, A. P. F., & Sperotto, R. I. (2011). Subjetividade e Redes Sociais na Internet: Problematizando as novas relações entre estudantes e professores na contemporaneidade. *RENOTE*, 9(1).
- Megid, C. M. (2005). Telejornalismo e jornalismo impresso: leituras em contraste. <http://alb.com.br/arquivo-morto/anais-jornal/jornal3/pdfs/002a.pdf>
- Melício, T., Marcos, A., Macabú, N., Mendes, R., & Rangel, V. (2015). Subjetividade e Mídia: um olhar sobre as manifestações de 2013. *Revista Presença*, 1(1), 107-122.
- Melo, M. C. H., & de Carvalho Cruz, G. (2014). Roda de Conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no Ensino Médio. *Imagens da Educação*, 4(2), 31-39.
- Moraes, M. R.; Lima, G. F. (2011) Assistencialização das políticas públicas brasileiras. In: Encontro brasileiro de educação e marxismo. Marxismo, educação e emancipação humana. Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, p.5.

- Moura, A. F.; & Lima, M. G. (2014). A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. [Versão eletrônica] *Revista Temas em Educação, João Pessoa*, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun.
- Nardi, H. & Silva, R. N. (2009). Ética e subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos. In N. M. F. Guareschi & S. Huning (Org.). *Foucault e a psicologia* (pp. 143-157). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Njaine, K. (1994). Mídia e violência urbana. *Cadernos de Saúde Pública*,10(4), 512-515.
- \_\_\_\_\_. (2006). Sentidos da violência ou a violência sem sentido: o olhar dos adolescentes sobre a mídia. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*,10(20), 381-392.
- Nogueira, L. (2007). Cinema e Política: a representação do jornalismo e do marketing político no cinema brasileiro. *Significação: Revista de Cultura Audiovisual*, 34(27), 45-72.
- Oliveira, D. D. (2008). Jornalismo policial, gênero e modo de endereçamento na televisão brasileira. *Colóquio Internacional Televisão e Realidade*. Available at: <http://www.tvrealidade.facom.ufba.br/coloquio%20textos/Dannilo%20Duarte.pdf>
- Oliveira, F. (2009, abr). A narrativa e a experiência em Walter Benjamin. 8º LUSOCOM - Conferência de comunicação, espaço global e lusofonia. Available at: <http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/8lusocom09/schedConf/presentations>
- Pacheco, P.J. (2011). Pesquisas do cérebro e psicopatias: a potencialidade do criminoso justificada por saberes científicos. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Paulon, A., Nascimento, J. V., & Laruccia, M. M. (2014). Análise do Discurso: Fundamentos Teórico-Metodológicos. *Diálogos Interdisciplinares*,3(1), 25-45.
- Penteado, C. C., & Fortunato, I. (2015). Mídia e políticas públicas: possíveis campos exploratórios. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30(87), 129-141.

- Pires, E.G. (2014). Experiência e linguagem em Walter Benjamin. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 40, n.3, pp. 813-828, jul/set.
- Porto, M. S. G. (2002). Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. *Sociologias*, 4(8), 152-71.
- Prata, M. R. dos S. (2005). *A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade*. Red Revista Brasileira de Educação.
- Rauter, C. (2003). *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- \_\_\_\_\_. (2006). O clamor pela solução penal de questões sociais. *Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, 3(5).
- Rodrigues, L., & Hennigen, I. (2011). Jornalismo, a questão da verdade e a produção de subjetividade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(3), 45-57.
- Rodrigues, C., & Ziero, G. W. (2014). Mídia, subjetividades sociais e direitos humanos: o Presídio Central de Porto Alegre/Media, social subjectivities and human rights: the Central Presidium of Porto Alegre. *Revista Famecos*, 21(2), 563.
- Rusche, G., & Kirchheimer, O. (2004). *Punição e estrutura social*. Instituto Carioca de Criminologia.
- Sampaio, J., Santos, G. C., Agostini, M., & Salvador, A. D. S. (2014). Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 18, 1299-1311.
- Santos, E. A. D. (2012). Políticas públicas, controle estatal e superação do modelo assistencialista de Estado-DOI: [http://dx. doi. org/10.15600/2238-1228/cd. v12n22p187-195](http://dx.doi.org/10.15600/2238-1228/cd.v12n22p187-195). *Cadernos de Direito*, 12(22), 187-195.

- Severino, A. J. (2000). Educação, trabalho e cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. *São Paulo em Perspectiva*, 14(2), 65-71.
- Silva, R.N. (2005). *A invenção da Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- \_\_\_\_\_. (2008). Ética e paradigmas na psicologia social: desafios da psicologia social contemporânea. In: Ploner, KS, et al., org. *Ética e paradigmas na psicologia social [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. p. 39-45.
- Silva, O. S. F. (2009). Os ditos e os não-ditos do discurso: movimentos de sentidos por entre os implícitos da linguagem. *Revista entreideias: educação, cultura e sociedade*, 13(14).
- Silva, D.C.; & Falconi, A.F. (2012, novembro). Os meios de comunicação em massa e seu impacto sobre o etiquetamento social. *Anais do Encontro sobre Ciência, Reflexividade e (In)Certeza da Unicruz*, Cruz Alta, RS, Brasil.
- Sodré, M. (2006). *Sociedade, mídia e violência* (Vol. 22). EDIPUCRS.
- Sousa Filho, A. (2007). Foucault: o cuidado de si e a liberdade, ou a liberdade é uma agonística. *Trabalho apresentado no IV colóquio internacional Michel Foucault*.
- Souza, M. D. (2003). Televisão, violência e efeitos midiáticos. *Psicologia: ciência e profissão*, 23(4), 82-87.
- Sparta, M., & Gomes, W. B. (2005). Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6(2), 45-53.
- Veiga-Neto, A. (2005). *Foucault & a educação*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Xavier, A. (2008). A construção do conceito de criminoso na sociedade capitalista: um debate para o Serviço Social. *Revista Katálysis*, 11(2), 274-282.
- Zourabichvili, F. (2004). O vocabulário de Gilles Deleuze. *IFCH-Unicamp (Digitalização e disponibilização eletrônica)*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro.
- Wacquant, L. (2013). Punir os pobres: a nova gestão da pobreza nos Estados Unidos. *Rio de Janeiro: REVAN/Instituto Carioca de Criminologia*.

## ANEXOS

## I

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, abaixo assinado, de livre e espontânea vontade, aceito o convite e concordo em participar da pesquisa “*Violência e criminalidade na mídia e produção de subjetividade em pessoas com vivência de prisão*”, coordenada pela pesquisadora Dr<sup>a</sup>Inês Hennigen do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estou ciente de que esta pesquisa visa analisar a relação entre mídia e produção de modos de ser de pessoas que tenham passado por encarceramento, possibilitando espaços de discussões e de construções de outros modos de se relacionar com o mundo, talvez diferentes daqueles ditos nas mídias, e que sou voluntário e egresso que frequenta a FAESP (Fundação de apoio ao egresso do Sistema Prisional). Serão realizados de 6 a 8 encontros ao longo de 2 meses – com encontros semanais – de cerca de 50 minutos cada, com a participação de até 5 pessoas. Nestes encontros serão discutidos o que os egressos pensam sobre o que a mídia fala de criminalidade. A reflexão será realizada a partir de vídeos e materiais dos programas apontados pelos participantes ou daqueles que forem aceitos como sugestão de análise e que tem se destacam na TV pela abordagem de crimes; também estou ciente da proposta de criar uma notícia que eu gostaria de ver nos jornais sobre este tema. Sei que a adesão à pesquisa se dará por livre e espontânea vontade e de forma gratuita, e que o horário dos encontros será previamente acordado com a direção da Fundação e entre os participantes, de modo a não prejudicar as atividades desenvolvidas na instituição. Entendi que a participação na pesquisa não oferecerá danos ou constrangimentos significativos aos egressos da instituição. Contudo, caso a participação nas discussões desencadeie algum mal-estar, como participante, poderei contar com a acolhida e escuta da mestrandia Luciane Engel que auxiliará na pesquisa. Fui informado e concordo que as reuniões



sejam gravadas em áudio e que as posições externadas pelos participantes ou materiais produzidos durante os encontros grupais serão utilizados somente para fins de pesquisa. Fui informado também que no processo de análise dos dados e posteriores apresentações dos achados da pesquisa em produções científicas como artigos, a identidade dos participantes será mantida em absoluto sigilo e o material produzido será armazenado na Universidade, em local seguro, pelo período de 5 anos. Estou ciente que os participantes poderão solicitar esclarecimentos sobre quaisquer dúvidas que aparecerem, podendo interromper sua participação a qualquer momento sem qualquer prejuízo, bastando externar essa vontade. Sei que os participantes não receberão nenhum pagamento ou benefício financeiro por aderir a este estudo e declaro que tenho ciência de não poder reivindicar direitos autorais para mim ou meus descendentes em função da participação nesta pesquisa. Declaro que o presente termo de consentimento livre e esclarecido me foi lido e que recebi uma cópia. Firmo o presente sabendo que quaisquer dúvidas em relação à pesquisa podem ser esclarecidas pela pesquisadora ou sua auxiliar, através do telefone (51) 33082923 (Pró Reitoria de Pesquisa da UFRGS).

---

Assinatura do participante

---

Assinatura da pesquisadora

Inês Hennigen – CPF 39546284068

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Esta pesquisa foi avaliada e autorizada pelo

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS - (51) 3308-3738

Rua Ramiro Barcelos, 2600. CEP 90035-003 Porto Alegre/RS

E-mail: [cep-psico@ufrgs.br](mailto:cep-psico@ufrgs.br)

Anexo II

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL**

**CARTA DE ACEITE**

Declaramos, para os devidos fins, que concordamos em disponibilizar o espaço pedagógico desta Instituição e apoiar a participação de egressos do Sistema Penitenciário que frequentam a FAESP, para o desenvolvimento de atividades referentes ao Projeto de Pesquisa, intitulado: Violência e criminalidade na mídia e produção de subjetividade em pessoas com vivência de prisão, sob a responsabilidade da Professora/Pesquisadora Inês Hennigen e Luciane Engel do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo período de execução previsto no referido Projeto.

Porto Alegre, 07 de maio de 2015.



CARIMBO e ASSINATURA do responsável pelo setor/Instituição

CPF: 027220890/68

ENDEREÇO COMPLETO: Av. Bento Gonçalves, 2122 - Partenon, Porto Alegre - RS, 90650-000

CONTATO: (51) 3315-0455

**Fundação de Apoio ao Egresso  
do Sistema Penitenciário - FAESP  
CGC 02 638 954 / 0001 - 50  
Av. Bento Gonçalves, 2122 PoA - RS  
CEP 90650-000**